

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O novo empresariado rural no Brasil:

uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de
Agribusiness. (1990-2002)

Raphaela Giffoni Pinto

Orientadora: Sonia Regina de Mendonça

Dissertação apresentada para a
Defesa, junto ao Programa de Pós-
Graduação em História do
Departamento de História da UFF,
como requisito para obtenção do
título de Mestre em História.

Niterói, RJ, Brasil

2010

Resumo

O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira de Agribusiness. (1990-2002)

Raphaela Giffoni Pinto

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sonia Mendonça

O presente trabalho visa refletir sobre o contexto de surgimento da ABAG em inícios dos anos 90, – associação que agrega setores ligados à produção agropecuária; entidades patronais rurais, cooperativas agrícolas e, sobretudo, grupos empresariais -, a fim de perceber os mecanismos através dos quais se consolidou tanto a hegemonia de um determinado segmento de fração da classe dominante proprietária rural, quanto à construção de uma mega-agremiação, que inaugura um novo patamar de representação política dos grupos ligados aos setores agropecuário, agroindustrial e financeiro do país: a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG). O trabalho visa também analisar as principais propostas e projetos - voltados tanto à agricultura quanto ao Estado brasileiro -, defendidos por esta nova entidade quando do momento de sua fundação. Outra importante questão abordada é a relação entre a ABAG e o Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) no início dos anos 90; período de afirmação e consolidação destes aparelhos de hegemonia. A identificação e complementaridade dos projetos de ambos, são analisadas com base na imbricação existente entre eles ao longo do período proposto. Tais iniciativas são analisadas à luz da estratégia de construção do papel dirigente de uma dada fração de classe dominante agrária, ancorada e respaldada pelo campo acadêmico.

Palavras chaves: Entidades Patronais Rurais, Estado e Poder, Representação política, Associação Brasileira de Agribusiness.

Niterói

Setembro de 2010
AGRADECIMENTOS

À Prof^a. Dr^a. Sonia Regina de Mendonça por tudo! A ela devo a inspiração teórica, metodológica e temática deste trabalho. Seu esmero nas leituras de todas as etapas de pesquisa e de escrita da dissertação, suas dicas – verdadeiras aulas -, sua dedicação e sensibilidade em todos os momentos. Enfim, o aprendizado desde a iniciação científica até aqui jamais poderão ser mensurados. Sonia foi, certamente, o maior incentivo para a minha permanência na História. Porém, o maior ganho de todos foi ter convivido com uma das pessoas mais generosas e verdadeiras que conheci nesta existência. Ela sabe disto. Nossa amizade perdurará por muito tempo.

Ao Prof^o. Dr^o Theo Pineiro e à Prof^a. Dr^a Maria Letícia Corrêa pelas grandes contribuições à época do exame de qualificação. Sem dúvida alguma o trabalho ganhou em muito com as sugestões tão precisas e claras, feitas com o comprometimento e amabilidade que são peculiares a estes dois professores. Ao Theo sou grata também pela grande amizade e pelo apoio desde a graduação.

À Carolina Ramos, grande amiga para tudo e companheira no debate e estudo das questões agrárias. Como costumo chamá-la, “minha segunda orientadora”, me auxiliou em muitos momentos de dificuldade. Seus escritos também permeiam este trabalho.

Aos amigos que conquistei/fui conquistada nesta caminhada: Aos amigos de magistério, Camila, Maria Inês e Márcio, grandes companheiros e professores dos quais tenho o maior orgulho de ter trabalhado, grandes mestres. Saudades de vocês meus amigos! Aos amigos do PUVR/UFF que tanto me apoiaram: Eduardo (obrigada é pouco!), Renata, Milene, Cristian, Josiane, Letícia, Jader, Rafaela, Ana, Rômulo, Edgar, Bruno, Marcilene e Dona Cida.

À dois amigos que com garra, inteligência e carinho muito me auxiliaram: Yan (Juarez Antunes), no início e Márcia (CPDA), no final.

Aos amigos de **sempre**: Yure e Paula. E às amigas queridas recém chegadas: Samira e Karina.

Às alegrias e doçuras em forma de gente: Juliana, Paloma e Gina. Pessoas imprescindíveis para o mundo e amigas do coração. Na falha da memória comprometida pela angústia do fim, guardarei um abraço apertado aos não presentes nestas páginas.

Meu profundo agradecimento à Silvana e aos demais funcionários do PPGH/UFF, a quem chamo de colegas de trabalho e de amigos. Para o prosseguimento de meu mestrado, após me tornar servidora da Universidade, sou grata também aos Professores Alexandre, José Adilson, Luciano e Wainer, pela compreensão imediata e apoio para a continuidade.

Aos funcionários de todas as bibliotecas pesquisadas que sempre com dedicação e paciência me atenderam. Pude realizar quase a totalidade da pesquisa documental porque contei com o auxílio financeiro da FAPERJ no primeiro semestre de curso.

À minha família, Sônia, João e Raquel. Para eles é difícil ter palavras.... À minha irmã por estar sempre disposta a me ajudar.

De forma especial, ao Rafael, meu amor. A quem devo todas as forças necessárias para ter chegado até aqui e por me trazer a felicidade.

E a Deus, que se manifestou em todas essas pessoas.

“O Capitalismo precisa de seus inimigos, daqueles que ele indigna, daqueles que se lhe opõem para encontrar os pontos de apoio morais que lhe faltam e incorporar dispositivos de justiça que, sem isso, ele não teria nenhuma razão para considerar pertinentes”

Boltanski & Chiapello, 2008

“A agricultura não quebra, ela muda de nome.”

Ivan Wedekin, colaborador do PENSA e Diretor do Instituto de estudos do Agronegócio da ABAG, 2010.

“Talvez o corretivo mais salutar para tais pressuposições – e suas implicações lógicas– seja o reconhecimento de que o capitalismo (...), nasceu não na cidade mas no campo, num lugar muito específico, e tardiamente na história humana. Ele requer não uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas uma transformação completa nas práticas e relações humanas mais fundamentais, uma ruptura nos antigos padrões de interação com a natureza na produção das necessidades vitais básicas. Se a tendência de identificar capitalismo com cidades se apresenta associada à de obscurecer a sua especificidade, uma das melhores maneiras de entender esta especificidade é examinar as origens agrárias do capitalismo.

Ellen Meiksins Wood, 1998.

LISTA DE ABREVIATURAS:

ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

ABIFUMO - Associação Brasileira de Fumicultura

ABIOVE - Associação Brasileira de Óleos Vegetais

ABIMAQ - Associação Brasileira de Indústria e Máquinas

ADUSP - Associação dos Docentes da USP

ANAGRI - Associação Nacional Desenvolvimento e Mecanização Agrícola

ANDA – Associação Nacional para Difusão de Adubo

ANIC – Associação Nacional das Indústrias Cítricas

AVITI – Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo

CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica

CCPL - Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Rio de Janeiro

CNA - Confederação Nacional de Agricultura

CNC - Conselho Nacional do Café

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COPERSUCAR – Cooperativa de Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo

CONSEA - Conselho Nacional da Segurança Alimentar

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luis de Queiroz

FAAP - Frente Ampla da Agropecuária

FAERJ - Fórum Nacional de Agricultura e Federação da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro

FEA – Faculdade de Economia e Administração

FEMECAP - Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias

FIA - Fundação Instituto de Administração

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FUNDACE - Fundação para a Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Economia e Contabilidade

IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool

IAMA - International Agribusiness Management Association)

IBC – Instituto Brasileiro de Café

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTER - Instituto Jurídico das Terras Rurais

ISNIE - International Society of New Institutional Economics

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD)

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras

OCES - Organização das Cooperativas Estaduais

OCESP - Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo

PENSA - Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

SNA – Sociedade Nacional de Agricultura

SRB - Sociedade Rural Brasileira

STAB - Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil

UDR - União Democrática Ruralista

SUDCOOP - Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste/ LTDA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO_____	p.09
CAPÍTULO I: A CRISE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A REPRESENTAÇÃO PATRONAL AGRÍCOLA_____	p.20
1.1 Primeiros apontamentos sobre as entidades patronais da agricultura e a Crise da Modernização da agricultura_____	p. 21
1.2 A crise da modernização e a atuação das agremiações patronais agrícolas_____	p. 25
1.3 Entra em cena a OCB: Campanhas e embates_____	p. 29
1.4 Embates políticos em torno do I PNRA_____	p. 34
1.5 Conformação política pós-PNRA_____	p. 50
1.6 Nova arena de luta: A Constituinte e a OCB_____	p. 54
CAPÍTULO II: O SER E O FAZER-SE DA ABAG, O ESTADO E AGRICULTURA NO BRASIL _____	p. 59
2.1 Com a palavra: a ABAG. Preâmbulo para a introdução do PENSA _____	p. 59
2.2 E consolida-se uma idéia: a “abordagem sistêmica”_____	p. 60
2.3 Por dentro das fundações: a existência e manutenção do PENSA _____	p. 64
2.4 O que pensa o PENSA? Organização de ações e seus fundamentos e a ABAG_____	p. 66
2.5 Ações e interfaces entre o PENSA e a ABAG_____	p. 69
2.6 Demarcando diferenças: um novo produtor rural_____	p. 82
CAPÍTULO III: A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS (ABAG) E O PROGRAMA DE ESTUDOS E NEGÓCIOS DO SISTEMA AGRINDUSTRIAL (PENSA): UMA SÓ GESTAÇÃO _____	p. 88
3.1 O contexto político à época do surgimento da ABAG_____	p. 88

3.2 Com a palavra: a ABAG. Organização e Ações _____	p. 99
3.3 O agronegócio e seu alcance: estratégias de convencimento _____	p. 103
CONSIDERAÇÕES FINAIS _____	p. 109

INTRODUÇÃO

Os poucos trabalhos recentes acerca da temática da representação política dos grupos dominantes agroindustriais no Brasil postulam que, entre fins da década de 80 e início dos anos 1990, operou-se uma mudança nas estratégias de ação política, bem como nos discursos veiculados pelas entidades patronais agropecuárias.¹ Tais estudos apontam para a apropriação do discurso neoliberal por parte dos dirigentes dessas entidades, que passaram a exaltar o inchaço do setor público e a necessidade de reestruturar sua relação com as políticas estatais. A prioridade deixava de ser a demanda por créditos agrícolas, passando a constituir-se na reivindicação da diminuição da carga tributária o que, supostamente, e a seu juízo, daria à agricultura brasileira maior competitividade no mercado internacional.

A materialização institucional dessa mudança foi, justamente, ratificada pela criação da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness), em 1993, marcada pelo discurso proferido por um dos então diretores da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), - entidade patronal representante do setor mais tecnicizado do agro brasileiro -, e primeiro presidente da nova agremiação, Ney Bittencourt de Araújo.²

¹ Destes trabalhos merecem destaque: MENDONÇA, Sonia R. *Entidades patronais rurais no Brasil recente: Indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial*. In: _____.(org) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EDUFF/ Vício de Leitura, 2005; _____. *Relatório Técnico do CNPq*. Niterói, Julho, 2004; BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A Nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997. _____. “Patronato rural: a modernização da retórica”. *Reforma Agrária*, no 1, vol. I, abr., 1993; GRAZIANO DA SILVA. As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia.” *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1991, pp. 261-285 e MORAES, Plínio. “Algumas observações para o estudo das Classes Dominantes na Agropecuária Brasileira”. *Reforma Agrária. Campinas*, 17 (2): 17-33, ago./nov., 1987.

² Mineiro, agroempresário, agrônomo, diretor, conselheiro ou presidente de cerca de vinte e uma (21) entidades nacionais e internacionais ligadas ao agribusiness: AGROCERES Importação e Exportação, Comércio e Indústria S/A; Membro da Associação Paulista de Engenheiros Agrônomos, Associação Brasileira de Milho e Sorgo, Sociedade Brasileira de Agronomia, Diretor do departamento de insumos modernos da SRB, membro dirigente da OCB, Presidente da Sociedade Brasileira de Defensivos para

A ABAG consiste em uma entidade que agrega diversos setores ligados à produção agropecuária, abrangendo não somente segmentos responsáveis pela atividade produtiva, como também aqueles relacionados à produção de insumos e ao armazenamento, processamento, distribuição e financiamento de produtos agrícolas, além de empresas diretamente ligadas ao capital financeiro. São representadas na ABAG algumas das mais expressivas e tradicionais agremiações patronais agrícolas, tais como Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), além de Federações e Cooperativas Estaduais de Agricultura. Contudo, o núcleo central dessa grande associação é composto, precisamente, por grupos empresariais, como por exemplo, Sadia, Agrocerec, Abrasem, Cargill Agrícola S/A, Bunge Alimentos S/A, Bunge Fertilizantes S/A e Monsanto, perfazendo um total de 59 empresas – em sua maioria estrangeiras -, boa parte delas representadas em seu Conselho Consultivo.

Esta dissertação pretende, primeiramente, analisar o contexto de surgimento da ABAG em inícios dos anos 90, a fim de perceber os mecanismos por cujo intermédio consolidaram-se tanto a hegemonia de uma determinada fração da classe dominante proprietária rural, representada pela OCB, quanto a construção de uma megagremiação, que inaugurou um novo patamar de representação política dos grupos ligados aos setores agropecuário, agroindustrial e financeiro do país. Para compreender esta nova ordenação representativa dos segmentos dominantes da *sociedade civil*, em especial, das classes dominantes agrárias, o estudo ora apresentado partirá da reflexão acerca da chamada “crise da modernização conservadora”, tomada como uma das grandes chaves explicativas para a inflexão sofrida pelo sistema de organização e representação do patronato rural brasileiro.

Verificada a partir da década de 1980, esta crise foi marcada pela progressiva e intensa diminuição dos créditos públicos para o setor agropecuário, bem como pelo acirramento dos conflitos intra-classe dominante agrária. De acordo com a bibliografia especializada no tema, o declínio do suporte estatal à agricultura, sobretudo no tocante à política de concessão de crédito rural e de subsídios a certos produtos foi o cerne da

Agropecuária e Presidente da ABRASEM (Associação Brasileira de Sementes), membro do Conselho de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, do Conselho Consultivo da EMBRAPA, Conselho do PENSA-USP, do Conselho da IAMA e membro do Conselho Técnico do Industry Council for Development (órgão ligado ao Banco Mundial).

crise da “modernização da agricultura”. O Estado, ao promover tal modernização – ou, em outras palavras, o processo de industrialização da agricultura, que tem como marco 1964 e se intensificou ao longo da década de 70 – priorizou políticas de fomento à produtividade agrícola, introduzindo inovações tecnológicas no campo por meio de concessões creditícias bastante favoráveis aos grandes produtores e, sobretudo, às indústrias de maquinários e insumos modernos³. Tal intervenção estatal mediante aos investimentos maciços para o setor suscitou a emergência de novas entidades representativas de interesses das frações de classe dominante agrária que conquistaram espaço e capacidade de barganha no bojo das políticas estatais.⁴

Após o golpe militar de 1964, a adoção de um padrão de acumulação voltado para a perspectiva do *capitalismo associado* se consolidou, redundando em novas políticas públicas emanadas o setor agrícola e fundiário. Apesar das premissas contidas no PAEG – plano econômico do governo Castelo Branco que em muito corroborou as diretrizes do Plano Trienal lançado durante a gestão de João Goulart – e da proposta de reforma agrária presente no Estatuto da Terra, foram priorizadas, ao longo da ditadura militar, medidas visando à modernização tecnológica de antigas propriedades rurais, permanecendo e mesmo reproduzindo, a já profunda concentração fundiária vigente no país.

Por certo, o “modelo” de modernização da agricultura adotado deve ser articulado ao contexto econômico mais amplo de consolidação do capital monopolista e da própria industrialização⁵. A geração de divisas, advindas da exportação de produtos agrícolas, era considerada fundamental tanto para o pagamento da dívida externa brasileira, quanto para o financiamento do desenvolvimento urbano-industrial do país.

³ Para um melhor entendimento deste processo, ver: RAMOS, Carolina. *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil; uma análise da atuação da Confederação Nacional da Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*. Dissertação de mestrado UFF, Niterói, 2006.

⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Entidades patronais rurais no Brasil recente: indicações sobre o processo de disputa pela liderança setorial*. Niterói: PPGH/UFF, 2004.

⁵ Conforme ressalta Bernardo Sorj: “a imposição de uma tecnologia importada, nem sempre adequada às condições ecológicas, o privilegiamento de certo tipo de máquinas e insumos e o ritmo geral de expansão do complexo agroindustrial, não podem ser dissociados da abertura econômica ao capital estrangeiro, da estrutura de distribuição de renda, dos subsídios estatais, do crédito agrícola e da repressão política reinante no período”. IN: SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.

Ademais, através da formação dos complexos agroindustriais – o que será explicitado mais adiante – o meio rural tornou-se espaço privilegiado para a expansão industrial, quer através de indústrias voltadas para a agricultura, quer através de indústrias transformadoras de produtos agrícolas. Deste modo, o aumento da urbanização, a expansão da fronteira agrícola e a transformação da agricultura – mediante a especialização de seu processo produtivo, a qual Graziano denominou de “*produção para a produção*”⁶ – possibilitou a ampliação do mercado interno, fundamental para o desenvolvimento da industrialização, com a agricultura integrada, de forma subordinada, a este processo⁷.

Cabe ressaltar que o envolvimento do Estado na condução da referida “modernização” vinculou-se ao contexto histórico de elaboração e aprovação do Estatuto da Terra na gestão Castelo Branco. A discussão desta lei de reforma agrária e de desenvolvimento agrícola revelaria as pressões exercidas pelas entidades representativas da classe dominante agrária junto ao Estado, pressões essas que consagraram uma determinada modalidade de intervenção estatal cujo corolário foi a segmentação explícita entre Reforma Agrária e Política Agrícola. De acordo com o trabalho de Carolina Ramos⁸:

A modernização da agricultura estaria estritamente voltada para o aumento da produtividade, não mais se articulando a medidas de reestruturação fundiária – destinadas a resolver as tensões sociais no campo. Nesse sentido, a seção de Reforma Agrária e a seção de Política Agrícola, presentes no Estatuto, eram apresentadas como propostas díspares, uma voltada para a questão social e outra voltada para a questão econômica. Uma vez concretizada tal segmentação, tornou-se claro o privilégio de determinado “objetivo” em detrimento do outro, conforme se depreende da fala do Ministro Roberto Campos, em reunião com deputados do PSD no início de outubro. Na ocasião, Campos afirmou ser fundamental distinguir entre Reforma Agrária e Política Agrária,

⁶ GRAZIANO DA SILVA, José. *Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁷ Como lembra Sérgio Leite: “*deve ser ressaltado o caráter subordinado da dinâmica rural, ainda que integrada à dinâmica econômica e industrial mais geral. Tendo em vista que o objetivo maior foi o coroamento do processo de industrialização, através da completa endogeneização do departamento produtor dos meios de produção, a agricultura parece ter entrado ‘pela porta dos fundos’, sobretudo se consideradas suas atividades strictu sensu*”. LEITE, Sérgio. “Padrões de Desenvolvimento e Agricultura no Brasil; Estatuto da Terra; Dinâmica Agrária e Modernização Conservadora”. IN: *Reforma Agrária*. Campinas: ABRA, janeiro-abril de 1995, n.1, v.25, p.147.

⁸ RAMOS, Carolina. *Op. Cit.*

argumentando que “a reforma agrária é um problema regional e local, existe apenas em algumas áreas de maior pressão demográfica; já a política agrária, pelo contrário, é um problema do universo brasileiro”⁹.

Segundo Regina Bruno, a reestruturação fundiária defendida pelo *Estatuto* teria por premissa o raciocínio segundo o qual a concentração de terras seria um entrave tanto para a superação da crise econômica vivida pelo país, quanto para o desenvolvimento do capitalismo no campo. O desperdício e a ineficiência do uso da terra estariam associados à grande propriedade quando da não utilização de tecnologias e implementos agrícolas. Em contrapartida, o minifúndio não seria compatível com o investimento nestes maquinários. Em síntese, o objetivo era criar uma classe média rural consumidora de produtos industrializados, de modo a fortalecer o mercado interno, ao mesmo tempo em que neutralizar os conflitos sociais no campo.

Plínio Guimarães Moraes, por exemplo, afirma que o regime instaurado com o golpe militar permitiu que a aliança construída entre os setores dominantes fosse altamente benéfica à penetração do grande capital no campo, de modo a inviabilizar qualquer alteração na estrutura fundiária. Segundo o autor, nos anos 70 processou-se uma diferenciação acentuada na produção agrária, em decorrência do altíssimo grau de especialização de suas atividades, que tem como coroamento o surgimento dos - Complexos Agroindustriais – marcos do fim da agricultura enquanto segmento autônomo. Somava-se a isto, o fato de neste período verificar-se o fortalecimento dos organismos governamentais próprios para cada ramo ou produto: IAA, IBC, CACEX e etc.; bem como a proliferação de agremiações civis por produto, fazendo surgir no país uma miríade de novas entidades patronais de novo tipo, a citar: Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ) e a Associação Brasileira dos Criadores de Nelore (ABCN), dentre inúmeras outras.

Na então conjuntura de crise do ‘milagre’, Graziano da Silva aponta para a intensificação dos conflitos - já existentes - em torno da questão da dupla modalidade de representação política da classe proprietária agro-industrial: a formal-legal (representadas pelas federações rurais estaduais e pela Confederação Nacional de

⁹ BRASIL, Gabinete do Ministério Extraordinário para Planejamento e Coordenação Econômica. *Boletim Informativo*. Brasília, ano I, n. 17, nove de outubro de 1964, p.1. IN: Fundo Paulo Assis Ribeiro, Arquivo Nacional, caixa n. 66. APUD: RAMOS, Carolina. *Op. Cit.*

Agricultura) e a real (representadas por associações civis de produtores).¹⁰ Tais conflitos seriam, para o autor, explicados pela própria dinâmica da modernização da agricultura brasileira, que ao distribuir amplos créditos e subsídios com o intento de consolidar o capitalismo no campo, abriu o leque para a diferenciação de interesses, assim como para a especialização cada vez maior da produção agroindustrial.

O novo cenário político fornecido pela “modernização” gerou contradições intra-classe dominante que levaram à própria crise do sistema de representação formal-legal do patronato agrário brasileiro. Conforme sinaliza Sonia Mendonça, a representação real (associações civis de produtores e cooperativas), em detrimento da representação formal-legal (CNA e Federações de Agricultura), passou a assumir a liderança da representação dos setores beneficiados pela ‘modernização conservadora’¹¹.

E, de fato, a diferenciação de interesses (engendrada nas décadas de 60 a 80) decorrente da diversificação e especialização produtiva da agricultura e das próprias entidades - uma vez que a farta distribuição de crédito rural e os crescentes incentivos fiscais atraíram investidores de outros ramos de atividades¹² - resultou no acirramento de embates e disputas no seio da classe dominante agroindustrial, redefinindo seus canais e mecanismos de representação política. Segmentação de interesses, crise econômica e escassez de recursos públicos são os elementos explicativos da crise da “modernização” da agricultura, bem como de suas implicações nas disputas intra-classe dominante pelo monopólio da representação política.

Torna-se, portanto, imperioso averiguar os desdobramentos do processo de crise da modernização conservadora no que tange a redefinição dos padrões de representação de interesses, junto à qual, a ABAG representa, ao mesmo tempo, a consagração de um projeto de agricultura já enunciado e gestado a partir da OCB, e o surgimento de uma entidade com contornos e atribuições inovadoras. Colocou-se como objeto de reflexão o processo de construção da hegemonia da OCB junto ao conjunto dos grupos dominantes agro-industriais brasileiros; hegemonia esta que a levou a propor a própria criação da

¹⁰ GRAZIANO DA SILVA. “As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1991.

¹¹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *UDR: Classe dominante agrária, representação de interesses e Estado na transição brasileira*. Relatório de Pesquisa ao CNPq, 2001.

¹² GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização dolorosa*. RJ: Zahar, 1982.

ABAG, além do Instituto Brasileiro do Agribusiness, ainda no ano de 1990, que foi posteriormente ligado à Direção Executiva da ABAG e extremamente atuante junto às universidades, sendo presidido por Roberto Rodrigues, presidente da OCB, membro da ABAG e ex-ministro da agricultura do governo Lula.

Consoante com este quadro, investigou-se as principais demandas e atuações da recém criada entidade, procurando identificar e contextualizar os elementos discursivos característicos de seus projetos para o Estado brasileiro em geral e para a agricultura em particular. Para tanto, foram analisadas algumas das principais noções recorrentemente utilizadas pelos dirigentes da ABAG, dentre elas: Segurança Alimentar, Autogestão e Competitividade. Todas elas foram construídas com vistas a dar respaldo político e social às propostas da nova entidade junto ao Estado restrito e à sociedade como um todo, legitimando a própria importância e necessidade de sua existência. Com isto, procurou-se, ainda, demonstrar também como os elementos das primeiras publicações da ABAG encontram-se diretamente relacionados à defesa de políticas neoliberais para o campo brasileiro, viabilizando a subordinação da agricultura ao grande capital financeiro mediante a difusão do conceito de “agro-negócio”.

O estudo se deteve também nas primeiras ações da entidade recém criada, averiguando as estratégias de atuação por ela mobilizadas, sobretudo entre os anos de 1993 e 2002. Tal marco cronológico justifica-se pelo fato da ABAG ter promovido, em 2002, o *1º Congresso Brasileiro de Agribusiness*, com vistas à elaboração e articulação de seu *Plano Estratégico*, extensivo até o ano de 2010. Tal evento marcaria uma mudança, em outras palavras, um ‘degrau acima’ no discurso e nas ações da associação, ampliando ainda mais sua influência junto ao empresariado e à sociedade política. Desta feita, o período compreendido entre a realização do *1º Congresso* e o lançamento e acompanhamento do plano supracitado é merecedor de estudo futuro cuja preparação necessita da análise das primeiras ações da ABAG proposta no projeto ora apresentado, visando deixar claros os objetivos deste trabalho.

Mediante a isto, nada mais coerente e necessário do que nos debruçarmos sobre o estudo da nova ordenação e da nova estratégia discursiva cujo cerne residiu na criação da ABAG.

Outra dimensão importante de todo este processo se refere às linhas de continuidade estabelecidas entre a barganha e os ganhos políticos da OCB e a

proposição por esta da ABAG. Evidenciar os mecanismos pelos quais as instituições organizativas / representativas da classe dominante agroindustrial brasileira se articulam é, sem dúvida, um dos caminhos para a compreensão dos conflitos e pressões existentes no interior do próprio Estado e das políticas públicas direcionadas à agricultura no Brasil.

Tendo como objetivo também analisar os mecanismos de articulação e *lobbies* exercidos pela OCB junto ao Estado e às demais organizações congêneres junto à sociedade civil (fossem elas seus pares, Imprensa, Academia e/ou outras) em prol da construção da ABAG, bem como as primeiras atuações da recém-criada entidade, este trabalho adotou o conceito de *Estado Ampliado* do militante e pensador italiano Antônio Gramsci. Ao tomar este conceito como pressuposto teórico de reflexão, deve-se considerar que sociedade política e sociedade civil não estão apartadas ou segmentadas numa espécie de “torneio de contrários”, sendo seu conceito de *Estado Integral* resultante da confluência e incorporação da hegemonia e da coerção, esta última ligada às agências repressivas do Estado, entendido como um espaço relacional.

A vitória da OCB frente às demais entidades representativas de frações da classe dominante agrária no país quando da criação da ABAG, espelha também o processo de disputa pelo monopólio da fala legítima, assim como a luta pela hegemonia de um desses segmentos, ou seja, a imposição de uma certa visão de mundo compartilhada pelo conjunto. Deste modo, a OCB construiu sua liderança frente às demais agremiações patronais rurais visando reforçar e ampliar seu espaço político de atuação e sua legitimidade também junto às agências da Sociedade Política. Segundo Sonia Mendonça:

*“Para compreender o Estado enquanto uma relação, é necessário operar com uma visão triádica, existindo, para Gramsci, três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a **infra-estrutura** – que, tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia, simplificadamente falando; b) a **sociedade civil** – conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação / pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a **sociedade política** – ou “Estado em sentido restrito”, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito. O peculiar na visão de Estado ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social, engloba*

*tanto a sociedade civil quanto a sociedade política, numa interação permanente.*¹³

Grupos que pertencem à sociedade civil disputam entre si a *hegemonia* na defesa de seu projeto político-econômico e ideológico-cultural. O exercício da hegemonia (que é constante, já que tais grupos encontram-se em permanente conflito para que seu projeto se torne hegemônico) é engendrado por meio da articulação entre a sociedade política, com seu aparato administrativo e domínio direto e a sociedade civil, na medida em que a ação de intelectuais orgânicos fornece direção política e cultural, elaborando e divulgando projetos e valores de uma determinada classe. O caráter unitário e coerente do projeto político e dos valores a ele inerente produzido por estes intelectuais, legitima o poder, dando homogeneidade à ideologia da classe, externando-a e impondo-a para toda a sociedade.

É neste contexto que devemos analisar a relação entre a criação do Instituto Brasileiro de Agribusiness - por iniciativa da OCB - e a criação do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA/USP), ambos no ano de 1990. A aproximação - e mesmo identificação e complementaridade - dos projetos de ambos os aparelhos privados de hegemonia será estudada com base nas relações existentes entre eles ao longo da década de 90. Tais iniciativas foram analisadas à luz da estratégia de construção do papel dirigente de uma dada fração de classe dominante agrária, ancorada e respaldada pelo campo acadêmico.

No primeiro capítulo analisaremos os antecedentes e o pano de fundo da crise da modernização da agricultura à luz da bibliografia especializada, destacando a liderança conquistada pela OCB frente às demais entidades congêneres no contexto do I PNRA e nas discussões em torno da Assembléia Nacional Constituinte. No segundo capítulo, procurar-se-á compreender a relação entre a Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e o Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA - Centro de pesquisa da Universidade de São Paulo - USP patrocinado pelas fundações de direito privado desta universidade). O objetivo aqui é o de analisar os projetos de ambos aparelhos privados de hegemonia, associando-os às suas bases sociais e ao seus

¹³ Cf. MENDONÇA, Sonia. Estado e Sociedade In: BADARÓ, Marcelo (org.) *História: Pensar e Fazer*. RJ: Laboratório Dimensões da História, 1998.

quadros. E, no último capítulo, a tarefa que se coloca é a de averiguar as primeiras ações da ABAG, de modo a analisar sua trajetória ascendente rumo às agências da sociedade política e ao Estado restrito.

O principal *corpus* documental utilizado no trabalho consiste na documentação avulsa produzida e veiculada pela própria ABAG no contexto de seu surgimento (1990 – 1993) bem como na documentação publicada pela associação em seu endereço eletrônico (1994 – 2002). Procurou-se com estas consultas tanto estudar a estrutura discursiva central mobilizada pela entidade ainda num momento de construção e afirmação de seus projetos direcionados ao campo, ao Estado e à sociedade como um todo, quanto acompanhar suas primeiras ações, a fim de compreender seu processo de organização e consolidação como força dirigente.

A ABAG, antes de ser oficializada em Brasília, em Maio de 1993, já havia publicado alguns trabalhos referentes à questão do “complexo do agribusiness”, boa parte dos quais escritos por Ney Bittencourt de Araújo, membro dirigente da OCB e primeiro presidente da nova associação. Toda esta documentação se encontra localizada na Biblioteca da Embrapa *Solos* / Jardim Botânico (RJ); na Biblioteca do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário (CPDA) da UFRRJ e na Biblioteca da EMATER sediada no Horto de Niterói - RJ.

Já no endereço eletrônico: <http://www.abag.com.br> foi possível encontrar todas as atividades realizadas e / ou patrocinadas pela entidade, tais como: lançamentos de livros; publicação das diretrizes de convênios assinados com outras associações e órgãos do Estado, bem como informações e posicionamentos da ABAG junto a fóruns, congressos nacionais e internacionais realizados ou não por esta; exposição dos assuntos tratados nos seminários mensais feitos pelo PENSA/ABAG e das temáticas da *Agrishow* (feira realizada anualmente desde 1994, cujo objetivo é anunciar as novas tecnologias do mundo agro); apresentação de palestras e artigos acerca do papel /missão do agribusiness no país e no continente e das estratégias a serem realizadas pela ABAG rumo a uma política nacional; dentre outros.

A última - e não menos importante - documentação da ABAG pesquisada para esta dissertação foi a *Revista Panorama Rural: A revista da Agrishow* entre os anos de 1999 (data de seu início) e 2002. Em verdade, este periódico mensal é coordenado pela

entidade em parceria com a Associação Brasileira de Indústrias e Máquinas (ABIMAQ), a Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA) e a SRB. O cotejo junto às matérias publicadas nesta revista permitiu não somente analisar a estrutura discursiva mobilizada pelos dirigentes da ABAG ainda num momento de construção e afirmação de seus projetos, como também acompanhar suas primeiras ações, de modo a compreender sua organização e consolidação como força dirigente. Possibilitou, ainda, averiguar as principais estratégias de atuação desta agremiação no decorrer do período recortado. Esta documentação pôde ser levantada na Biblioteca Edgard Teixeira Leite pertencente à SNA – Horto da Penha (RJ).

O trabalho com a bibliografia especializada e o material produzido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) realizado no primeiro capítulo foi etapa fundamental para desvendar e comprovar a construção hegemônica da OCB ao longo da crise da modernização da agricultura, fato que lhe permitiu assumir a posição dirigente junto às demais agremiações patronais, tendo por coroamento a proposição da própria ABAG. A publicação analisada consistiu na *Revista Nacional do Cooperativismo e Informativo OCB*, periódico quinzenal produzido pela Organização das Cooperativas Brasileiras¹⁴. Foram priorizadas nesta documentação matérias que envolvessem, direta ou indiretamente, as campanhas da OCB em prol do *agribusiness*.

Cabe, de pronto, assinalar que a análise desta revista se fez dentro dos marcos cronológicos compreendidos entre 1990 e 1993 – ano do lançamento da ABAG - e que sua coleta teve lugar junto à Biblioteca Mário Henrique Simonsen, sediada na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro. Para complementar essas informações e acompanhar o impacto da entrada “triumfal” da nova entidade no cenário político nacional, foram também pesquisadas fontes hemerográficas localizadas na Biblioteca Nacional (RJ): os jornais *Gazeta Mercantil* (DF) e *O Estado de São Paulo* (SP) no mesmo período mencionado.

Cabe aqui um esclarecimento a respeito da ausência de menções, nesta dissertação, dos dois trabalhos mais recentes produzidos sobre a ABAG: “*Espaço, modernidade e modernização em discursos da ABAG e do MST*” de Claudio Severino,

¹⁴ Desde sua criação em 1969, a OCB contou com a publicação de periódicos que dessem visibilidade às suas ações e campanhas. No entanto, no decorrer deste período, tais publicações tiveram seus títulos modificados: *Revista Nacional do Cooperativismo* (1978-1981) *Jornal do Cooperativismo* (1981-1988) e, finalmente, *Informativo OCB* (1988 até os dias atuais).

dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF datado de 2003 e “*Brasil integrado: a ideologia sistêmica do agronegócio na ABAG*” de Elaine Lacerda, dissertação defendida pelo Programa de Pós-Graduação do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário (CPDA) em 2009. Sem dúvida alguma ambas seriam contribuições de grande relevância para os fins deste trabalho, haja vista que o campo de estudos sobre os grupo dominantes agrários no Brasil é extremamente escasso. Contudo, longe de ter havido qualquer negligência de nossa parte, a lacuna se deve à enorme dificuldade de obtê-los junto a seus autores.

Também se pretende analisar o material produzido pelo PENSA/USP desde o período de sua fundação em 1990, passando a proposição da ABAG em 1993, até o marco final desta pesquisa. Esta documentação foi capaz de elucidar a questão-chave para o entendimento da aliança formada entre os intelectuais da USP e o empresariado rural vitorioso agremiado em torno da OCB e, posteriormente, da ABAG.

Reveste-se, então, de suma importância, a pesquisa junto ao sítio do Programa: <http://www.fundacaofia.com.br/pensa/> que apresenta artigos de seus fundadores e integrantes, grades curriculares dos cursos ministrados pelo Programa, publicações de anais de seminários e demais atividades. O levantamento de materiais referentes ao PENSA se fez também junto à Biblioteca do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário (CPDA) da UFRRJ, que possui em seu acervo inúmeras teses e dissertações produzidas e orientadas por membros do PENSA e junto à biblioteca da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP.

CAPÍTULO I:
A CRISE DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A REPRESENTAÇÃO
PATRONAL AGRÍCOLA

1.1 Primeiros apontamentos sobre as entidades patronais da agricultura e a Crise da Modernização da Agricultura.

O início dos anos de 1980, marcado pela crise do que comumente se denomina “milagre econômico” brasileiro, representou para os grandes proprietários e produtores rurais o acirramento de disputas intra-classe dominante, motivadas, principalmente, pelos então escassos recursos estatais. A bibliografia especializada na temática assinala que ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira (iniciado em 1964¹⁵ e prolongado até meados da década de 1970), o declínio do suporte estatal à agricultura, sobretudo no tocante a política de concessão de crédito rural e de subsídios a certos produtos foi o cerne da crise da “modernização da agricultura”.

Plínio Moraes¹⁶ em seu trabalho reflete sobre a relação das classes sociais dominantes com a agropecuária brasileira, assim como procura entender a razão pela qual o processo de Reforma Agrária não se desencadeou no país. Afirma que o regime instaurado com o golpe civil- militar permitiu que a aliança construída entre os setores dominantes fosse altamente benéfica à penetração do grande capital no campo, de modo a inviabilizar qualquer alteração na estrutura fundiária. Para o autor, no decorrer dos anos 1970, ter-se-ia processado uma diferenciação acentuada na produção agropecuária,

¹⁵ Ver BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A Nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

¹⁶ MORAES, Guimarães P. Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, ano 17, n.2, p. 17-33, ago/Nov.1987.

em decorrência do altíssimo grau de especialização de suas atividades, cujo coroamento foi o surgimento dos Complexos Agroindustriais (CAIs) – marcos do fim da agricultura enquanto segmento produtivo autônomo. Isto fica claro na ênfase dada pelo Estado a políticas como o crédito rural, garantia de preços mínimos a produtos agrícolas, incentivo ao uso de insumos modernos e à pesquisa agropecuária, etc.¹⁷ De acordo com o trabalho de Carolina Ramos:

(...)“ o Estado (em seu sentido restrito) constituiu-se no principal condutor deste processo, ao fornecer subsídios que viabilizam a compra de máquinas e insumos modernos. Foi formulada uma série de políticas voltadas para a inovação tecnológica da unidade produtiva agrícola, transformando o latifúndio com produção extensiva em empresa rural.”

Dentre estas medidas, o crédito rural (a taxa real de juros zero ou mesmo negativa) representou o principal instrumento para a modernização da agricultura.¹⁸ Vale lembrar o caráter discriminatório das políticas de concessão de crédito em que os maiores beneficiados eram os grandes proprietários, os produtos voltados para a exportação e as regiões Sul e Sudeste. Visando aumentar a produtividade no meio agrário foram criados, segundo publicação do próprio Ministério da Agricultura, “*subsídios ao uso de fertilizantes, isenção de impostos e de juros nas transações agroindustriais, e estímulos à expansão do parque de fertilizantes, máquinas, implementos e rações balanceadas*”¹⁹. Dessa forma, foram privilegiados com as políticas governamentais não só os grandes proprietários como também os setores industriais voltados para o meio rural, formando os chamados Complexos

¹⁷ Ver: RAMOS, Carolina. *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil; uma análise da atuação da Confederação Nacional da Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*. Niterói: UFF, 2006, Dissertação de mestrado.

¹⁸ Cf; GOODMAN, David. “Economia e sociedades rurais a partir de 1945”. IN: BACHA, Edmar & KLEIN, Hebert (org.). *A Transição Incompleta*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

¹⁹ Ações do Ministério da Agricultura de 1979 a 1984: relatório elaborado pela Secretaria de Acompanhamento e Avaliação. *Ministério da Agricultura*, Brasil, p. 23. APUD: MENDONÇA, Sonia Regina de. Niterói: *Relatório Técnico do CNPq*. Projeto: “*Estado e Representação Empresarial: Um estudo sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964 – 1993)*”, Julho, 2004.

Agroindustriais.²⁰ Como defende MORAES, o que surge é “*um tripé onde os interesses agrário-industriais e urbanos-rurais se mesclam*”.²¹

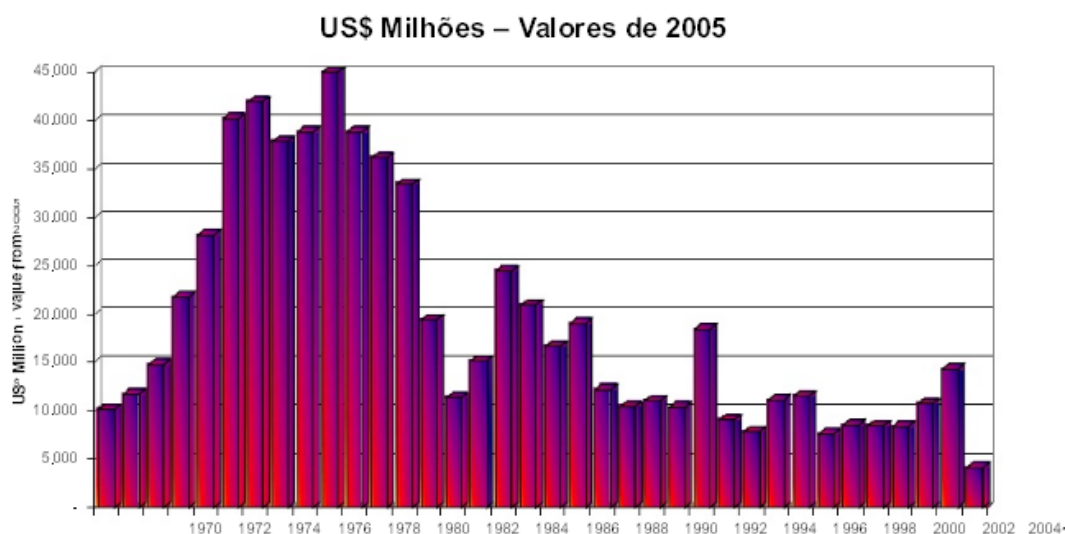
Em 1973, foi criada a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), vinculada ao Ministério da Agricultura e encarregada de promover inovações tecnológicas, como melhoria genética e o controle de pragas, desenvolvendo um sistema de pesquisa integrado a outros órgãos federais, Escolas Superiores Federais, Ministério da Educação e da Cultura e Governos Estaduais. Conforme lembra GONÇALVES NETO (1997), o investimento nestas pesquisas não teria um retorno muito rápido, além de contar com resultados imprevisíveis, o que o tornava particularmente custoso. Dessa forma, socializa-se a sua produção, encarregando o Estado de mais essa responsabilidade.²² Já o investimento em inovações mecânicas – cujo resultado é mais previsível e de retorno mais célere – seria dominado pelo capital industrial privado. No quadro abaixo elaborado por Elísio Contini²³ (EMBRAPA, 2005) pode ser depreendido a diferença entre o volume de investimentos no setor agrícola durante os anos da “modernização da agricultura” e de sua crise.

²⁰ Segundos dados do Ministério da Agricultura, o consumo de fertilizantes passou de 270 mil toneladas em 1964 para 3,2 milhões de toneladas em 1978 (...) Medidas governamentais de estímulo ao uso de fertilizantes adotadas a partir de 1973, principalmente, incluíram subsídio de 40% no preço, quando foi substituído pela concessão de crédito à taxa de juros zero. Cf; Brasil, MA/SECOM/SG. Síntese das Atividades do Ministério da Agricultura. Brasília, 1984. APUD: MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*

²¹ MORAES, Guimarães P. *Op. Cit.* p. 24.

²² Neste período, o governo federal tem ampliado substancialmente os recursos destinados à pesquisa agropecuária. Em termos reais, a média de recursos aplicados em pesquisa teve um crescimento superior a 30% no período de 1977 a 1982. APUD: MENDONÇA, Sonia Regina de. Niterói: *Relatório Técnico do CNPq. Projeto: “Estado e Representação Empresarial: Um estudo sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964 – 1993)*, Julho, 2004.

²³ Retirado do site www.scrib.com/doc/7327643/FGV-MBA-SP-ABRILELisioFORMATADA Consultado em 23 de agosto de 2010.



Com todos esses investimentos promovidos pelo Estado, a produtividade do setor agropecuário aumentou de 1964 até o final da década de 70, ocorrendo também a expansão de cultivo de produtos como a soja e a laranja. Já a exportação de produtos primários, ainda que reduzida em termos relativos pela presença crescente das vendas de produtos manufaturados, continuou a representar importante parcela na geração das divisas do país. A bibliografia especializada sinaliza também a crescente participação de produtos processados de origem agrícola, como derivados da soja e dos cítricos junto ao comércio externo brasileiro.

No final da década de 1970, as políticas governamentais para o setor agrícola foram prejudicadas pela crise econômica vivida pelo país.²⁴ Somava-se a isto, o fato de, neste período, verificar-se, concomitantemente, tanto o fortalecimento de organismos governamentais próprios a cada ramo ou produto - IAA, IBC, CACEX e etc. – quanto a proliferação de agremiações civis por produto, fazendo surgir no país uma miríade de novas entidades patronais de novo tipo -, secundarizando-se o peso político das tradicionais associações pluriprodutos²⁵. A grande variedade e atomização das entidades representativas do patronato agropecuário pode ser verificada por meio de sua divisão em quatro grupos, tal como se segue:

²⁴ Dessa forma, a concessão de crédito, que no período de 1963 a 1978 alcançaram a taxa média de crescimento anual em 16,5%, sofreu um retrocesso entre 1978 e 1981, evoluindo a taxa média de crescimento anual em apenas 0,675 %. O subsídio ao uso de insumos modernos também diminuiu. APUD: MENDONÇA, Sonia Regina de. *Op Cit.*

²⁵ Listagem das principais entidades representativas das classes dominantes na agropecuária brasileira divididas em: Ver MORAES, Guimarães P. *Op. Cit.* (Fonte: FAESP, SNA, Agenda dos Criadores e Agricultores, 1987).

I – Gerais: SNA, OCB, SRB, CNA dentre outras, perfazendo um total de 12;

II - Multiprodutos: COPERSUCAR, Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo, e etc. totalizando 21;

III - Por produto: ABCZ, Conselho Nacional de Pecuária de Corte. Total: 152;

IV - Insumos, Máquinas e Processamento: ANAGRI – Associação Nacional Desenvolvimento e Mecanização Agrícola, ANIC – Associação Nacional das Indústrias Cítricas. Total: 22.

Para exemplificar este fracionamento MORAES ²⁶ cita o caso paradigmático da indústria de suco cítrico concentrado. Até 1985, as indústrias processadoras de suco cítrico concentrado no Brasil encontravam-se reunidas e funcionando como bloco coeso junto à Associação Brasileira das Indústrias de Sucos Cítricos (ABRAS-SUCOS), sob a liderança das três maiores empresas: Cutrale, Citrosuco e Cargill; diferentemente dos produtos agrícolas que defendiam-se com um grau de organização bem menor.²⁷ Segundo o autor, via de regra a indústria levava vantagem, sendo que o organismo do governo que intermediava tais negociações era a CACEX.

Devido a questões relativas à forma de pagamento da laranja no mercado interno e à revisão das normas de exportação do suco, as três indústrias (Citrosuco, Cutrale e Cargill) entraram em conflito. A Citrosuco e a Cargill se uniram, posto discordarem da situação. Ancoradas na publicação Food/News de 1984, a qual denunciava que a Cutrale rompera os termos de venda à entidade que congregava os engarrafadores de sucos de frutas da Alemanha Ocidental, procurando beneficiar-se da alta de preços, divulgaram que a mencionada indústria não cumpria com seus compromissos externos.

A partir daí, a Citrosuco e a Cargill mudaram sua estratégia, iniciando um movimento de alianças com pequenas empresas justificada a partir do discurso oposto, de eliminação das cotas de exportação. Esta ação visava isolar a Cutrale. Sendo assim, em 1985, foi constituída a ANIC, Associação Nacional das Indústrias Cítricas -

²⁶ *Idem*, p. 27.

²⁷ Merece destaque a dinamização na produção de laranjas, tendo o Brasil a partir do final dos anos 70, se firmado como maior exportador mundial de suco concentrado de laranjas. Cf; Brasil, MA/SECOM/SG. Síntese das Atividades do Ministério da Agricultura. Brasília, 1984. APUD: MENDONÇA, Sonia. *Op. Cit.*

dissidência da Abrasucos – formada pela Citrosucos, Cargill, Citropectina e Bascitrus. Vale lembrar que faziam parte do corpo diretivo da recém criada ANIC, alguns ex-diretores da CACEX, dentre eles Benedito Moreira chamado pela ANIC e Carlos Viacava, pela Abrasucos.

1. 2 A crise da modernização e a atuação das agremiações patronais agrícolas

A respeito dos discursos patronais difundidos pela grande imprensa a partir do início da década de 1970, é possível verificar que as queixas dos produtores/empresários rurais às políticas de Estado diminuíram consideravelmente, devido à elevação dos investimentos no setor. A tônica das demandas e críticas neste período giraram em torno da propaganda e da defesa da ampliação de inovações tecnológicas e da produtividade no campo. Já em fins dos anos 1970 e início da década de 80, face à crise da modernização, a diminuição dos subsídios estatais para a agricultura e a reemergência de conflitos sociais no campo, as agremiações patronais rurais retomaram suas críticas às políticas governamentais²⁸. Semelhantes críticas tinham como cerne a negligência e o descaso atribuídos ao Estado para com a agricultura, afinal, um setor gerador de divisas, fundamental para o desenvolvimento capitalista do país. Segundo a Sociedade Rural Brasileira (SRB) em nota oficial²⁹:

“O casuísmo e a improvisação continuam a nortear a política agrícola do Brasil e a desaconselhar novos investimentos para a melhoria de eficiência da produção agropecuária. E mais grave ainda serão os efeitos sobre o consumidor em futuro próximo”.

A SRB, ancorada no discurso cujo objetivo seria reconquistar o espaço perdido pela agricultura – e, em particular, por ela própria -, reivindicou a condição de principal porta-voz do setor agropecuário e agroempresarial. Conforme assinala Ramos:

Com o anúncio do Estatuto da Terra pelo governo Castelo Branco, a SRB passou a criticar veementemente - via grande imprensa - as medidas estatais para o campo, afirmando, inclusive, a aproximação desta proposta de reforma agrária com aquela defendida pelo governo Goulart, deposto pelo golpe.

²⁸ Ver RAMOS, Carolina. *A Confederação Nacional da Agricultura: do início dos anos 60 a modernização conservadora*. TCC – UFF Niterói, 2003.

²⁹ *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 21 de novembro de 1978 p. 36.

Desta feita, o processo modernizador também fez com que se intensificassem conflitos já latentes por conta da duplicidade de representação política da classe proprietária agro-industrial: a formal-legal (materializada nas federações rurais estaduais, bem como na Confederação Nacional de Agricultura) e a real (representada por associações civis de produtores).³⁰ Tais conflitos podem ser explicados pela própria dinâmica desta “modernização” que, ao distribuir amplos créditos e subsídios com vistas à consolidação do capitalismo no campo, abriu o leque para a especialização/diversificação crescente da produção agroindustrial para investidores de outros ramos de atividades³¹, bem como para a conseqüente diferenciação de interesses daí advinda.³² A crescente especialização da produção agroindustrial acirrou, por sua vez, um duplo processo de diferenciação. Tanto no âmbito econômico, como no político abriu-se espaço para uma disputa pela hegemonia que configurou a tentativa de renovação política dos grupos agrários, em busca da afirmação de um único e consensual novo discurso de legitimação, em contraponto à extrema diversidade dos seus negócios. (MENDONÇA, 2005).

A diferenciação engendrada no decorrer das décadas de 1960 a 1980 resultou no recrudescimento dos embates e disputas no seio da classe dominante agroindustrial, redefinindo seus canais e mecanismos de representação política. O novo cenário político propiciado pela “crise da modernização” gerou contradições intra-classe dominante que levaram à própria crise do sistema de representação formal-legal do patronato rural brasileiro. A representação real, em detrimento da representação formal-legal, assumiria, a partir deste momento, a liderança da representação dos setores beneficiados pela “modernização”.³³

³⁰ GRAZIANO DA SILVA. “As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1991.

³¹ GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

³² MORAES, Guimarães P. Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, ano 17, n.2, p. 17-33, ago/Nov.1987.

³³ MENDONÇA, Sonia Regina de. Entidades patronais rurais no Brasil recente: Indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial. In: _____. (org) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EDUFF/ Vício de Leitura, 2005.

MENDONÇA, ao refletir acerca do processo de diferenciação de interesses por conta da diversificação interna dos negócios do setor, sustenta que se fez necessária a articulação/organização por parte do patronato agroindustrial em prol da formulação de um discurso legitimador que unificasse a fala do conjunto de seus representantes:

(...) Neste novo cenário, em que as lideranças das agremiações patronais falavam a partir de uma agricultura já transformada e afeita às novas necessidades da acumulação capitalista no país, sua retórica se deslocava do eixo da “superação do atraso” – tal como nos anos 60 -, voltando-se para a construção/legitimação de uma identidade empresarial dos grandes proprietários. Produzia-se, assim, um “descompasso” entre os planos econômico e político, já que ao iniludível caráter diversificado e altamente mecanizado da agricultura, contrapunha-se uma retórica ainda pautada pela busca da – cada vez mais difícil – unidade de lideranças.³⁴

A partir desta conjuntura, uma das agremiações conquistaria destaque e prestígio político junto às sociedades política e civil, marcando sua especificidade frente às demais associações: a paulista Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).³⁵ Tendo sido fundada no ano de 1969 por lideranças cooperativistas oriundas desta unidade da federação, a OCB englobava diversos ramos da atividade econômica - representando inclusive cooperativas de serviços como médicos, jornalistas, taxistas, músicos, etc. -, a agricultura consistia no mais expressivo setor produtivo representado

³⁴ _____. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness. *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*, n.2, maio de 2006.

³⁵ Dos poucos trabalhos existentes sobre a temática da representação política dos grupos dominantes agroindustriais do país, mais escassos ainda são os que trabalham de forma direta com a OCB e ou que a tangenciam. Dentre estes estudos merecem destaque respectivamente: MENDONÇA, Sonia R. Entidades patronais rurais no Brasil recente: Indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial. In: _____. (org) Estado Brasileiro: Agências e Agentes. Niterói: EDUFF/ Vício de Leitura, 2005. _____. MENDONÇA, Sonia R. *Op. Cit.*; BRUNO, Regina. Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A Nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997. _____. “Patronato rural: a modernização da retórica”. *Reforma Agrária*, no 1, vol. I, abr., 1993. _____. *Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

pela entidade³⁶. Isto pode ser observado não só pela maior incidência de matérias referentes ao meio rural, publicadas nos vários periódicos da OCB³⁷, como também pela composição de seus quadros dirigentes formados, majoritariamente, por proprietários e empresários rurais.

Em alusão a composição social da entidade salienta-se a aproximação existente entre o seu representante de maior projeção, Roberto Rodrigues, e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), posto ter sido diretor do Departamento de política cafeeira desta entidade entre 1984 e 1986. Já Ney Bittencourt de Araújo - presidente e propositor da ABAG - em conjunto com a OCB – ocupou a direção do Departamento de Insumos Modernos da SRB de 1981 a 1983.

1.3 Entra em cena a OCB: Campanhas e embates

A primeira estratégia de ação adotada por esta organização consistiu em afirmar sua liderança no próprio interior do movimento cooperativista do país. Assim se fortalecendo, passaria a estreitar vínculos mais sólidos³⁸ com agências do Estado restrito. Segundo Sonia Mendonça, a OCB, ainda no momento de construção de sua hegemonia intra-movimento cooperativista, obteve forte apoio estatal por intermédio de um Convênio com INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) cujo objetivo era propiciar recursos materiais para a ação política da entidade.

Com base nos escritos por ela veiculados ao longo da crise de modernização da agricultura brasileira - entre os anos de 1978 e 1987 - percebe-se que, apesar de haver maior ênfase em matérias relativas ao cooperativismo agropecuário, eram também abordadas notícias acerca das demais formas de cooperativas que a compunham, de modo a explicitar sua capilaridade e amplitude tanto junto ao setor, quanto na sociedade

³⁶ MENDONÇA, Sonia R. Entidades patronais rurais no Brasil recente: Indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial. In: _____. (org) Estado Brasileiro: Agências e Agentes. Niterói: EDUFF/ Vício de Leitura, 2005.

³⁷ O título do primeiro periódico publicado pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) intitulava-se *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília, Organização das Cooperativas Brasileiras, 1978-1981. De 1982 a 1987 o periódico passou a ser chamado de *Jornal do Cooperativismo* e entre os anos de 1988 a 1993 denominou-se *Informativo OCB*.

³⁸ MENDONÇA, S. A nova hegemonia do patronato agrário brasileiro: da Organização das Cooperativas Brasileiras à Associação Brasileira de Agribusiness. *Antítese – Marxismo e Cultura Socialista*, n.2, maio de 2006.

como um todo. Nota-se, ainda, o esforço da OCB em aumentar a expressão política do cooperativismo no contexto das decisões governamentais, destacando o *amadurecimento* do movimento e, sobretudo, sua importância como gerador de divisas para o país. Para tanto, foram realizados Congressos reunindo os principais líderes cooperativistas - como, por exemplo, os presidentes das OCEs (Organização das Cooperativas Estaduais) – e representantes estatais.

Tomou-se como exemplo Editorial de janeiro/fevereiro de 1979, intitulado *O que esperamos do Governo Figueiredo*, em que a OCB apresenta, dentre outras, as seguintes exigências: incentivos fiscais às cooperativas, regime tributário aperfeiçoado ao cooperativismo, criação e fortalecimento das cooperativas de crédito, participação dos representantes de cooperativas em programas e órgãos oficiais voltados para o cooperativismo e para a agricultura, etc. Durante a primeira metade da década de 80, em plena crise econômica, a OCB critica veementemente o tabelamento de preços de produtos agrícolas e o corte de subsídios ao crédito rural.³⁹

A OCB procurou, ainda, apresentar o movimento cooperativista como uma alternativa aos conflitos de classe ou, como sinaliza o Editorial de julho/agosto de 1980, um “*instrumento de equilíbrio social*”⁴⁰. Em relação às greves de trabalhadores⁴¹ ocorridas no final dos anos 70, a OCB assim se pronuncia:

“É compreensível que após um longo período de compressão, a classe trabalhadora queira exercer o seu direito de reivindicar, direito este tipicamente democrático.”

42

MENDONÇA (2004), refletindo sobre o contexto de surgimento do movimento cooperativista nos anos 70 – nesta etapa, encabeçado pela OCB - assevera ter este igualmente se consolidado - num momento de intensificação de greves dos trabalhadores no final da década de 70 - como uma solução para os conflitos de classe.

³⁹ *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília, OCB, julho/agosto de 1979, p. 3

⁴⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. Niterói: *Relatório Técnico do CNPq*, Julho, 2004.

⁴¹ _____. A política de cooperativização agrícola do Estado Brasileiro (1930-1945). Niterói, EDUFF, 2002.

⁴² *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília, OCB, julho/agosto de 1979, p. 1.

Como solução para estes conflitos a OCB aponta para a formação de cooperativas de trabalho:

“Devemos raciocinar que a greve representa, sobretudo, o confronto entre patrões e empregados. Se vários segmentos da sociedade brasileira e, principalmente, o Governo houvessem se preocupado em estimular a constituição de cooperativas de trabalho, esse impasse real, ou seja, o confronto não existiria (...) seriam eles mesmos [os trabalhadores] os proprietários dos meios de produção (...). Não ocorrendo a figura do patrão, não se faria presente, ao menos teoricamente, a greve, pois ninguém faz greve contra si mesmo.”⁴³

Deste modo, o cooperativismo agrícola representado pela OCB, como explicita MENDONÇA, configurou-se como instrumento de minimização dos conflitos entre pequenos e grandes produtores rurais e até mesmo de subordinação do pequeno ao grande produtor. Para tanto, o suporte ideológico do cooperativismo defendido pela OCB se constituía em noções como igualitarismo e democracia. Nesta resignificação, os ideais cooperativistas eram anunciados como detentores de uma missão social. Tais argumentos serviram de base para a construção e legitimidade de sua liderança.

A questão dos princípios doutrinários contidos no Cooperativismo tornava-se, pois, a “bússola” a direcionar tanto a organização dos quadros da própria entidade, quanto sua legitimação “externa”, já que Igualitarismo, Sociabilidade Democrática e Paz Social eram definidos como inerentes ao movimento desde suas origens no século XIX. Daí apresentar-se a agremiação como opção atraente para a manutenção da ordem social no campo.

Verificou-se também que a OCB procura diferenciar as premissas “filosóficas” das cooperativas em relação às das demais empresas, denominadas, pela própria revista, de “mercantilistas”, vide a articulação da OCB junto ao Estado restrito na tentativa de impedir que usineiros paulistas formassem uma cooperativa – a COOPERSUCAR. Segundo a OCB, este grupo estaria apenas interessado em obter

⁴³ *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília, OCB, julho/agosto de 1979, p. 2.

benefícios governamentais sob este título, não tendo o compromisso com os ideais e a “missão” cooperativistas ⁴⁴:

“Na verdade, muito mais que uma disputa com os industriais do açúcar, trata-se da própria sobrevivência do sistema. Por onde passa um cartel, passam dois, cem, mil. Tolerar esta medida seria tolerar a invasão do cooperativismo pelo capitalismo. A isso, temos de dizer simplesmente: NÃO.” ⁴⁵

A construção da hegemonia da OCB extramuros da entidade também contou com elaborações de cunho teórico que incidiam na difusão da suposta “*tendência natural*’ das cooperativas para o exercício da função representativa, face a seu cunho sabidamente “democrático” e igualitário”, o que tornava o Cooperativismo uma espécie de intermediário ideal entre grupos agrários e sociedade em geral. (MENDONÇA, 2010. p. 185).

No entanto, a OCB defendia, sobretudo, – e apesar de seu discurso “igualitarista” – uma versão bastante empresarial do cooperativismo, baseada na eficiência e no lucro ⁴⁶ Além disso, com base no levantamento da trajetória dos principais dirigentes da entidade, observa-se que muitos deles vinculavam-se ao setor da agroindustrial (MENDONÇA, 2010) ⁴⁷. O presidente da OCB entre 1979 e 1983, José Pereira Campos, por exemplo, era, simultaneamente, presidente da Itambé - Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais. Já Alfredo Lopes Martins Júnior, um dos diretores da agremiação em igual período, era presidente da CCPL - Cooperativa Central dos Produtores de Leite do Rio de Janeiro.

No início da década de 1990, a OCB atuava de maneira contundente para que seus interesses fossem representados no Congresso Nacional. Na edição de setembro de 1990 do *Informativo OCB* foram publicados o nome, a foto e o *curriculum vitae* dos candidatos a deputados federais que, apoiados pela entidade, estavam comprometidos

⁴⁴ Vale assinalar que sobre esta questão a SNA compartilha de postura idêntica.

⁴⁵ *Revista Nacional do Cooperativismo*. Brasília, OCB, janeiro/fevereiro de 1979, p. 1.

⁴⁶ A principal cooperativa de médicos abordada na revista consiste na Unimed.

⁴⁷ O levantamento minucioso acerca das biografias dos dirigentes que compõe esta entidade, com vistas a mapear a base social da mesma pode ser encontrado em MENDONÇA, S. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. RJ: Editora UFRJ, 2010.

com a “causa cooperativa”. É também particularmente notória a estreita aproximação da OCB com o setor de agribusiness, reforçando ainda mais o caráter empresarial do cooperativismo defendido pela entidade. Aproximação esta que, no decorrer dos acontecimentos, se desnudaria como formulação, construção e direção⁴⁸ - por parte do segmento mais tecnicizado do agro brasileiro, a OCB - de um determinado projeto para o agribusiness no país. O entendimento desta questão está ancorado no conceito de *partido político* de Gramsci⁴⁹, posto que aqui se concebe a OCB e seu grupo de apoio como um

“organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha se iniciado a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e fundamentada parcialmente na ação. (...) é o partido político: a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais.”
(GRAMSCI, 1986 p. 15)

A crescente importância do segmento do agronegócio pode ser observada, de certa maneira, pela trajetória política de Roberto Rodrigues, presidente da OCB no decorrer da década de 1980 e importante representante do movimento cooperativista e do agribusiness nacional e internacionalmente. Roberto Rodrigues, além de liderar a Frente Ampla da Agropecuária⁵⁰ criada em 1986, passou a integrar, em 1991, o Conselho Monetário Nacional (CMN), tornando-se igualmente presidente da Aliança Internacional de Cooperativas, em inícios dos anos 90. No final da década de 1990, assumiu a presidência da ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness), além da própria Pasta da Agricultura no governo Lula entre os anos de 2003 a 2006. Hoje, dentre outros postos, ocupa a presidência do recém-criado Conselho Superior de Agronegócio da Federação dos Industriais do Estado de São Paulo (FIESP).⁵¹

O processo de construção da hegemonia da OCB junto ao conjunto das entidades patronais agroindustriais brasileiras ao longo da crise da modernização teve como

⁴⁸ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Tradução Luiz Mario Gazeano. 5 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

⁴⁹ *Op Cit*, pp. 6 e 7.

⁵⁰ A Frente Ampla da Agropecuária Brasileira foi capitaneada pela OCB e se tratava de uma entidade pan-agremiativa, formada com o objetivo de isolar a UDR e assim instituir-se como liderança dos segmentos da classe dominante agrárias. Ver MENDONÇA, S. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. RJ: Editora UFRJ, 2010 p. 206.

⁵¹ Cf. www.fiesp.com.br

principal desdobramento político a criação de uma instituição patronal de novo tipo: a ABAG, posto ter inaugurado um novo patamar/modalidade de representação política dos grupos ligados aos setores agropecuário, agroindustrial e financeiro do país. Portanto, o cooperativismo em questão se consolidou sob a forma de intensa concentração de capitais e de poder.⁵²

O êxito por ela alcançado em fins da década de 80 – oriundo da vitória obtida junto às disputas travadas entre os segmentos de grandes empresários rurais - nos debates para a elaboração e aprovação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (1985), na Assembléia Nacional Constituinte de 1988, e, sobretudo, na ascensão de seu porta-voz mais expressivo, Roberto Rodrigues⁵³, marcaria uma inflexão na crise do sistema de representação patronal rural, estritamente associada às transformações que incidiram sobre o campo ao longo das décadas precedentes.

1.4 Embates políticos em torno do I PNRA

O marco “explicitador” da crise do sistema de representação do patronato agropecuário foi a elaboração e divulgação do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985, pelo governo Sarney. O plano gerou intensas polêmicas junto às distintas frações da classe dominante rural, levando-as a mobilizarem-se ativamente para modificar seu texto original. Tal mobilização redefiniu alianças e articulações entre todos esses segmentos. As entidades patronais rurais assumiram diferentes posições face ao PNRA. Os dirigentes da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) defendiam, de forma sistemática, a idéia de que o Plano, além de ferir a Constituição, contrariava os princípios do antigo Estatuto da Terra

⁵² *Op. Cit.* p. 187.

⁵³ Formou-se como Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior da Agricultura Luiz de Queiroz. Agropecuarista em São Paulo e Minas Gerais. Diretor-executivo da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), Presidente da Eximcoop (Exportadora e Importadora das Cooperativas) e representante da agricultura no Conselho Monetário Nacional, Diretor da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Orplana), diretor na SRB e na Sociedade dos Técnicos Açucareiros e Alcooleiros do Brasil (Stab), diretor-conselheiro da Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias (FEMECAP), Presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), vice-presidente da Organização das Cooperativas Americanas, secretário-geral da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, Presidente da Aliança Mundial de Cooperativas, vice-presidente da SNA de 1992 a 1994, diretor do departamento de política cafeeira da SRB entre 1984 e 1986, professor do Departamento de Economia Rural da Unesp (Campus Jaboticabal), Presidente do Instituto Brasileiro do Agribusiness em 1990 e ex-ministro da agricultura. **Fontes:** *Informativo OCB*. Brasília, Organização das Cooperativas Brasileiras, nov. de 1991, p.1. e Dicionários Bio-bibliográficos.

que, segundo eles, deveria continuar prevalecendo como instrumento legítimo de aperfeiçoamento da política fundiária.⁵⁴

Regina Bruno pontua que, ao longo da conjuntura de 1985, trabalhadores e proprietários galgaram espaços de influência junto às instâncias de governo bem como respaldo político junto à sociedade civil, posto que ambas as classes – com claras divergências entre elas – acreditaram

“na possibilidade real de que MIRAD e INCRA traziam uma leitura e uma operacionalização diferentes do Estatuto da Terra. (...) O Estatuto da Terra serve, então, como força de alteração da estrutura fundiária na visão dos trabalhadores, e força de conservação do “status quo” na interpretação dos proprietários rurais.”

Além disto, a SRB, em inúmeros momentos, agiu no sentido de inviabilizar por completo a proposta de reforma agrária do governo, assinalando suas supostas falhas técnicas. A entidade questionou, por exemplo, o cadastro de terras do INCRA e sua defasagem, já que

“o volume de terras ociosas é menor do que o INCRA imagina, e é necessário, portanto, um recadastramento geral dos imóveis rurais do País, pois há desvios estatísticos que chegam a 100%”⁵⁵.

Ademais, para a SRB, a execução da reforma agrária sugerida pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) demandaria altos gastos públicos, comprometendo, assim, a produtividade do setor. Isto porque os recursos, que poderiam ser destinados ao crédito e pesquisa agrícolas, estariam comprometidos com um projeto de reforma agrária dotado de cunho distributivista⁵⁶ Em resposta, José Gomes da Silva, autor do Plano e presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária),

⁵⁴ Ver BRUNO, R. e CARVALHO, A. “Processos históricos: atores sociais no debate do I PNRA.” IN: BRUNO, Regina. *Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

⁵⁵ OESP. São Paulo, 26 de junho de 1985, p.12.

⁵⁶ Ver: SILVA, José Gomes da. *Caindo por terra: crises da Reforma Agrária na Nova República*. SP: Busca Vida, 1987.

afirmaria que “*é muito difícil entender como o fato de dar utilização a terras ociosas poderia colocar em risco a produção agrícola.*” (GOMES DA SILVA, 1987 p. 33)

No tocante à crítica feita às defasagens estatísticas do INCRA, a ABRA esclareceu que as cifras utilizadas derivavam de declarações produzidas pelos próprios proprietários rurais, sendo que todos os dados contidos na proposta foram atualizados para o ano de 1984.

Já os quadros dirigentes da SNA e da OCB, embora tivessem pontos de discordância com relação ao Plano, adotaram postura mais flexível, sem desqualificar por completo a proposta do governo, demarcando suas especificidades frente às demais associações. Elas discordavam apenas com relação ao ponto de partida na condução da Reforma: enquanto as lideranças da SNA referendavam a implantação de uma Justiça Agrária especializada, as da OCB defendiam, veementemente, a idéia de que a Reforma deveria ser realizada pelas cooperativas e o próprio Sistema OCB.

Em crítica aberta à SRB, Octávio de Mello Alvarenga – presidente da SNA – refutou o argumento da perda de rentabilidade do setor rural caso a reforma agrária, nos moldes propostos pelo governo, fosse aplicada. Segundo ele: “*isso não ocorrerá, desde que seja garantido o direito à propriedade privada*”. (OESP, 1985)

Aproximando-se da orientação da OCB, a SNA sustentou a tese de que a reforma agrária deveria vir acompanhada do desenvolvimento de políticas agrícolas e da implantação de uma *Justiça Agrária*. A concepção de Justiça Agrária defendida pela SNA no debate em torno do I PNRA possui um extenso histórico que guarda relações com o contexto do Estatuto da Terra em 1964.

Em grande parte de seus escritos Octávio Alvarenga, jurista especializado, justamente, em Justiça Agrária, ressalta a importância da promulgação do *Estatuto da Terra* para a legitimação do *Direito Agrário Brasileiro*. Todas as iniciativas referentes à temática rural no setor legislativo até o Estatuto eram pautadas pelo pressuposto de que cabia aos Estados da Federação o poder de legislar sobre tais assuntos. Segundo ele, com o *Estatuto*

“desencadeou-se um processo reformista, destinado a formar uma nova mentalidade de revalorização da sociedade rural, por meio de equacionamento dos seus problemas peculiares”⁵⁷

⁵⁷ ALVARENGA, Octávio Mello. *Direito Agrário*. RJ, Edição do Instituto dos Advogados Brasileiros, 1974. p. 259.

No entanto, de acordo com o autor, a evolução do Direito Agrário brasileiro traria consigo a necessidade de submeter as questões ligadas ao trabalhador agrícola a uma *Justiça Agrária*. A primeira menção a uma “justiça rural” data de 1956 e foi proferida no Instituto dos Advogados Brasileiros pelo representante da SNA na ocasião - Edgar Teixeira Leite - com a intenção de consolidar as chamadas *Juntas Agrárias de Conciliação e Julgamento*. Entretanto, a Justiça Agrária emergiu, de fato, em decorrência do *Estatuto da Terra*, consolidando-se em mecanismo de garantia de sua aplicabilidade e tida como questão de segurança nacional. Logo, torna-se significativa a citação utilizada por Alvarenga, extraída de obra de Carlos José Assis Ribeiro - também especialista - na conferência *Justiça Rural e intervenção estatal em zonas de conflito rural*:

*“Temos a mais firme convicção de que a instituição da Justiça Rural é, já hoje, um imperativo categórico de ordem democrática e de ordem cristã, conseqüentemente, ordem nacional”*⁵⁸.

Ainda nesta perspectiva, destacamos que inúmeras foram as críticas advindas do meio jurídico ao Estatuto, mormente no tocante à ausência de um aparelho judiciário especializado – questão presente em diversos debates posteriores – que pudesse reger as relações de trabalho, as desapropriações por interesse social para fins de Reforma Agrária (entendida como uma reformulação da posse e do uso da terra), os contratos agrários de arrendamento e parceria, a aplicação do Imposto Territorial Rural, as questões ligadas à assistência e proteção à economia rural e os conflitos relativos à terra-pública ou particular – assim como sobre a discriminação das terras devolutas.

No bojo de toda a discussão que se seguiu, sobre a necessidade, e até mesmo a urgência, da implementação de uma Justiça Agrária no país, estava o processo de “modernização da agricultura”, iniciado em 1964 e que, segundo a literatura produzida pela SNA, criou “*pontos de concentração operária*” em várias regiões do interior - devido à mecanização da lavoura e introdução de novas técnicas e insumos modernos, –

⁵⁸ ALVARENGA, Octávio de Mello. *Teoria e Prática do Direito Agrário*. RJ, Adcoas/Consagra, 1978. P.232.

propiciando o surgimento da luta de classes na agricultura. Conforme frisa Mello Alvarenga:

“A despersonalização dos empregadores rurais, as grandes fazendas e granjas, organizadas sob forma de sociedades anônimas, impulsionaram o equacionamento – digamos assim – da industrialização da agricultura, isto é, da aplicação da vida agrária de métodos peculiares a indústria manufatureira e transformativa”⁵⁹.

O argumento principal para a defesa de uma jurisdição especial seria a preocupação em superar os entraves burocráticos e a lentidão da justiça comum, além de seu despreparo técnico no trato das questões agrárias. Todavia, cabe destacar que dentro do próprio campo de debates, não havia consenso no que se refere ao estabelecimento da Justiça Agrária, existindo grupos contrários à criação de nova “judicatura agrária especializada”. A primeira corrente, segundo o presidente da SNA, era de natureza conservadora e contestava até mesmo a existência de problemas agrários no Brasil. Já a segunda possuía raízes subversivas e criticava duramente a idéia de que as ações do Estado pudessem solucionar os dilemas estruturais vigentes, há muito, meio agrário brasileiro. Este grupo, nas palavras de Alvarenga, propunha “*medidas radicais, distanciadas da filosofia econômica democrática*”. Por fim, havia também uma vertente que tinha no argumento da elevação dos gastos e despesas a justificativa básica para a não aceitação desses novos tribunais.

Todavia, com base no material pesquisado, podemos constatar no meio jurídico a vitória do segmento que endossa a implantação da Justiça Agrária (entendida como base do binômio justiça social - produtividade), haja vista a realização de um número considerável de palestras e congressos, bem como de livros e revistas publicados sob o patrocínio do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com o intuito de divulgar a necessidade de se efetivar um sistema legal agrário com vistas à consagração da “*harmonia nas relações resultantes do uso e da posse e exploração e do trabalho da terra*”⁶⁰.

⁵⁹ *Idem*, p. 171.

⁶⁰ *Ibidem*, p. 172.

Outra importante agência envolvida nesses debates foi a ALADA (Associação Latino-Americana de Direito Agrário), entidade de direito privado que buscava o estudo, o ensino e a divulgação do Direito Agrário em toda a América Latina. Esta instituição foi criada em 1968 por um grupo de estudiosos de: Portugal, Espanha e de países da América Latina. Na ata de sua fundação⁶¹ observamos que tinha pretensões de alcançar *status* de associação internacional. Salienta-se que na época desta publicação Alvarenga ocupava, simultaneamente, os cargos de Diretor-Executivo da ALADA, de Vice-Presidente da Associação Mundial de Direito Agrário e de Procurador do INCRA.

Uma de suas principais campanhas foi a obrigatoriedade da cátedra de Direito Agrário junto ao currículo das faculdades de Direito. Vale ressaltar que tal campanha era também bandeira de luta da SNA. Em Memorial entregue ao Conselho Federal de Educação a ALADA afirma:

“Os juristas que insistem em virar as costas à realidade rural e a negar a autonomia didática do Direito Agrário cometem grave equívoco contra a sociedade e o povo brasileiro, quando não um desconhecimento deliberado, ou não, da nova realidade de nossos dias. (...) Insiste-se em considerar o Direito Agrário mero capítulo do Direito Civil, o que é mais grave do que desconhecer a existência de um Direito Comercial autônomo, desprendido da velha árvore do Direito Civil”⁶².

A primeira revista publicada pela ALADA procurava apoiar a comissão instituída nos quadros do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária), que levou ao Ministério da Agricultura em 1968, de modo a aprovar a constituição de uma Comissão Especial de Direito Agrário, no sentido de acumular discussões e propor sugestões à criação da Justiça Agrária no país. Integravam tal Comissão juristas, representantes da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), nomes como Edgar Teixeira Leite e Paulo de Assis Ribeiro⁶³, além de Octávio de Mello Alvarenga, na qualidade de seu presidente.

⁶¹ Parte da ata de fundação desta associação está publicada no livro: ALAVARENGA, Octávio Melo. *Direito Agrário*. Editora do Instituto dos Advogados Brasileiros, 1974.

⁶² *Ibden*, p. 273.

⁶³ Edgar Teixeira Leite foi vice-presidente da CRB e da SNA. Paulo Assis Ribeiro é Engenheiro e economista. Foi Chefe do Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para Amazônia nos anos de 1940, diretor da FGV em 1944 e 1945, membro do IPES de 1962 a 1968, representante do MEC junto à elaboração do PAEG. Presidente do IBRA entre 1965 e 1967 e decano do Centro de Ciências Sociais da

Nesse contexto, deve-se acrescentar a participação de outras entidades com objetivos análogos e que desenvolveram ações similares tais como: Instituto Paulista de Direito Agrário; Associação Brasileira de Reforma Agrária e Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.

A SNA continuou defendendo a proposta de Justiça Agrária no contexto de elaboração/aprovação do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), de 1985. Tal bandeira constituiu-se numa especificidade do posicionamento da SNA neste projeto do governo Sarney, tornando-se um elemento diferenciador frente ao discurso veiculado por outras entidades patronais agrícolas.

A SNA procurou articular a proposta de Justiça Agrária com o projeto de Reforma Agrária do governo:

“qualquer projeto de reformulação fundiária, associativa, de contratos e tributos resulta num acréscimo de leis, de regulamentos e decisões administrativas. Existe uma ponte natural vinculando a proposta partidária do governo (Reforma Agrária) à tese reiterada pela S.N.A. desde 1963 – Justiça Agrária.”⁶⁴

Além disso, a Justiça Agrária, sob a ótica dos dirigentes da SNA, seria instrumento fundamental para a solução dos conflitos no campo, diferentemente das propostas das demais entidades no que diz respeito a essa questão:

“Os verdadeiros empresários rurais não temem a aplicação da lei. Pelo contrário, eles as reclamam. Tem o mais vivo interesse em acabar com a violência, em terminar com a substituição da lei do gatilho pelos códigos da civilização”⁶⁵“.

A SNA, apesar de fazer algumas restrições ao projeto de Reforma Agrária do governo admitia, pelo menos no discurso, a existência do problema da concentração

PUC-RJ entre 1968 a 1970. APUD RAMOS, C. *Sindicato Patronal Rural e Reforma Agrária no Brasil; uma análise da atuação da Confederação Nacional da Agricultura frente às políticas governamentais voltadas para a questão fundiária (1961-1970)*. Dissertação de mestrado UFF, Niterói, 2006.

⁶⁴ A *Lavoura*, nov.-dez. 1985, p. 2. Apud MENDONÇA, Sonia Regina de. Niterói: *Relatório Técnico do CNPq. Projeto: “Estado e Representação Empresarial: Um estudo sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964 – 1993)*, Julho, 2004.

⁶⁵ A *Lavoura*, jan.-mar. 1989, p.8.

fundiária no país, bem como a necessidade de uma reforma na agricultura chegando a elaborar, inclusive, a sua própria proposta de Reforma Agrária. Nesta, a SNA defendia, articulado à Reforma Agrária, o princípio cooperativista e a implantação da Justiça Agrária, ao mesmo tempo em que procurava aproximar-se do projeto do governo.⁶⁶

“qualquer projeto de reformulação fundiária, associativa, de contratos e tributos resulta num acréscimo de leis, de regulamentos e decisões administrativas. Existe uma ponte natural vinculando a proposta partidária do governo (Reforma Agrária) à tese reiterada pela S.N.A. desde 1963 – Justiça Agrária.”⁶⁷

Vale ressaltar que este posicionamento da SNA pode ser visto como uma estratégia política da entidade em busca de novos aliados, como a OCB, o Instituto Brasileiro dos Advogados e setores do próprio Estado. Numa das falas do presidente da agremiação durante o “Seminário Nacional de Reforma Agrária – Justiça Agrária”, patrocinado pela SNA e realizado no Hotel Gloria (RJ) em Agosto de 1985, contando com a presença das principais lideranças de associações patronais rurais, pode ser observada a seguinte afirmação de Alvarenga:

“Procuramos deliberadamente, o co-patrocínio de duas entidades da mais elevada qualificação: O Instituto dos Advogados Brasileiros e a Organização das Cooperativas Brasileiras (...). Nos debates que sucedem pelo Brasil afora o tema da Reforma Agrária muitas vezes se apresenta através de atitudes emocionais, refletindo radicalismos inaceitáveis. Propositalmente, este conclave dá ao Direito Agrário Brasileiro o destaque merecido... A necessidade de juízes especializados e de um processo específico para acelerar o julgamento de todos os casos vinculados à terra é tese bastante antiga da S.N.A.”⁶⁸

Já a SRB criticou contundentemente o projeto de Reforma Agrária do governo, apontando para seus “erros”:

⁶⁶ *Idem*, p. 17.

⁶⁷ *Ibidem*, p.18.

⁶⁸ Anais. *A Lavoura*, op.cit., p.20.

*“O PNRA contém uma falha conceitual básica, na medida em que preceitua que a propriedade de terra não vem cumprindo sua função social por estar, em larga medida, inexplorada e reincide no erro de apontar o proprietário de terras como responsável por tal fato (...). Em conclusão, o Brasil não é o caos fundiário e a desordem agrária que o PNRA faz crer.”*⁶⁹

No conjunto das agremiações que criticavam o PNRA e de suas divergências intra-classe, destaca-se uma similaridade de posições frente ao Plano entre a SRB, a CNA, a ABCZ (Associação Brasileira de Criadores de Zebu) e a FAESP (Federação da Agricultura do Estado de São Paulo). Nas palavras do presidente da Associação Brasileira de Criadores de Zebu:

*“O PNRA fere frontalmente o direito de propriedade, pois estará fazendo uso de propriedades produtivas, colocando em escala distante as terras devolutas, as da União, dos Estados, Municípios e da própria Igreja (...) Ora, o que não falta ao Brasil, e todos nos temos consciência desse fato, é a TERRA (...) O simples distributivismo do solo brasileiro não trará soluções para os grandes problemas nacionais. É fundamental que se modifique o Plano Nacional de Reforma Agrária, cheio de injustiças e distorções a reparar”*⁷⁰

De forma semelhante o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo afirmaria:

*“Para o nosso país capitalista, o PNRA defende o coletivismo, embora todos saibamos que a grande frustração da agricultura mundial tem ocorrido, justamente, nos países em que tem sido empregada essa modalidade. (...) Acreditamos que não há mais nada o que falar da inconstitucionalidade do PNRA que chegou ao absurdo de propor a sensibilização do Judiciário pelo Poder executivo, no sentido de rever conceitos e posições”*⁷¹ (Anais A Lavoura, op.cit., p.46).

⁶⁹ *Ibidem.*

⁷⁰ A Lavoura, set.-out. p.46.

⁷¹ Anais A Lavoura, op.cit., p.46.

Mais uma vez a comparação com a legislação do *Estatuto da Terra* viria à baila na tentativa de obter respaldo político às posições de boa parte do patronato rural.⁷² Como o mostra o jornal *Gazeta Mercantil*⁷³, as entidades chegaram inclusive a confeccionar um “plano alternativo”, visando substituir a proposta do governo e considerando a Reforma Agrária apenas como um capítulo da Política Agrícola. O anúncio da elaboração deste plano ocorreu junto ao *Congresso Brasileiro de Reforma Agrária* promovido pela CNA. Em matéria intitulada “*Produtores consideram plano coletivista*”, o presidente da SRB, Flávio Telles de Menezes afirmaria:

Na proposta do PNRA foi incluída a forma de apropriação comunitária da terra, não prevista na lei. (...) Neste ponto o PNRA evidencia o caráter ideológico coletivista da reforma que está sendo proposta, já que está expresso na exposição de motivos do presidente Castelo Branco que acompanhou o encaminhamento do Estatuto da terra ao Congresso, que estaria descartado o caminho da coletivização na exploração agrícola. As leis brasileiras só admitem a exploração de forma cooperativa (...). Este plano não pode ter somente uma visão social, ele precisa ter uma visão econômica do problema da produção agrícola, porque não adianta dar terras e incentivar o plantio sem levar em conta as limitações do mercado. Nós temos o lado econômico e, por esta razão, precisamos participar desta discussão”.

A proposta “alternativa” anunciada pela SRB contemplava, dentre seus itens básicos, a utilização do Imposto Territorial Progressivo como instrumento de reforma; o estímulo à colonização particular em terras de propriedade privada e pública, a criação do Sistema Nacional de Crédito Fundiário e a distribuição das terras públicas, mormente aquelas arrecadadas pelo INCRA. Assinaram a proposta outras entidades, dentre elas: Associação Brasileira de Criadores de Zebu, Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais e a Sociedade dos Produtores do Alcool e Açúcar, dentre algumas outras. (MENDONÇA, 2004).

Entretanto, é comum ao conjunto das entidades patronais, a noção de que o PNRA teria sido, de início, planejado a partir exclusivamente do diálogo com os trabalhadores rurais. Desta forma, todas as agremiações estudadas reivindicavam uma maior participação na execução do Plano.

⁷² *Idem.*

⁷³ *Gazeta Mercantil*. RJ, 29 de junho e 1 de julho de 85 p. 15.

Portanto, no tocante ao processo de modernização da agricultura e sua crise, é possível afirmar que a aparente unicidade verificada junto à classe dominante agrária e baseada no princípio comum de defesa da propriedade privada, não impedia que conflitos e disputas políticas ocorressem entre seus diferentes segmentos de acordo com o contexto histórico existente.

Sobre o posicionamento do campo das “esquerdas” em relação ao Plano, vale comentar, ainda que brevemente, sobre o *IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura* (CONTAG) ocorrido em maio de 1985. José dos Reis Filho e Leonilde Medeiros⁷⁴ apontam que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Sem Terra (MST) recusaram o *Estatuto*, enquanto as Federações Estaduais dos Trabalhadores Rurais na Agricultura o consideraram como um importante ponto de partida para a luta rumo à construção de uma proposta alternativa de Reforma Agrária.

Autores destacam a importância do IV Congresso, tanto pela afirmação do movimento como interlocutor dos trabalhadores, quanto pela possibilidade de elaboração de uma proposta alternativa de reforma agrária. Neste evento, procurou-se identificar a bandeira da reforma agrária com o momento de luta política que estava sendo travada. Identificou-se o latifundiário como uma força social sustentadora do regime militar, ao mesmo tempo em que se pregava uma democracia vinculada à melhoria das condições de vida da maioria. A reforma agrária defendida previa também a participação autônoma dos trabalhadores rurais.

Já a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) apesar de reconhecer os inúmeros problemas do *Estatuto da Terra*, insiste que a legislação ainda continha subsídios para a realização da Reforma. A instituição reivindicava que a ação deveria ser feita em duas frentes: lutar para que o Estatuto fosse aplicado e iniciar estudos a fim de revisá-lo completamente em termos democráticos, com a participação dos reais interessados na Reforma Agrária.⁷⁵

⁷⁴ MEDEIROS, Leonilde Servolo de. & SANTOS FILHO, José dos Reis. “A questão sindical no IV Congresso da CONTAG. *Desvios*, SP, Vol. 5, 1986.

⁷⁵ Segundo o texto produzido pelo engenheiro agrônomo Carlos Lorena: “A revogação do *Estatuto da Terra*, como tem sido proposta ultimamente por pessoas que desconhecem seu conteúdo, viria desarmar o novo Governo, impedindo o início de medidas de Reforma Agrária; seria um passo muito útil em favor das forças anti-reformas” (Revista *Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, Janeiro/Abril de 1985, p.83).

Após intensos debates, o PNRA seria aprovado com seu texto original completamente comprometido, sobretudo em função da truculenta mobilização e interferência política da recém-criada UDR (União Democrática Ruralista) junto a este processo⁷⁶.

A existência de milícias no campo brasileiro é recorrente no decorrer da história dos trabalhadores rurais do Brasil. Porém, Regina Bruno afirma que:

(...) os grandes proprietários aproveitaram-se da conjuntura para legitimar e institucionalizar uma realidade que já vinha ocorrendo, pelo menos, desde a segunda metade dos anos 70, com o agravamento dos conflitos de terra. Nos estados de maior tensão social, as milícias privadas e os grupos de defesa da propriedade já atuavam há algum tempo. Nos anos 1980, fazendeiros e latifundiários procuraram dar outro estatuto político aos seus exércitos particulares e às suas organizações locais: eles buscaram legalizá-los, alegando a necessidade de “legítima defesa” em face da inoperância do Estado em protegê-los e assegurar “a propriedade privada”.

Em referência a violência no campo ao longo do ano de 1985, novamente Bruno assegura que:

(...) o movimento de ocupação de terras e a entrada em cena dos trabalhadores rurais sem-terra foram definidores da instituição de novo campo de conflito agrário e da mudança na prática e no discurso patronal rural. Novos argumentos são utilizados e novos personagens sugerem para falar em “nome da classe”: é o tempo político das Associações em defesa da propriedade, com que se multiplicam juntamente como o movimento de ocupação de terra.⁷⁷

Conforme a tese da ambivalência entre modernidade e atraso, uma das chaves fundamentais para interpretar a situação de um país que convive com o agronegócio

⁷⁶ Mendonça, ao teorizar a respeito das bases sociais da UDR, infere que os pecuaristas - em sua esmagadora maioria - das regiões de Goiás, Minas Gerais e São Paulo, por não integrarem ao grupo “modernizado da agroindústria”, se utilizando de atividades em bases extensivas e descumprindo todas as condições de função social da terra, temiam serem alvos da política de desapropriação para fins de reforma agrária perpetrada pelo I PNRA quando aprovado. Fazia parte do objetivo da UDR além de mobilizar seus quadros para o combate ao PNRA, “disputar representatividade política com as demais organizações do patronato rural.” MENDONÇA, S. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. RJ: Editora UFRJ, 2010. p. 57.

⁷⁷ *Idem*. pp. 64 e 65.

pari passu ao ruralismo, defendida por Bruno (2009), no bojo de todas as críticas ao protecionismo do Estado, vê-se a tomada de posições e discursos por parte das lideranças empresariais rurais opostas aos pressupostos liberais tão propalados. Segundo a autora:

Em inúmeras situações, o movimento se inverte e, mais uma vez, as lideranças patronais rurais e agroindustriais exigem a tutela e os favores do Estado, cujo “dever primeiro” deveria ser o de protegê-las nas situações consideradas “difíceis”.

Vivenciavam-se – como, ademais, até nossos dias - no Brasil, relações modernas dentro da ordem tradicional e a reprodução de relações tradicionais dentro dos setores impregnados da dita modernidade. Na conjuntura da “Nova República”, notadamente durante as discussões sobre o I PNRA, foi ratificada tal afirmação quando se observa a coexistência do *lobby* – vide as articulações das entidades patronais com vistas a dinamitar o conteúdo redistributivista do referido Plano e as ações da UDR na Assembléia Nacional Constituinte - e da violência, sobretudo no período compreendido entre 1985 a 1995, como o afirmam ALENTEJANO & PORTO GONÇALVES (2009).

O minucioso estudo realizado pelos autores que, entre outros temas, analisa a distribuição espaço-temporal dos conflitos por regiões geoeconômicas e os índices de violência ⁷⁸, estabelece uma periodização da violência no campo brasileiro ao longo dos últimos 25 anos. É provado que no contexto de discussão e aprovação do I PNRA assistiu-se tanto ao predomínio da violência do poder privado no campo (em detrimento da violência do poder público, personificada nas prisões e nos despejos), o que quer dizer assassinatos e expulsão de famílias de suas terras, quanto à intensificação do engajamento dos movimentos sociais pró-luta pela terra. Portanto, haveria uma correspondência direta entre:

“O avanço da mobilização democrática da sociedade brasileira e o avanço da violência do poder privado (...) No período compreendido entre 1985 a 1990, a crise por que passavam as oligarquias impediu o uso da violência pelo poder público, afinal

⁷⁸ ALENTEJANO, P. Roberto & PORTO-GONÇALVES, C. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. IN: *Conflitos no Campo Brasil 2009*. SP: Expressão Popular, 2010. P.113

o regime ditatorial civil-militar acabava de ser derrubado(1984). Mas o caráter autoritário derivado da grande propriedade fundiária se manifestou com toda força, como se vê pelo número elevadíssimo de assassinatos” (p. 113).

Sendo assim, na concepção dos autores, com o fim do regime militar a grande propriedade fundiária necessitava fortalecer seus canais de representação, bem como fazer nascer outras entidades que “*defendiam o uso da violência armada na defesa da (grande) propriedade, como a UDR e a tradicionalíssima Tradição Família e Propriedade (TFP)*”.⁷⁹

Nas reflexões sobre a forte dimensão ambígua que caracterizaria a sociedade brasileira, não se pode deixar de falar, ainda que brevemente, de Florestan Fernandes. Este autor mostra-nos que os efeitos, a velocidade e a seqüência do processo de modernização no Brasil dependeram, fundamentalmente, da herança tradicional acumulada no regime colonial.

Segundo F. Fernandes, idealmente quando uma sociedade absorve o modo de produção capitalista, segue-se a ele uma ordem social competitiva. Todavia, na experiência brasileira não ocorreu assim. No Brasil, a ordem competitiva veio muito depois da absorção do capitalismo. O capitalismo se implantou em uma estrutura social, política e cultural muito pouco adaptada a ele. No decorrer dessa transição do escravismo colonial para o modo de produção capitalista e, finalmente, para a sua ordem social competitiva, observamos que velhas estruturas condicionaram e desencadearam simultaneamente este processo. Essas estruturas selecionaram - de acordo com interesses por ele denominados de aristocráticos - os impactos do modo de vida moderno.

A competição foi moldada por estruturas patriarcais, tornando-se uma forma de revitalização de privilégios estamentais. A sociedade tradicional neutralizava os focos competitivos através de códigos de honra tradicionais, mecanismos de dominação patrimonialistas que engendrava o privilegiamento dos já privilegiados. A competição teria contribuído, neste contexto pré-capitalista, mais para fortalecer os elementos arcaicos do que para destruí-los.

⁷⁹ *Op. Cit.* 2010 p. 113.

O autor chamou este fenômeno de *acomodação intermediária*, que se explica pela coexistência entre formas de vida arcaicas e modernas. Uma acomodação entre a posição que defendia a modernização institucional e intensiva da economia e da política e a posição que combatia a lógica moderna e defendia, a todo custo, o *status quo* senhorial. Coexistência e não conciliação entre as estruturas econômicas fundadas no trabalho escravo e na dominação patrimonialista e as estruturas econômicas fundadas no trabalho livre e na dominação capitalista. Uma fórmula que combinava singularmente uma descolonização mínima com uma modernização máxima, em nossos termos tradição e modernidade.⁸⁰

Na aprovação do I PNRA, de acordo com José Graziano da Silva⁸¹, certos recuos como a não desapropriação dos ‘latifúndios produtivos’ e a constituição de Comissões Agrárias – onde os latifundiários, em condições paritárias, decidiram sobre as áreas a serem desapropriadas, além é claro, sobre a política de assentamentos a ser realizada – já eram esperados. Contudo outras modificações comprometeram por completo o Plano, em especial: a não delimitação de áreas regionais prioritárias e a utilização de critérios amplos e genéricos na definição da função social da terra, fornecendo brechas para latifúndios contestarem necessidade de desapropriações.

Outra medida adotada foi a utilização de critérios amplos e genéricos na definição da chamada “função social da terra”, o que acabou abrindo brechas para latifundiários contestarem a necessidade de desapropriações. Além disso, a desapropriação por interesse social, principal instrumento de Reforma Agrária, teve sua significação abrandada face ao crescimento da importância da negociação como solução do conflito. Embutido a tudo isto, o decreto que aprovou o PNRA também não previu a hipótese da criação de áreas prioritárias de emergência para uma ação do Poder Público em determinadas regiões de conflito por terra.

A justificativa defendida pelos setores pró-Reforma Agrária, como por exemplo, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), para tal retrocesso deve-se a capacidade de articulação política dos empresários rurais contrários à proposta do MIRAD/INCRA.

⁸⁰ *Idem.*

⁸¹ GRAZIANO DA SILVA. J. *PNAREX, aquele que parece o PNRA, mas não é*. Revista *Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, Janeiro/Julho de 1986, p. 10.

Para a compreensão dos atores políticos envolvidos junto a todo este processo de discussão do I PNRA, torna-se imperioso caracterizar a ABRA - entidade integrada, em boa parte, por intelectuais de esquerda, alguns deles funcionários do Estado junto a organismos voltados para a questão agrária – que desempenhou importante papel em prol da reforma agrária redistributivista no país, frente à organização e atuação das agremiações patronais agrícolas. Contando com a participação de técnicos, profissionais liberais, estudantes e sindicatos de trabalhadores do campo ela também estava articulada junto a diversas entidades de apoio aos movimentos sociais rurais. No decorrer de sua história, presidiram a associação nomes como o de José Gomes da Silva, fundador da ABRA e, ao mesmo tempo, presidente do INCRA no ano de 1985, tendo sido um dos autores do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborado no governo Sarney.

Criada em 1967 no Rio de Janeiro com o propósito de impulsionar a realização da reforma agrária face ao fracasso da implementação do *Estatuto da Terra* – em 1972 teve sua sede transferida para Brasília e, posteriormente, em 1978, para Campinas, onde permaneceu até o ano de 1998. A partir de então a sede da associação retorna a Brasília.

A força do empresariado rural junto aos órgãos da Imprensa e juntos a “*alguns gabinetes do Palácio do Planalto*” ao longo da confecção e aprovação do Plano foi amplamente ressaltada por grupos não patronais que lutavam para a realização da reforma agrária no país.

Para alguns setores de esquerda, a exemplo da ABRA, as alterações realizadas no texto final do PNRA traduziram-se num grande recuo político do governo Sarney, uma vez que a proposta inicial apresentada em Maio pelo MIRAD/INCRA teria sido aceita, enquanto que o Plano final, aprovado em Outubro do mesmo ano, foi recusado pelos trabalhadores rurais. Em contrapartida, no comportamento das frações da classe dominante agrária verificou-se ao inverso: condenaram violentamente a proposta e acabaram elogiando sua versão final, como ficou comprovadamente expresso em todos os jornais consultados. Tal comportamento do patronato torna-se compreensível na medida em que a proposta inicial considerava a Desapropriação por Interesse Social o instrumento prioritário para a efetiva realização da Reforma Agrária. Além disso, a proposta também previa a participação intensa e autônoma dos trabalhadores rurais.

De forma a superar as divergências no interior da classe patronal, SILVA⁸² em artigo publicado na revista *Reforma Agrária* afirmaria:

“Esses setores liderados por Flavio Menezes, da SRB e Abreu Sodré, do Conselho Nacional do Café, conseguiram não apenas isolar o setor mais atrasado dos proprietários rurais representado pela CNA e pela FARESP. Eles lograram também unificar suas propostas por um ‘plano alternativo’ – inicialmente representado pelo PONDERI, que recebeu acolhida do próprio Conselho de Segurança Nacional e que define a Reforma Agrária apenas como um capítulo da política agrícola” (GRAZIANO DA SILVA 1986 p. 19)

Manifestaram-se como vitória da OCB as alterações em especial ligadas à vinculação entre reforma agrária e políticas agrícolas que contemplassem maior participação do cooperativismo na própria viabilização do Plano. Além disso, a OCB igualmente atuou como órgão de ‘assessoramento’ das políticas estatais de assentamentos.⁸³

No entanto, foi comum ao conjunto das entidades patronais rurais, a visão de que o PNRA fora planejado “exclusivamente” a partir do diálogo com os trabalhadores rurais. Além da defesa da propriedade privada da terra, discurso uníssono em todas as falas de dirigentes patronais. Tal unicidade não impediu que divergências e disputas ocorressem entre diferentes segmentos de classe. Portanto, a tentativa de articulação da OCB com as demais agremiações pode ser vista como uma estratégia adotada pela própria entidade para construir sua hegemonia junto à classe dominante agropecuária e agroindustrial como um todo.

1.5 Conformação política pós-PNRA

Um desdobramento político importante da aprovação do PNRA - com todas as modificações realizadas - foi o decreto-lei N. 2.363 que extinguiu o INCRA. O principal argumento oficial utilizado no sentido de legitimar a extinção do órgão baseou-se no

⁸² Cf: GRAZIANO DA SILVA, J. *Op. Cit.*

⁸³ Cf: MENDONÇA, Sonia Regina de. *Op. Cit.*

discurso da hipertrofia do Instituto, que passara a ser um mero veiculador das decisões já tomadas pelo MIRAD.

Ademais, o documento assinado pelo então Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, Jader Barbalho e pelo Consultor-Geral da República, J. Saulo Ramos onde são expostos os motivos da extinção do INCRA criou ainda uma nova agencia, o Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER), que disporia sobre a desapropriação de imóveis rurais para efeitos de reforma agrária, além de instituir o princípio da inafetabilidade parcial da propriedade rural.

Ou seja, o decreto-lei criava a ‘reserva perpétua’ que representa a fração de 25% da área desapropriada, onde o latifundiário poderia reter áreas estratégicas como açudes, nascentes, etc. Esta medida acabou por legitimar a não obrigatoriedade da função social da terra ⁸⁴ Com isto, a ABRA certifica-se de que a criação do INTER não foi uma simples troca de siglas como o decreto o fez parecer. Ronaldo C. Garcia, Diretor de Planejamento do INCRA na gestão de Rubem Ilgenfritz da Silva, afirma que o “golpe de mestre” – decreto-lei N. 2.363 – surgiu, justamente, para barrar a política de modernização do INCRA e as mudanças que introduziu na política e na legislação agrária, estando à frente do INCRA e do MIRAD respectivamente, Rubem Ilgenfritz ⁸⁵ e Dante de Oliveira.

Conforme levantamento biográfico realizado por Sonia Mendonça, R. Ilgenfritz foi um dos líderes cooperativistas nomeados para cargo no Ministério da Agricultura, tendo ocupado a Secretaria Geral da Pasta. Antes da nomeação foi também presidente da Cooperativa Regional Triticola de Ijuí (COTRIJUÍ).

Quanto à análise efetivada pelos quadros da ABRA acerca da Desapropriação por Interesse Social, pode-se dizer que se verificou sensível recuo, uma vez estipulada a exigência do pagamento prévio das indenizações. Outros aspectos foram a imposição do tratamento paritário tanto à Política Agrícola quanto à Reforma Agrária; a diminuição de 100 para 50 hectares no limite de Usucapião, dentre outros. Várias foram também as críticas oriundas de diversos setores da sociedade, no tocante à extinção de um órgão

⁸⁴ PORTO, M. Yara. “O decreto-lei que extinguiu o INCRA”. In: *Revista Reforma Agrária*. ABRA. Campinas. Dezembro/87 a Maio/88 pg. 28.

⁸⁵ GARCIA, Ronaldo C. *PNRA: as intenções e as possibilidades*. Revista Reforma Agrária. ABRA. Campinas. Março a Julho de 1985. pg. 37.

encarregado de executar um programa de Reforma Agrária no Brasil. No que diz respeito às entidades patronais rurais, pode-se afirmar que apenas a UDR defendeu a extinção – sendo também sua porta-voz – já que o Decreto traduzia algumas de suas bandeiras de luta apresentadas junto ao Congresso Constituinte. Cabe frisar que para a Associação Brasileira de Reforma Agrária, a saída de José Gomes da Silva da presidência do INCRA representou uma reação ao recuo político do governo.

Conforme Graziano da Silva, as vitórias da UDR significaram igualmente um acirramento das contradições no campo, posto implicarem na reorganização interna da representação dos empresários agroindustriais ⁸⁶. A UDR e sua concepção/ação surgiram no vazio deixado pela dicotomia entre a representação real dos proprietários rurais (associações de produtores, cooperativas) onde “*a luta dos proprietários rurais não conseguia superar a barreira do específico*” - especificidades estas ligadas às inúmeras reivindicações por melhores preços, maiores investimentos no setor por exemplo - e a representação formal (CNA e federações).

Pode-se constatar tal fato com a criação, em 1985, da já mencionada Frente Ampla da Agropecuária (FAAP) que, nas palavras do autor: “*ironicamente queria excluir a UDR a partir da SRB e da OCB.*” Ele ainda chama a atenção para a questão da mudança do discurso da entidade, que nasceu para fazer frente à proposta do PNRA, (clara manifestação anti-governista) aos sem-terra, à Comissão Pastoral da Terra (CPT), e aos movimentos dos trabalhadores rurais em prol da Reforma Agrária. Posteriormente, articulou seu discurso sobre a figura do produtor rural “abandonando” àquela de proprietário, assim como passou a formular suas próprias propostas, a saber: incluir a Reforma Agrária de modo que integrasse o capítulo da política agrícola.

Plínio A. Sampaio e José G. da Silva expõem em artigo publicado pela ABRA as implicações políticas, técnicas, legais, administrativas e constitucionais do Decreto-Lei que extinguiu o INCRA. Politicamente consideram a atitude do governo autoritária, posto não ter consultado o Congresso Nacional.

Quanto às implicações técnicas, ambos os autores asseveram que o Decreto eliminou o Instituto do Módulo Rural, uma conquista do Direito Agrário Moderno, cuja

⁸⁶ GRAZIANO DA SILVA, J. “Ao vencedor, as batatas: As implicações da vitória da UDR na Constituinte” n.º 2 Agosto/Novembro 1988 p. 18.

função era a de ajustar a legislação às especificidades regionais. Ao mesmo tempo, o Decreto beneficiava mais os expropriados que os trabalhadores rurais sem terra, além de “*reduzir os quatro parâmetros que conformam a função social da terra estabelecido no Estatuto da Terra ao único e arbitrário critério de ser a terra explorada*”⁸⁷. Os quatro parâmetros aludidos pelos autores são: **a)** Conservação dos recursos naturais renováveis de modo a preservar o meio ambiente; **b)** Cumprimento das disposições legais que regulam as relações de trabalho e de produção não motivando conflitos ou disputas pela posse ou domínio; **c)** Não exceder a área máxima prevista como limite regional; **d)** Respeito os direitos das populações indígenas que vivem nas imediações. Em suma, neste quesito, para os autores, o decreto aprovado revogava as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho e conservação do meio ambiente.

No âmbito legal, o Decreto ampliava as possibilidades de disputas no Judiciário complicando a sistemática da Desapropriação por Interesse Social. Já no aspecto administrativo é evidente que as mudanças impostas pelo governo exigiriam um tempo considerável de adaptação, implicando em atraso no andamento da Reforma Agrária. Esta, passaria à Administração direta, caindo na estrutura burocratizada do Estado, de forma a perder sua autonomia financeira, capacidade de desapropriar, emitir títulos de Dívida Agrária, dentre outros.

Por fim, constitucionalmente, a iniciativa do presidente Sarney “*tenta direcionar a posição dos constituintes, sobretudo daqueles ligados ao esquema de sustentação do governo, em questões que deveriam ser resolvidas no fórum legislativo.*”⁸⁸

Discussões acerca dos Planos Regionais da Reforma Agrária (PRRA’s) também permearam os debates no seio das esquerdas durante os anos 1985-86. A título de exemplificação citamos a ABRA que, em nota oficial, ressaltava que diante da não decretação de áreas prioritárias, os Planos Regionais perderam a capacidade de atuar em benefício dos sem-terra, expressando ainda as debilidades da implantação dos PRRA’s em várias regiões do país. Debilidades estas perpetradas pela Casa Civil e Militar da Presidência da República em consonância com os grandes proprietários, objetivando

⁸⁷ SAMPAIO, P. A. & GRAZIANO DA SILVA. *Revista Reforma Agrária*. ABRA. Campinas: dezembro/87 a maio/1988, p. 37.

⁸⁸ *Op. Cit.*, p. 37.

sobrepôr-se às ações de incumbência do MIRAD. Segundo o coordenador local da ABRA no Ceará, uma organização de empresários rurais (Comissão de Defesa dos Proprietários Rurais) por ele identificada como uma “*espécie de filial da UDR*”, vem obtendo influência junto ao governo estadual, freando os aspectos reformistas do PRRA.

Ainda sobre a conjuntura do pós-PNRA, outro embate balizou a problemática da Política Agrícola e da Reforma Agrária, o chamado Pacote Verde. Tratou-se de um plano de política agrícola anunciado em agosto pelo Governo Sarney e que priorizava produtos como a soja e o trigo, em detrimento de gêneros como o arroz, feijão e milho, que, dentre outros, normalmente são plantados por pequenos produtores. Ao mesmo tempo, o critério igualitário de fornecimento e cobrança do crédito rural, independentemente do tipo de produtor igualmente seria alvo de críticas por parte dos grupos pró-reforma agrária. Como afirma a ABRA⁸⁹:

“(...) o Governo nivelou pequenos e grandes. Ora, não pode haver maior injustiça do que tratar igualmente coisas que são profundamente desiguais, como é o caso do pequeno produtor e dos grandes proprietários. (...). É por isso que defendemos uma política agrícola diferenciada por tipo de produtor e não apenas políticas agrícolas por produto, como faz o Pacote Verde do Governo. A política agrícola tem que estar articulada com a proposta de Reforma Agrária” (Grifos do autor, p. 64). Por fim, o autor concluiu: “(...) a proposta do Governo da Nova República para a agricultura está clara: aprofundar a modernização conservadora. O Pacote Verde veio sepultar as últimas esperanças de uma mudança no padrão do desenvolvimento agrícola dos últimos 20 anos”.

1.6 Nova arena de luta: A Constituinte e a OCB

A análise das tensões políticas acumuladas no seio da Assembléia Nacional Constituinte a partir de 1987 seria o segundo “*round*” significativo para o entendimento da afirmação do papel dirigente conquistado pela OCB em relação a todos os demais

⁸⁹ GRAZIANO DA SILVA. A Política Agrícola e a Reforma Agrária na “Nova República.” In: *Revista Reforma Agrária*. ABRA. Campinas, Agosto/Novembro de 1986, pp. 62 - 67.

segmentos empresariais rurais. A entidade procuraria obter maior espaço político para o cooperativismo, mobilizando seus associados no rumo da eleição de candidatos próprios para a ANC. Neste sentido, destaca-se, dentre suas estratégias de atuação, a formação, em 1986, da Frente Ampla da Agropecuária (FAAP), movimento que reunia diversas entidades patronais agrícolas em busca de uma pauta mínima de política agrícola comum e, simultaneamente, o combate à crescente penetração da UDR junto aos proprietários rurais menos “modernizados” e até mesmo junto a médios proprietários.

Alguns autores, principalmente aqueles vinculados à ABRA, apregoavam a idéia de que a UDR politizou a questão agrária brasileira e, conseqüentemente, a Reforma Agrária, com seu discurso anti-reformista e de defesa extremada da propriedade privada. Suas grandiosas vitórias e seu extraordinário crescimento teriam mostrado aos trabalhadores que a luta pela Reforma se fazia no plano político, ou seja, necessitava de votos, deputados e poder político. A revista destaca, aliás, o estado de Goiás, região onde os candidatos da UDR tiveram ótimos resultados. Por outro lado, os trabalhadores rurais conseguiram eleger poucos representantes para a Assembléia, tornando ainda mais desfavorável a condução da Reforma Agrária em seu âmbito .

Sobre a forma de atuação da UDR na Constituinte e sua particularidade em relação às demais entidades patronais rurais, sobretudo, na centralidade de sua maior liderança, Ronaldo Caiado, Regina Bruno⁹⁰ afirma:

Além de desqualificar seus “adversários” e ampliar o mais possível a representação do patronato rural, a UDR também buscava outro tipo de representação social. Uma relação mais orgânica com os candidatos e parlamentares, tendo como objetivo a instituição de um novo perfil de representação política mais próximo ao que considerava ser do interesse da grande propriedade e da iniciativa privada. Nesse sentido, o parlamentar deveria “ser mais aguerrido”, menos “medroso”, “mais militante”.

Para Graziano da Silva, a bandeira da FAAP – reunir todos os produtores rurais do Brasil – acabou sendo “usurpada” pela UDR que, dessa forma, garantiu sua participação junto ao movimento. Em seguida observamos a eleição do deputado

⁹⁰ BRUNO, Regina. *Op Cit.* p. 85

Alysson Paulinelli para a presidência da CNA a qual, a partir da Constituinte, obteve o reconhecimento como única interlocutora oficial do governo para as questões de política agrícola e agrária. Desta maneira começava-se a fechar o espaço que permitira a ascensão da UDR.

Além disso, a Frente Ampla, com o apoio do governo Sarney, tinha como objetivo minimizar a polêmica em torno da reforma agrária, priorizando discussões acerca de políticas de desenvolvimento agrícola em prejuízo de discussões como a questão do direito de propriedade, o conceito de função social da terra, o tamanho máximo de propriedade e a Justiça Agrária.

A partir de 1987 intensificaram-se as discussões acerca da disputas por espaços junto à Assembléia Nacional Constituinte. Guimarães Moraes ⁹¹ discute o resultado das eleições para a Constituinte, concluindo que os setores conhecidos como “centro” e “centro-conservador” foram os grandes vitoriosos, obstaculizando o desenvolvimento do processo de Reforma Agrária. Em seguida, o autor menciona a importância da UDR junto ao Patronato Rural:

“A rapidez e a eficiência com que a UDR desbancou suas congêneres representantes da classe patronal rural – SRB e SNA, Federações estaduais, CNA – do noticiário diário, é realmente impressionante. Hoje não se vê mais os presidentes daquelas entidades discorrerem sobre assuntos de política agrícola e agrária, nem mesmo com a criação da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira com que, juntas, tentaram contrapor o ‘lobby’ da UDR” (p. 23).

O ano de 1988 mostrou-se igualmente significativo para a análise das disputas políticas travadas no seio da Assembléia Nacional Constituinte. Através das notícias coletadas, notamos a ênfase conferida pela imprensa ao líder da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado, apontado como principal representante dos interesses patronais da agricultura durante a aprovação do capítulo de Reforma Agrária na Assembléia. Todas as críticas da classe patronal rural centravam-se no acordo que

⁹¹ MORAES, Guimarães P. As eleições, a questão agrária e a perspectiva do Congresso Constituinte. IN: Revista *Reforma Agrária. Campinas*. ABRA, Dezembro de 1986 a Março de 1987, p. 23.

tornava a “*propriedade produtiva passível de desapropriação para fins de reforma agrária, desde que não fossem cumpridas as exigências relativas à função social*”⁹².

Cabe ressaltar que, apesar de liderar a campanha vitoriosa na Constituinte e de ocupar maior espaço na mídia, a UDR obteve apoio de outras entidades. Os presidentes da CNA (Alysson Paulinelli), da SRB (Flávio Telles), da própria OCB (Roberto Rodrigues), além de Ronaldo Caiado, escreveram juntos, em reunião na sede da OCB, o texto de emenda constitucional que invalidava a possibilidade de desapropriação, para efeitos de reforma agrária, da propriedade produtiva que não realize sua função social.

Com a “Nova República”, a OCB encontrou um momento propício para disseminar/aprofundar sua liderança junto à representação patronal da agricultura, associando o novo regime a uma de suas próprias “bandeiras” e “lemas”: a de que o cooperativismo tinha a natureza de sua dinâmica de funcionamento presidida por dois princípios: a participação e a democracia. O prestígio progressivamente construído pela agremiação pode ser comprovado pelo número de lideranças cooperativistas nomeadas para cargos junto ao Ministério da Agricultura, por exemplo.⁹³

A respeito dos impactos nos dispositivos da nova Constituição Federal para as questões agrárias, Gomes da Silva afirma ter sido ela a pior Carta desde 1946 no tocante aos trabalhadores rurais. A Constituição eliminou o dispositivo – a chamada prescrição bienal – que privilegiava os trabalhadores do campo e que permitia que reclamassem direitos até dois anos antes da expiração de seus contratos de trabalho. Conforme sustenta a ABRA neste período, com a nova Constituição Federal perdeu-se a possibilidade de implementação de planos ou programas de Reforma Agrária uma vez que, nessa matéria específica, foi mantida e reforçada a garantia absoluta ao direito de propriedade, ao mesmo tempo em que se impôs ao Estado elevado grau de limite à sua intervenção junto ao patrimônio privado para a redistribuição da terra no meio rural.

Todavia, Gomes da Silva assinala alguns avanços nos dispositivos constitucionais, dentre eles: 1 - dedicou capítulo especial a Reforma Agrária; 2 - explicitou a função social; 3 - criou o Instituto da Perda Sumária para as glebas que cultivassem plantas psicotrópicas; 4 - determinou a reavaliação os incentivos fiscais; 5 -

⁹² OESP. São Paulo, 6 de maio de 1988, p. 6.

⁹³ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

determinou a demarcação das terras indígenas num prazo de cinco anos; 6 - obrigou à revisão, num prazo de três anos, de todas as concessões de terras públicas com área superior a 3.000 hectares realizadas entre 1º de Janeiro e 31 de Dezembro de 1987.

Sônia H. Moraes, também advogada e assessora jurídica da ABRA, defende que, apesar do contexto ser menos favorável no âmbito legal a Reforma Agrária - já que nesta matéria a atual Constituição era ainda mais retrógrada do que as próprias regras estabelecidas pelo *Estatuto da Terra* - a regulamentação dos dispositivos constitucionais e a Justiça Agrária especializada tornaram-se fundamentais.

Assim sendo, de acordo com a grande maioria dos artigos escritos neste período, o espaço em que o embate poderia apresentar-se seria ao nível das Assembléias Constituintes Estaduais. Em meados de 1989, Comissão do Ministério da Justiça apresentou um anteprojeto conhecido como “Projeto Laranjeira” que sugeria medidas para que se institísse uma Justiça Agrária no Brasil, delimitando a competência das Varas Agrárias nos Estados. Integravam esta Comissão o Conselheiro da ABRA Raymundo Laranjeira, Octávio Mello Alvarenga (SNA) e Otávio de Mendonça.

Além disto, anexo ao anteprojeto encontravam-se sugestões para a organização do Foro Agrário Estadual. Dentre as razões expostas pelos integrantes da Comissão mencionada para a realização do anteprojeto destacamos o fato da Constituição Federal, no capítulo concernente ao Poder Judiciário, não ter contemplado a Justiça Agrária como órgão afeto a esse ramo do Poder Executivo. Entretanto, o Conselheiro da ABRA⁹⁴ após ter concluído o anteprojeto indaga:

“Saberão os Tribunais dos Estados, pelo menos, aproveitar as lições de agrarismo, de brasilidade e de justiça social espalhadas no articulado e nas sugestões anexas, adotando-as espontaneamente, em favor das populações rurais, sem a força da lei federal que o Poder Executivo fez gorar no próprio nascedouro?”

Ao fim a ao cabo, de acordo com Guimarães Moraes, como ficou claro nos anos de 1985 e 1986 e durante os debates e aprovação da Constituinte, o que ocorreu foi uma rearticulação das classes dominantes e seus interesses de modo a impedir qualquer

⁹⁴ (Revista *Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, Dezembro de 1989 a Março de 1990, p. 88).

alteração – ainda que mínima - na estrutura agrária. A maneira como se reagrupam liga-se ao processo de modernização conservadora, cujas contradições geraram novas frações de classe dominante.

Após os embates políticos mais “emblemáticos” e esclarecedores para a compreensão do exercício de hegemonia - que é constante posto, encontrarem-se tais grupos em permanente conflito pela afirmação hegemônica de seu projeto – construído pelo cooperativismo de cunho empresarial, ligado ao setor de agribusiness representado pela OCB, passaremos a analisar as formas através das quais se impôs a modernização da retórica do patronato rural no Brasil.

CAPÍTULO II

O SER E O FAZER-SE DA ABAG, O ESTADO E AGRICULTURA NO BRASIL

2.1 O contexto político à época do surgimento da ABAG

Em fins da década de 1980 e início da de 90, de acordo com os estudos sobre a temática da representação política dos grupos dominantes agroindustriais do país de um modo geral, teria se operado uma mudança significativa nas estratégias de ação, bem como nos discursos veiculados por intermédio das associações patronais

“agropecuárias”. Esses trabalhos apontam para a apropriação do arsenal discursivo neoliberal por parte das lideranças dessas entidades, que passaram a combater o inchaço do setor público e a defender a necessidade de reestruturar sua relação com as políticas estatais destinadas ao setor.

Eli Diniz, por exemplo, faz um balanço das mudanças que o Brasil experimentou durante os últimos vinte anos e afirma que, ao longo dos anos 90, o país sofreu uma radical redefinição de sua agenda pública, rompendo com o ideário desenvolvimentista até então prevalecente. O foco nas políticas monetaristas de cunho ortodoxo, nos ajustes macroeconômicos e nas privatizações, dentre outros, caminhavam *pari passu* com a permanência do quadro social de empobrecimento geral e o aprofundamento da concentração de renda. A respeito dos pontos de inflexão na história recente do país, Diniz indica que a execução exitosa do Plano Real representou

*“a conquista da estabilização monetária sustentada. Este fato significou também um profundo corte com o passado recente, correspondente aos dois primeiros governos da Nova República, marcados por experiências estabilizadoras ineficazes e de curta duração, que, ao terminar, acarretavam taxas ainda mais elevadas de inflação. A consecução da meta da estabilidade levou à ruptura com a cultura inflacionária e a irresponsabilidade fiscal, traços arraigados na tradição política do país. Articulou-se, a partir de então, um forte consenso em torno da preservação do equilíbrio macroeconômico como fundamento do crescimento sustentado, consenso que daria respaldo à execução das chamadas reformas estruturais.”*⁹⁵ (DINIZ, 2005 p.4.)

Em que pese as políticas voltadas à agricultura ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso, constata-se a complementaridade dos projetos agrícola e agrário. Se, por um lado, como afirmam especialistas no tema⁹⁶, a política agrária implementada neste período seguiu as recomendações do Banco Mundial - promovendo a

⁹⁵ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Democracia: continuidade e mudança entre os governos Fernando Henrique e Lula*. Trabalho apresentado no Seminário “La esperanza venció al miedo? Una evaluación de los primeros años del gobierno Lula en Brasil”, promovido pelo Centro de Estudios Brasileños (Ceb) de la Universidad de Salamanca, entre os dias 23 e 25 de fevereiro de 2005. Ver: <http://neic.iesp.uerj.br/artigos.html>

⁹⁶ RESENDE, M. & MENDONÇA, M. L. *A contra-reforma agrária no Brasil*. 2005. PEREIRA, João M. M. *A política agrária do Banco Mundial no início do século XXI: ofensiva neoliberal em marcha acelerada*. 2005 Consultar: <http://www.acaoterra.org/display.php?article=331>. ABRA. *Qual é a questão agrária atual*. VER [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5Vza1XQbxdoJ:www.cptpe.org.br/modules.php%3Fname%3DDownloads%26d_op%3Dgetit%26lid%3D59+\"ABRA+QUAL+É+A+QUESTAO+ATUAL\"&cd=1&h](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:5Vza1XQbxdoJ:www.cptpe.org.br/modules.php%3Fname%3DDownloads%26d_op%3Dgetit%26lid%3D59+\)

“substituição do instrumento constitucional de desapropriação” pela propaganda do “mercado de terras”, contrariando o preceito legal que determinava a desapropriação como principal instrumento de obtenção de terras improdutivas”⁹⁷ - por outro, no âmbito da política agrícola, estabeleceu canais de comunicação/aproximação expressivos com grupos e associações representativas do agribusiness como, por exemplo, o Conselho do Agronegócio⁹⁸, criado pela Presidência da República em 1998. Nos anos seguintes, ganharia incremento o projeto de modernização técnica sem reformas sociais, somado à uma inserção externa de maior amplitude. No entanto, o que se assiste nos dias atuais, segundo a ABRA, é uma agricultura que “*se realiza sob o influxo principal de demanda externa de “commodities”, de relativamente baixo valor específico e altos custos sociais e ambientais de produção*”.⁹⁹

2.2 Com a palavra: a ABAG. Organização e Ações.

A disputa pela imposição legítima do “agronegócio” no Brasil contou, ainda, com estratégias discursivas oriundas de projetos políticos específicos. Logo, um dos principais mecanismos de legitimação da ABAG e de seu próprio projeto político mais amplo, consistiu em enfatizar, através da grande imprensa, a importância do agribusiness, ressaltando tanto sua participação junto ao PIB E à balança comercial país; quanto seu potencial empregatício e seu impacto na minoração da porcentagem do dispêndio das famílias brasileiras. Nestes escritos, a ABAG se colocava como “alavanca inquestionável da modernização do país” e como uma organização “a serviço do povo brasileiro”.

De modo a retomar a discussão sobre a inflexão sofrida pelo discurso das entidades patronais, sobretudo o das lideranças da ABAG, no período de agudização da abertura econômica e da implementação das políticas neoliberais, a prioridade deixava, portanto, de ser a demanda por novos e crescentes créditos agrícolas, passando a

⁹⁷ Nas palavras de Resende e Mendonça, “o modelo do Banco Mundial promove a privatização do território através das regras do mercado. Segundo essa concepção, os camponeses devem buscar maior “eficiência”, através de sua integração ao agronegócio. Os principais programas do Banco Mundial no governo FHC foram: Cédula da Terra, o Banco da Terra, o Crédito Fundiário e o Programa de Consolidação de Assentamentos.” *Op.Cit.*p. 1

⁹⁸ Decreto datado do dia 02 de setembro de 1998. Retirado de www.abag.com.br

⁹⁹ ABRA. *Qual é a questão agrária atual*. 2010.

constituir-se na reivindicação pela diminuição da carga tributária ¹⁰⁰ o que, supostamente e a seu juízo, geraria, para agricultura, maior “competitividade” no mercado internacional.

O vice- presidente da ABAG, à época de sua criação, Alex Fontana, empresário da SADIA, explica:

“A ABAG tentará dissolver os gargalos do setor agroindustrial, atuando em várias frentes, como a área de tributação, de infraestrutura, de mercado internacional, onde, o País produz sem subsídios e importa com impostos, competindo com países que têm subsídios e não tem a produção destinada à exportação taxada internamente. Os alimentos chegam a pagar 40% em impostos, quando computadas as cargas tributárias das diversas etapas da produção”. (Correio Braziliense, 1993 p. 14)

Da documentação analisada, destacou-se o discurso proferido, no Congresso Nacional, pelo então presidente da ABAG – Ney Bittencourt de Araújo – em solenidade de posse da Diretoria e Conselho da entidade. Nele podemos observar alguns dos elementos discursivos de legitimação da associação, bem como certos aspectos de seu projeto político. Um dos principais mecanismos legitimadores da criação da entidade consistiu na importância atribuída ao agribusiness para o país, conforme indica a fala do presidente da ABAG¹⁰¹ em 1993:

“O agribusiness brasileiro é o maior negócio do país, representando quase 40% do PIB, quase a metade dos empregos, 46% do dispêndio das famílias, mais de 40% das exportações e, mais importante, 60% da balança comercial”.

Entretanto, para além de sua importância econômica interna, o *agribusiness* era tido como fundamental para a inserção competitiva do Brasil no mercado internacional e, sobretudo, para a melhoria social do país como um todo. O *agribusiness*, enquanto idéia-força, foi introduzido no cenário sócio-político e econômico com a função de dotar a agricultura e os setores junto a eles imbricados de uma percepção de

¹⁰⁰ *Correio Braziliense*. 6 de maio de 1993 p. 14.

¹⁰¹ ABAG; íntegra do discurso proferido pelo Presidente da ABAG, Engenheiro Agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, na cerimônia de posse de Diretoria e Conselho da entidade, dia 6 de maio de 1993, Auditório Nereu Ramos, do Congresso Nacional, em Brasília, p.3.

interdependência que, ao fim e ao cabo, daria respaldo a uma unicidade nos planos discursivo, simbólico e político.

E foi, justamente, através do conceito de *Segurança Alimentar*, que a ABAG procurou legitimar-se não apenas junto ao meio empresarial, mas, principalmente, junto à sociedade política e à sociedade civil em geral. A implementação da *Segurança Alimentar* no país, a ser viabilizada pela eficiência do agribusiness, era apresentada como “*pedra fundamental de seu desenvolvimento como sociedade justa*”.¹⁰²

A ABAG imprimiu um enfoque empresarial e totalmente coerente aos interesses do *agribusiness* afinados à noção de Segurança Alimentar, um de seus grandes pilares. Cabe lembrar que esta questão já vinha sendo reivindicada e discutida por diferentes segmentos, como o grupo Ação da Cidadania, presidido por Herbert de Souza. Além disso, o próprio governo Itamar Franco havia criado um órgão denominado Conselho Nacional da Segurança Alimentar (CONSEA) – junto ao qual, posteriormente, a ABAG contaria com representação – responsável por orientar e implementar políticas neste setor. O argumento de que o agronegócio era a única saída para a produção de alimentos em larga escala, foi a porta de entrada para a associação ganhar espaço nos debates públicos e projeção junto à sociedade de modo geral.

Para a entidade, a suposta melhoria na alimentação dos brasileiros levaria tanto ao aumento do consumo, quanto da produção, acentuando-se, conseqüentemente, a competitividade mercantil no país. Segundo dirigentes da ABAG, era necessário aumentar o poder de compra dos salários através da diminuição dos preços dos alimentos. E uma das formas de redução desses preços seria, justamente, fazer diminuir a incidência de impostos sobre produtos alimentares¹⁰³. A queda em tais preços também poderia ser obtida mediante o aumento da produtividade, conseguido, por sua vez, através de estímulos à pesquisa científica e tecnológica.

Outra faceta da proposição da ABAG por parte de seus articuladores guarda relação com a visão “sistêmica” do processo defendida pelos grupos econômicos do setor agrícola, agremiados em torno da mega entidade. Ney Bittencourt declara:

¹⁰² *Idem*, p. 3.

¹⁰³ MARQUES, Paulo Eduardo M. *Segurança Alimentar: a intervenção da ABAG no campo da disputa e produção ideológica*. Rio de Janeiro: CPDA, 1996, Dissertação de Mestrado.

Até agora o setor “dos negócios agrícolas” vinha atuando em segmento distintos, máquinas e implementos, adubos e defensivos, e outros, não buscando soluções para resolver os problemas comuns. Porém, o empresariado se deu conta da necessidade de globalizar estratégias para conseguir resultados mais rápidos. (...) Para ser eficaz e ter competitividade o agribusiness deve ser encarado como um todo. Para os representantes da ABAG, à medida que o conceito de visão sistêmica do agribusiness for aceito, muitos problemas da área de política agrícola instável, tributação excessiva e mal direcionada, entre outros equívocos, poderão ser solucionados. Existe uma certeza entre o empresariado: que o agribusiness vem agindo sem articulação no país.¹⁰⁴

Sobre a emergência da ABAG, o PENZA explica que, no contexto de seu surgimento, as funções tidas como tradicionais da representação de interesses do agronegócio brasileiro – *lobby* sobre o Executivo em prol de “benesses setoriais” e negociação para definição de preços junto ao Governo – já não “tinham mais sentido”, pois lhe faltavam canais de interlocução mais direta e sendo assim

“cada um, explicitamente, se defendia cartorialmente. Além disso, esses setores não se relacionavam com o mercado dada a ausência de competição externa da economia fechada. Pouco se conhecia sobre problemas comuns e as relações entre setores se davam apenas no âmbito comercial. O surgimento da ABAG tinha em seu bojo provocar relações entre os setores no ambiente organizacional, focando aqueles interesses reconhecidamente comuns. Interesses esses que podiam ser pleiteados junto ao Estado ou até mesmo organizados no ambiente empresarial.”¹⁰⁵

A associação, então, inauguraria a representação dos interesses comuns do agronegócio, transmutando-se numa entidade vertical¹⁰⁶. Segundo a dissertação de

¹⁰⁴ *Correio Braziliense*. 9 de Maio, 1993. p. 17.

¹⁰⁵ NASSAR, André Meloni. *Eficiência das associações de interesse privado: uma análise do agronegócio brasileiro*. São Paulo: FEA/USP, 2001.

¹⁰⁶ Dos grupos associados à ABAG encontram-se divididos em segmentos respectivamente: **Associações:** Associação Nacional Defesa Vegetal (ANDEF), Federação de Cooperativas Agrícolas do Rio Grande do Sul (FECOAGRO / FECOTRIGO), Federação da Agricultura do Pará (FIEPA), SIND. NAC. IND. DEF. AGRÍCOLAS (SINDAG), União Agroindústria Canavieira de São Paulo (ÚNICA), Associações Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F Bolsa de mercadorias. **Mídia/Propaganda:** Agência Estado Comunicação/Mídia, RBS/Canal Rural Mídia. **Cooperativa:** Cooperativa Agrícola da Região de Orlandia (CAROL), Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool (COPERSUCAR), Cooperativa Regional Cafeicultores em Guaxupé Ltda (COOXUPÉ). **Defensivos:** Bayer S.A. Defensivos e DU PONT do Brasil S.A. Defensivos. FMC do Brasil S.A. Defensivos Monsanto do Brasil S.A. Defensivos Novartis Agronegócio Ltda. Defensivos Fertibrás S.A. **Fertilizantes:** Fertilizantes Serrana S.A., Fertilizantes Manah S.A. **Instituições Financeiras:** Banco Bradesco S.A., Banco Rabobank International Brasil S.A. Instituições Financeiras, Agrocerec Nutrição Animal Ltda. **Insumos:** AGCO do Brasil, Insumos Tetra

mestrado de André Nassar (2007), orientada por Decio Zylberstajn, no primeiro momento, a ABAG emergiu notadamente para representar o setor de insumos e de produção agropecuária - representado pelas cooperativas -, até porque teriam sido eles os que mais sofreram com a crise da agricultura durante o Governo Collor¹⁰⁷. Cabe recordar que, de fato, foi Roberto Rodrigues, presidente da OCB, quem anunciou a Associação conjuntamente com Ney B. de Araújo, um dos diretores da OCB.

2.3 A ABAG: Preâmbulos para a introdução do PENSA

Uma importante bandeira levantada pela ABAG consistia na melhoria da capacitação científica e tecnológica da agricultura, bem como na importância das novas técnicas de gestão e de sistemas de informações¹⁰⁸. Para o cumprimento de uma de suas “tarefas” - a de tornar o agribusiness brasileiro *ciente e entendido*, posto que o desconhecimento sobre seu funcionamento, bem como sobre as principais questões que o tangenciam, comprometeriam a visão sistêmica que lhe é peculiar - a entidade contaria com o apoio do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA/USP). O suporte dado pelo PENSA, longe de se constituir numa parceria externa, nasceria junto à própria construção da ABAG.

Como pode ser apreendido a partir do Organograma da Associação, reproduzido por NASSAR (2007)¹⁰⁹, a ABAG se estrutura da seguinte maneira:

ABAG - ORGANOGRAMA

Pak Ltda. **Máquinas:** Máquinas Agrícolas Jacto S.A., Máquinas Marchesan Implementos e Máquinas Agrícolas "TATU" Máquinas New Holland Latino Americana Ltda., Baldan Implementos Agrícolas S.A. **Pesquisa:** Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Processamento:** Batavia S.A.; Caramuru Alimentos S.A. Processamento: Cargill Agrícola S.A. Processamento Ceval Alimentos S.A. Processamento Sadia S.A. Processamento Agropalma S.A. Produção e Processamento Algar S.A. **Sementes:** Pioneer Sementes Ltda. Sementes Zeneca do Brasil S.A. Sementes Companhia O.M.B.

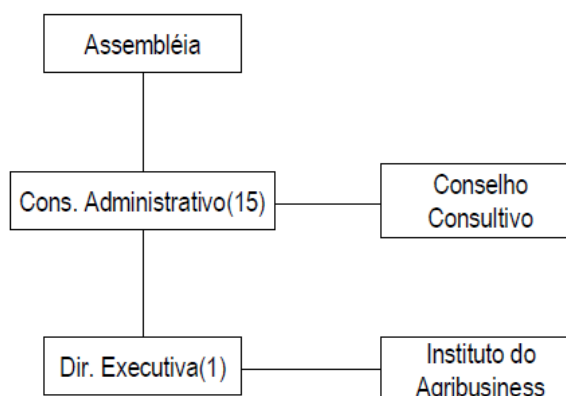
Fonte: ABAG, 2000. Ver: www.abag.com.br

¹⁰⁷ *Op. Cit.* p. 37.

¹⁰⁸ ABAG - íntegra do discurso proferido pelo Presidente da entidade, Engenheiro Agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, na cerimônia de posse de sua Diretoria e seu Conselho, em 6 de maio de 1993, no Auditório Nereu Ramos, Congresso Nacional, Brasília.

¹⁰⁹ NASSAR, André Meloni. *Eficiência das associações de interesse privado: uma análise do agronegócio brasileiro*. São Paulo: FEA/USP, 2001. p. 236.

ABAG



A função do Instituto do Agribusiness (IEAg) - órgão diretamente ligado à Diretoria Executiva e considerado o “braço técnico” da ABAG – é a de não somente amparar a associação na realização de estudos, pesquisas e análises de interesse dos grupos imbricados ao setor, como também coordenar e executar tais trabalhos. Para tanto, o IEAg atua junto às universidades por intermédio de contratos ou convênios, publicando trabalhos conjuntamente. A parceria igualmente se realiza com instituições congêneres, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras. Munido do discurso segundo o qual se responsabiliza pelas questões de ordem técnica, deixando a cargo do Conselho Executivo e da Diretoria Executiva as tarefas políticas, o Instituto “*possui um órgão auxiliar para desenho das orientações gerais composto por 8 membros da área acadêmica, o diretor executivo da ABAG e um diretor do Instituto*”¹¹⁰.

Como será observado nos próximos itens, são membros do IEAg - ou mesmo, contribuem com seus estudos, assinando publicações junto à ABAG - professores agremiados em torno do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) e junto a instituições que interagem de forma sistemática com ele.

Neste contexto é que se deve analisar a relação entre a fundação do Instituto Brasileiro de Agribusiness – de iniciativa da OCB - e a criação do Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA/USP), ambos no ano de 1990, logo, três anos antes do surgimento da ABAG. Tais iniciativas refletem a preocupação e o investimento de todo um segmento de empresários agroindustriais para quem a globalização estaria impondo ao *agribusiness* um outro tipo de relação e de confronto: “um confronto estratégico com os grupos internacionais”. Portanto, era chegado o

¹¹⁰ *Op. Cit.* p. 215.

momento de o empresariado do *agribusiness* assumir uma nova postura, tornando-se mais ofensivo; aprendendo a tomar iniciativas e tendo uma visão mais estratégica dos “mercados, dos impostos e dos negócios”. (BRUNO, 2002).

2.4 E consolida-se uma idéia: a “abordagem sistêmica”

Um dos elementos unificadores de classe presente no discurso das lideranças agro-empresariais é a idéia da incorporação do *risco*¹¹¹ e seu *gerenciamento* – notadamente um termo incorporado à linguagem empresarial como um todo - como dado inerente ao funcionamento dos investimentos capitalistas. Por certo, trata-se da análise do risco econômico que antevê os possíveis obstáculos que interfiram nos rendimentos deles esperados. Trata-se daquilo que o empresariado, de um modo geral, denomina de *Engenharia Política*, principalmente nos dias atuais, através de meios televisivos e da mídia impressa do país. Em maio de 1990, tratando sobre o assunto em questão, Ney Araújo salienta¹¹²:

“(...) embora a produtividade agrícola continue sendo fator crítico para se manter a competitividade, a tendência é a do uso de estratégias com conteúdo mais mercadológico, o que pressionará mais e mais as empresas do complexo agroindustrial, em direção a novos posicionamentos na sua gestão de negócios. (...) E, ainda, a estruturarem sistemas de informações mercadológicas e financeiras, para reduzirem os riscos que envolvam a entrada em novos mercados. Tudo isso faz parte de uma nova e necessária postura empresarial (...).

Nos dias de hoje, cerca de vinte anos depois, é inegável a materialização e concretização de várias das demandas acima mencionadas. Além da conquista pela ABAG da representatividade institucional, bem como da ampliação de sua influência

¹¹¹ A respeito do debate do risco, consultar: BRAGA, R; BRUNI, A. L; MONTEIRO, A. Estratégia e Decisões de Investimento em Condições de Risco: um Estudo na Veracel Celulose S/A. In: *Anais do XX Congresso Latino Americano de Estratégia*. SLADE, 2007, Barranquilla, Colômbia.

LINS. C. A Questão dos Riscos Intangíveis na Valoração das Empresas. *Congresso IBC de Gestão Estratégica de Riscos*. 28 a 30 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/IMG/ppt/doc-164.ppt>; KYTLE, B, RUGGIE, J. “Corporate social responsibility as risk management: A model for multinacionais”. Corporate social responsibility initiative, Working paper n° 10. Cambridge, MA: John F. Kennedy School of Government, Harvard University. 2005; PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia*. [online]. set. 2000,no.33p.133158. Disponível:<http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087365292000000200007&lng=pt&nrm=iso>.

¹¹² RODRIGUES, Roberto. (org.) “Ney Bittencourt: o dínamo do agribusiness”. SP: SRB, 1996. Trecho retirado de homenagem póstuma.

junto ao empresariado e ao Estado restrito, o agribusiness conta com o apoio incontestado do campo acadêmico, através de sua aliança com intelectuais da USP, agremiados em torno do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial, o PENSA, que, nas palavras de seus idealizadores, tem por missão inserir a agricultura num contexto de “*sistemas produtivos globalizados*”. Atualmente, o PENSA tem enorme visibilidade nacional e internacional e uma produção intelectual bastante ativa, já que o número de participantes, tanto do meio acadêmico, quanto do meio empresarial, vem aumentando significativamente. Coube, assim, aos intelectuais do PENSA, fornecer o escopo teórico e metodológico às ações do agribusiness brasileiro.

Dentre as principais organizações/instituições que, sistematicamente, interagem com o PENSA - tanto sob a ótica empresarial, quanto acadêmica e científica - encontram-se, além da ABAG, organizações internacionais ligadas ao agronegócio, dentre elas: IAMA (International Agribusiness Management Association), ISNIE (International Society of New Institutional Economics). Também merecem menção Illy Café (empresa torrefadora italiana), Jarí Celulose, FAO, Governo do Estado do Maranhão, EMBRAPA, as Universidades Federais de São Carlos (UFSCAR) e do Rio Grande do Sul (URGS), dentre outras.

Ney Bittencourt Araújo, ainda em 1990, organizaria, junto a um grupo de intelectuais em sua esmagadora maioria, formada por engenheiros agrônomos graduados pela ESALQ ¹¹³, e por profissionais dos Departamentos de Economia e Administração da FEA-USP (São Paulo e Ribeirão Preto), o PENSA. Sobre este Programa é importante afirmar que foi inspirado no Programa de Agribusiness da Universidade de Harvard, cujo fundador é Ray Goldberg, que formalizou o conceito de *agribusiness* ainda no ano de 1957. Ney Bittencourt de Araújo convidou o professor Goldberg em 1990 para a fundação do PENSA.

O levantamento e a análise da composição social do PENSA, de acordo com Claudio Severino, indica que há uma imbricação orgânica entre os espaços acadêmico, empresarial e político, através de relações pessoais na formação da ABAG e do PENSA. Severino utiliza o conceito de “ruralismo contemporâneo” para explicar todo um modo de pensar e atuar de um campo acadêmico

¹¹³ Consultar MENDONÇA, S. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999 e SEVERINO, Cláudio F. *O ruralismo acadêmico paulista*. Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA, 2007. p. 8

um espaço de produção científica de concepções de desenvolvimento tecnológico, social e econômico, estratégias de gestão de negócios e ação política de uma elite agrária (da qual grande parte se metamorfoseia em agroindustrial-financeira), sobretudo em São Paulo. (SEVERINO, 2007 p. 6)

O autor, ao buscar a biografia dos fundadores do PENSA, desvenda uma miríade de relações entre eles e os quadros dirigentes das empresas propulsoras e integrantes da ABAG, que o possibilitam chegar a algumas conclusões, dentre as quais:

A - a análise das redes de relações interpessoais entre empresários, técnicos, acadêmicos, líderes ruralistas, diretores de estatais, pode revelar aspectos fundamentais da dinâmica de produção de políticas agrícolas e científicas; B – há uma concepção de ciência, tecnologia e extensão própria do ruralismo; C - as redes de relações não formadas por critérios exclusivamente econômicos. Há notáveis coincidências. Muitos são parentes (lugares nas redes são passados de pai para filho) e velhos amigos de faculdade (SEVERINO, 2007 p. 23)

Mendonça (1999) já apontava para o papel preponderante dos agrônomos e das escolas agrônômicas, sobretudo a ESALQ, nas disputas entre as frações da classe dominante agrária na história brasileira de fins do século XIX e inícios do XX.¹¹⁴ No mapeamento dos quadros do PENSA e da ABAG, como já dito, grande parte é de diplomados pela ESALQ, mas em especial, como chama a atenção Severino, marcante é a semelhança, ou mesmo a reapropriação de certas categorias discursivas utilizadas pelos ruralistas contemporâneos acadêmicos, já verificáveis no ruralismo durante a Primeira República. Haveria, assim, uma linha de continuidade que se baseia em uma forma específica de pensar o mundo social, através de um *habitus*¹¹⁵ que parece estar relacionado à formação escolar, às redes de relações familiares e à posição social de seus agentes enunciativos. (SEVERINO, 2007 p. 27.)

¹¹⁴ MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e poder no Brasil*. RJ: Vício de Leitura, 1999.

¹¹⁵ O Conceito de P. Bourdieu de *habitus*, pode ser definido como um sistema de disposições perduráveis e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações (...) (BOURDIEU, APUD, BONNEWITZ, 2003, pg.76). Esta noção é uma tentativa de fazer a ponte entre subjetividade e objetividade – o *habitus* é a objetividade interiorizada e ao mesmo tempo a subjetividade exteriorizada.

A agência foi formalmente instalada pela Universidade de São Paulo em junho de 1990 e suas atividades desenvolveram-se com o patrocínio das fundações da USP. A finalidade básica deste programa multi-institucional era a de promover estudos sobre o agribusiness brasileiro, objetivando integrar a academia e a própria pesquisa acadêmica à realidade das organizações que encomendavam estudos claramente direcionados. Em outros termos, a função do PENSA é desenvolver conhecimentos que sejam aplicados aos negócios agroindustriais, endereçados às estratégias privadas e/ou às políticas públicas.

Em síntese e em termos gramscianos, o PENSA consiste num celeiro de intelectuais que organizam a vontade coletiva. O conceito de “visão sistêmica do agribusiness” uniformiza o discurso, equipara todos os envolvidos (não havendo conflitos e embates) e, ao mesmo tempo, aponta para a inexorabilidade e indestrutibilidade deste processo. (BRUNO, 2009).

2.5 Por dentro das fundações: a existência e manutenção do PENSA

Outra importante discussão diz respeito ao contexto de surgimento e à atuação das fundações de direito privado junto às universidades públicas do país. O debate acerca da privatização das universidades e do papel destas fundações, conhecidas também por “fundações de apoio” tem crescido na mesma proporção em que estas conquistam maior ingerência sobre as finanças e os processos decisórios internos à universidade. É evidente que, em sua esmagadora maioria, os trabalhos produzidos com esta temática originam-se no meio acadêmico, principalmente das associações de docentes e dos sindicatos de funcionários técnico-administrativos.

Constata-se que um dos mais expressivos focos organizativos de resistência às fundações se encontra na Associação dos Docentes da USP (ADUSP), responsável pela publicação de vários artigos e dossiês ¹¹⁶. Tal fato torna-se duplamente sintomático quando se trabalha com o PENSA - USP, programa financiado por algumas das mais influentes e atuantes fundações privadas presentes na Universidade no Brasil, dentre as

¹¹⁶ Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro, professora da Faculdade de Direito da USP os trabalhos produzidos pela ADUSP fundamentaram inclusive algumas ações judiciais por parte do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual. ZANELLA DI PIETRO. M. Sylvia. *O Ensino Público e as Fundações de Apoio In: ADUSP. Universidade Pública e fundações privadas: Aspectos conceituais, éticos e jurídicos. SP: Revista da ADUSP nov., 2004.*

quais: a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Cultura Contábil, Atuarial e Financeira (FIPECAFI); a Fundação para a Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Economia e Contabilidade (FUNDACE) e, sobretudo, a Fundação Instituto de Administração (FIA) isto porque, segundo levantamento realizado por sua Associação de Docentes, a USP é a universidade pública brasileira que mais se relaciona/abriga instituições do tipo fundações privadas e entidades assemelhadas, conquanto com outras denominações.

Para os estudiosos da questão a própria nomenclatura auto-utilizada “fundações de apoio” e auto-definidas como entidades “sem fins lucrativos”¹¹⁷, oculta a vocação e as práticas empresariais da maior parte delas, porquanto se organizam a fim de estabelecer *negócios* — assessoria, consultoria, projetos, cursos pagos e etc. E, de fato, não há qualquer hesitação por parte dos intelectuais idealizadores / executores deste projeto de educação, como será evidenciado mais abaixo, em declarar o caráter “mercantil” de suas propostas¹¹⁸.

Retomando os estudos que se contrapõem a esta perspectiva, eles inferem - baseados em documentos oriundos destas fundações, além de documentos emitidos pelo poder público - que as fundações privadas, tomadas em seu conjunto, “*historicamente transferem à USP recursos cujo montante equivale a menos de 2% do Orçamento anual da universidade*” (ADUSP, 2010 p. 9). Além disto, parte significativa das verbas abiscoitadas pelas fundações ligadas à USP deriva de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Durante a década de 1990 – período em que a política

¹¹⁷ No dossiê elaborado pela ADUSP para o GT Fundações organizado pela Reitoria da USP, os autores destacam: (...) *a condição jurídico-formal de entidades “incumbidas estatutariamente de pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional”, e “sem fins lucrativos”, concede-lhes privilégios como isenção fiscal (letra “c”, do inciso VI, do artigo 150 da Constituição Federal; e MP 1858-6 para o caso da Cofins) e dispensa de licitação por parte do poder público. In: ADUSP. Universidade Pública e fundações privadas: Aspectos conceituais, éticos e jurídicos. SP: Revista da ADUSP nov., 2004.*

¹¹⁸ Apenas para dar resposta ao possível questionamento prévio do leitor, Ricardo Lacerda no site abaixo cita um importante trecho de Etzkowitz, um dos mentores norte-americanos, autor da obra “Dinâmica da inovação” e afirma: “*Hoje, é comum ouvir falar de patentes e propriedade intelectual dentro de empresas que investem em pesquisa e desenvolvimento. Para o criador do conceito de Hélice Tríplice, o ideal é fazer com que a inovação rompa as barreiras do mundo empresarial. “A sociedade industrial cria pessoas cartesianas, que mantêm empregos vitalícios. Neste novo conceito, há mudanças, implicações e interações”, explica. Uma dessas mudanças é a forma de abordar crises econômicas. Etzkowitz conta que na sociedade do conhecimento sempre estão surgindo novas capacidades produtivas. “Quando tudo está mais integrado, chamo isso de emergência do conhecimento polivalente, algo que está entre o teórico e o prático, que pode ser publicado e patenteado”, destaca. Para ele, propriedade intelectual não é apenas pesquisa e desenvolvimento: “É também trabalho acadêmico. Assim, a universidade modifica seu formato e assume a identidade de negócio”.* http://coralx.ufsm.br/nit/inovacao/tecnologica/index.php?option=com_content&task=view&id=493&Itemid=25 Consultado dia 30 de maio de 2010.

neoliberal¹¹⁹ iniciada, sobretudo, nos anos de 197-80 - se materializava fortemente junto às universidades públicas e a educação de modo geral, as verbas concedidas para tais fundações compreendiam até 80% da receita total de algumas delas.

Há que se registrar que a maior parte desses contratos não passou por licitação, como revela estudo do Tribunal de Contas da União (TCU)¹²⁰, fato que fornece subsídios para uma leitura que aponta para o favorecimento, por parte do Estado, de grupos associados às fundações e suas práticas. Mesmo porque, de acordo com o estudo ora utilizado, muitas vezes as próprias autoridades da Universidade - sejam reitores, diretores, chefes de departamento, coordenadores, ou seja, quem se espera que fiscalize o funcionamento das fundações na relação com a USP - estão inscritos nos seus quadros diretivos ou participativos. A falta de controle das atividades exercidas pelas fundações, dos funcionários envolvidos, inclusive, dos docentes em regime de dedicação integral, “parcialmente liberados” para atividades privadas”, dos espaços ocupados em caráter permanente, da apropriação do símbolo da USP sem qualquer contrapartida, do exercício de atividade-fim da Universidade (concessão de diplomas de mestrados, especializações) são questionamentos¹²¹ a respeito da legitimidade das ações das fundações.

Dentre as fundações que atuam na USP, as financiadoras do PENSA encontram-se no topo da lista tanto do universo total das fundações, quanto da faculdade onde atuam. A FIA, por exemplo, é a terceira em termos de arrecadação e a primeira em receita dentro da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA), vide as tabelas produzidas pelo estudo supracitado:

¹¹⁹ Cabe lembrar que, de acordo com Perry Anderson, a política neoliberal ganha projeção na sociedade capitalista e surge como solução à crise do Estado de bem estar. Para Anderson o neoliberalismo alcançou grandes êxitos do ponto de vista ideológico porque a concepção de mundo de que não há alternativas aos seus preceitos se encontra amplamente disseminada. GENTILI, P. & SADER, E. *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995.

¹²⁰ Examinar o texto *Fundações: uma opção privatizante para as Universidades*. Op. Cit. p.9.

¹²¹ Conforme salienta Maria Sylvia Z. di Pietro: “Um dos argumentos que se utiliza freqüentemente para defender a eficiência das fundações é o que diz respeito à sua capacidade de carrear recursos para a universidade, adquirir bens, complementar salário etc. Isto até pode ter uma parcela de verdade, mas tudo isso tem que ser formalizado, tem que ser contabilizado. Não adianta a fundação dizer que ela compra computador para a universidade, que ela, reforma, que ela faz isso e aquilo, se isso não for devidamente contabilizado. Quem me garante que amanhã a fundação não saia da universidade e leve tudo aquilo que ela colocou lá? Isso tem que ser formalizado através de um termo em que fique constando que aquilo hoje passou a ser do patrimônio da universidade. Se não houver realmente uma captação de recursos para a universidade, eu diria — acho que na realidade é o que acontece — que é muito mais a universidade apoiando essas fundações do que as fundações apoiando a universidade.” ZANELLA DI PIETRO. M. Sylvia. *O Ensino Público e as Fundações de Apoio*. Idem.

Entidade	Receita total
Zerbini	153.473.629,47
Faepa	75.071.213,15
FIA	56.471.298,01
Fipe	29.246.423,74
Fundherp	27.198.164,49
Fipecafi	26.855.669,00
FFM	22.231.773,72
Funcraf	21.391.951,90
FCAV	18.978.476,42
Fundace	5.334.508,90
Fundecto	4.449.695,82
FUSP	3.378.785,03
Fipai	2.991.818,48
Fipfarma	2.485.191,15
Fundespa	1.930.705,46
FAFQ	1.699.402,30
Fealq	1.452.579,27
Fupam	1.086.003,00
Fafe	738.411,42
Funorp	630.255,71
Funbeo	315.167,02
Fumvet	243.374,12
Fierp	139.932,53
Arcadas	18.050,00
FAC	2.078,03
TOTAL GERAL	457.814.558,14

Fonte: relatórios Sicap fornecidos ao GT Fundações

Entidade	Receita total	Receita c/ cursos	Receita c/ pesquisas
FIA	56.471.298,01	32.289.626,25	19.078.566,49
Fipe	29.246.423,74	4.258.689,06	24.260.661,56
Fipecafi	26.855.669,00	9.649.493,08	17.182.365,92
TOTAIS	112.573.390,75	46.197.808,39	60.521.593,97

A FIA surgiu em 1980, como entidade privada sem fins lucrativos com vistas à atuação nas áreas de consultoria, pesquisa e educação, por iniciativa de professores do Departamento de Administração da FEA/USP. Iniciou seus trabalhos atuando na promoção de cursos fechados destinados a empresas. Sobre esta atividade inaugural, a própria fundação explica:

Após diagnosticar as necessidades e oportunidades de aprimoramento da organização, a FIA propõe soluções sob medida voltadas à atualização conceitual e à melhoria do desempenho e das habilidades dos seus profissionais¹²².

¹²² Fonte: <http://www.fia.com.br> Consultado em 23 de julho de 2010.

A partir do início dos anos 90, se consolidaram inúmeras ações voltadas para a “educação executiva”, a saber: MBA Executivo, Programa de Educação Continuada em Administração para Executivos, cursos de pós-graduação MBA e Capacitação Gerencial. Nos últimos anos ¹²³ opera no suporte à estruturação de Universidades Corporativas. A FIA enuncia um discurso bastante semelhante àquele dos círculos empresariais e do mundo corporativo em geral no tocante à “responsabilidade social” ¹²⁴, embora trate-se de uma fundação atuante no âmbito de uma universidade pública. ¹²⁵

Tal ação por parte da FIA não está apartada do contexto político e social mais amplo vivenciado na década de 90. Conforme indica Raquel G. Pinto, no tocante período, as grandes companhias estavam em processo de reestruturação produtiva o que, por extensão, levou grupos de diretores e especialistas em gestão de empresas a associarem-se às iniciativas de responsabilidade social da empresa, com o propósito de

racionalizar custos, flexibilizar normas e direitos do trabalho, aumentar as vantagens competitivas e administrar os riscos. As repercussões internacionais de alguns indicadores sociais (incidentes de trabalho, trabalho infantil, trabalho forçado, entre outros), ao proporcionarem uma imagem desfavorável, levaram algumas empresas brasileiras a priorizar seu envolvimento em algumas áreas específicas, entre as quais a pobreza, a violência, a educação e a proteção do meio ambiente. Muitas empresas brasileiras utilizaram-se do lema da “responsabilidade social empresarial”, principalmente para consolidar a fidelidade dos consumidores e a aceitação da coletividade. (GIFFONI PINTO, 2010 pp. 26).

Ventura (2006), em alusão ao processo de institucionalização da responsabilidade social empresarial, assegura que:

“Esse processo ocorre como parte de um movimento de deslocamento do capitalismo, que significa uma recategorização do modelo, alimentando a construção de um novo espírito para o

¹²³ *Idem.*

¹²⁴ Sobre a responsabilidade social empresarial ver: CAPPELLIN, P.; GIULIANI, G.M.; MOREL, R.; PESSANHA, E. As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social, In KIRSCHNER, A.M.; GOMES, E. ; CAPPELLIN, P. Empresa, empresários e globalização, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. VENTURA, E; VIEIRA, M. Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil. Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa em Administração, 2006. Salvador, BA.

¹²⁵ Segundo o trabalho de Raquel Giffoni Pinto, a literatura sobre responsabilidade social corporativa sustenta que está em processo no Brasil uma mudança gerencial nas grandes empresas em direção a maior responsabilização social e ambiental de suas práticas. Consultar: GIFFONI PINTO, Raquel. *O Poder da Crítica: Um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.

capitalismo – necessário para a mobilização das pessoas, além da dimensão material. Os deslocamentos são, portanto, a manifestação da dinâmica do capitalismo, que subverte a ordem existente, visando a sua reprodução”¹²⁶.

Frente a esta nova investida dos grupos empresariais e de seus intelectuais orgânicos, a FIA ¹²⁷ espelha a ênfase nos discursos e práticas consentâneos a tal responsabilidade. Ao mencionar que ao longo de seus trinta anos de existência foram inúmeros os projetos de impacto social alavancados por ela, afirma:

Diante do consenso quanto ao papel das organizações para a redução das discrepâncias sociais que limitam o desenvolvimento da sociedade brasileira, a FIA tem procurado assumir uma responsabilidade crescente no sentido de contribuir nessa direção. Iniciativas que contemplam o apoio financeiro e/ou de infra-estrutura para organizações parceira, a realização de projetos de assessoria e capacitação para políticas públicas de cunho social e também a continuidade do Projeto Social de Capacitação Acadêmica e Profissional - CAPJOVEM e o CAPEXECUTIVO, ações que representam as contribuições de responsabilidade social da instituição¹²⁸.

QUADRO I – CLIENTES DA FIA AO LONGO DE SUA HISTÓRIA (1980 – 2010)

Privado Nacional	Privado Internacional/multinacional	Associações	Sindicatos
Andrade Gutierrez; Aracruz; Artex; Banco Itaú; Belgo-Mineira; Bolsa de Mercadorias de São Paulo; Bradesco; Brastemp; Camargo Correa;	American Express; Avon; Bank of Boston; BFB – Banco Francês e Brasileiro; Bayer; Black & Decker; Boehringer Ingelhem; Bosh; Carrefour; Caterpillar; Ciba Geigy;	FEBRABAN; FIESP	No sítio da FIA encontramos apenas a palavra genérica: Sindicatos. De acordo com o levantamento

¹²⁶ VENTURA, E; VIEIRA, M. Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil. Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa em Administração, 2006. Salvador, BA.

¹²⁷ De acordo com o Dossiê Fundações: *Em 2001 a FIA arrecadou mais de R\$ 32 milhões com cursos pagos, o que representa 57% da sua receita total de R\$ 56 milhões. O montante de recursos obtidos pela fundação com a venda de cursos pagos (MBA e outros) é maior do que o orçamento da FEA, unidade à qual está vinculada, e que se situa abaixo de R\$ 30 milhões. Op. Cit. p. 14.*

¹²⁸ Ver Programa social: www.fundacaofia.com.br Consultado em 23 de junho de 2010.

Castrol; Cel-Lep; Cooxupé; Copersucar; Credicard; Datamec; DPZ; Editora Abril; Editora Globo; Empresa Bandeirante de Energia; Interchange; Itausa; Klabin; Metal Leve; Melhoramentos; Perdigão; Promon Engenharia; Rede Globo; Sadia; Santista Alimentos; SBT; Unibanco; Votorantim Celulose e Papel	Citibank; Deutsch Bank; Dixie Toga; Dow; Du Pont; Ericsson; Ford; Gillette; GM - General Motors; Goodyear; Grupo Ticket; HSBC Bamerindus; IBM; Illycaffé; Johnson & Johnson; Mercedes Benz; Microsoft; Monsanto; Nestlé; Pirelli; Rhodia; SAP; Shell; Siemens; Xerox.		realizado em outras fontes encontrou-se cursos realizados pela FIA cuja orientação era voltada para gestores de RH e empresários. Para ilustrar cita-se o curso “Negociação sindical e gestão estratégica das relações de trabalho”.
---	---	--	--

Fonte: www.fundacaofia.usp.br

A história da parceria entre universidade e empresas no Brasil remonta à década de 60, com os debates acerca da Universidade Nacional do Trabalho (UNT). Em 1961, Jânio Quadros aprovaria a exposição de motivos do Ministro da Educação sobre a criação da UNT¹²⁹ que criava, dentro das instalações das escolas técnicas federais (nível médio) existentes nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, uma “universidade proletária”¹³⁰. De acordo com o Decreto 50.588 de 13 de maio de 1961, a proposta seria: *“formar e aperfeiçoar mão-de-obra qualificada necessária para o incremento da produção, mediante a ampliação e eventuais modificações do sistema nacional de ensino médio; formar técnicos em nível superior capazes de atender à diversificação do mercado de trabalho (...).”*¹³¹ É bastante nítido que tal proposta pedia para a manutenção da dualidade do ensino e das formas de discriminação por ela carregadas já que, mediante a comparação entre os currículos dos cursos de engenharia, onde estudavam jovens das classes médias, e a recomendação do currículo da UNT,

¹²⁹ CUNHA, L. Antonio: *A universidade crítica: O ensino superior na república populista*. 3.ed. SP: Editora UNESP, 2007.

¹³⁰ No município de Volta Redonda (RJ), o então presidente J. Quadros inaugurou uma das primeiras UNTs, a Escola Metalúrgica da Universidade do Trabalho, que formariam quadros de “técnicos” aptos a atuarem na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) - quem por determinação do governo projetou e construiu o prédio onde foi instalada, assim como doou o terreno à UNT. Para embasar tais colocações, utilizou-se o texto: MONTEIRO, Edil Patury. *“Histórico da implantação da Escola de Engenharia Industrial Metalúrgica de Volta Redonda.”* RJ: 1998.

¹³¹ *Op. Cit.* p. 83.

onde estudariam filhos de trabalhadores, ficavam demarcadas flagrantes diferenças: os primeiros, engenheiros “doutores”; os outros, técnicos de “alto padrão”, pois cursariam engenharia de curta duração. (CUNHA, 2007 p. 32) Existe uma ampla e riquíssima discussão na área da Educação sobre a relação universidade-empresa e, para os fins a que se destina essa dissertação, tomar-se-á por base somente a articulação empresarial ligada ao meio agro a respeito do assunto.

Ainda em julho de 1986, a empresa AGROCERES lançaria, por meio de sua publicação mais expressiva, os “*Cadernos Agrocere: A evolução rural*”, uma série intitulada *Ciência e Tecnologia*, que tinha como tema central a biotecnologia e a autonomia brasileira. Ney Bittencourt de Araújo justificava a importância da iniciativa a partir de três eixos: **a)** pelo pioneirismo da AGROCERES na introdução de pesquisa e comercialização de sementes híbridas de vários produtos, entre eles milho, hortaliças e etc; **b)** para estimular o governo brasileiro a realizar uma política global para a ciência e tecnologia onde houvesse interação entre universidade, governo e empresa e, finalmente, **c)** para o exercício do poder, já que nos dias atuais quem o detém não eram mais os donos dos meios de produção e sim os que dispunham dos processos de mudança dos meios de produção, os que detinham a ciência e tecnologia.

A questão do papel da ciência e da tecnologia enquanto estruturantes de uma ideologia foi pensada por Habermas¹³² a partir das idéias de Weber e de Marcuse. Weber entende o processo de racionalização como a ampliação das esferas sociais que ficam submetidas aos critérios de decisão racional com relação a fins. Marcuse, por sua vez vai afirmar que a partir deste conceito de racionalização de Weber pode-se observar uma forma escamoteada de dominação política. Defende que, não apenas o seu uso, mas que a própria técnica já é uma dominação calculada sobre os homens e a natureza.

Diante de ambos os estudos, Habermas desenvolve a análise do processo de racionalização de Weber e aponta alguns limites da compreensão de Marcuse. Para dialogar com Weber, Habermas vai definir e distinguir dois conceitos de racionalidade: *trabalho* e *interação*. O trabalho - ou ação racional teleológica - configura-se pela combinação do agir instrumental e do agir estratégico. O agir instrumental caracteriza-se pela relação sujeito-objeto enquanto manipulação, domínio e controle eficaz da

¹³² HABERMAS, Jürgen. “*Técnica e ciência como ideologia.*” Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

realidade ou do mundo objetivo; regendo-se por regras técnicas baseadas no saber empírico. Já o agir estratégico caracteriza-se pela avaliação correta das alternativas e das escolhas dos meios de manipulação, domínio e controle organizado pelo agir instrumental; ou ainda, por influir os atores sociais uns sobre os outros conforme fins de domínio.

A interação, ou ação comunicativa, configura-se por meio da categoria da intersubjetividade. Esta relação rege-se por normas, quer dizer, por maneiras coletivas de agir, pensar e sentir, de acordo com um variado tipo de regras sócio-culturais, a saber: imperativos morais, leis, regulamentos, costumes, etc. Toda norma social, formal ou tácita, é uma regra geral de ação obrigatoriamente válida, compreendida e reconhecida assim pelas subjetividades em comunicação. Para Habermas - e é neste ponto que ele reformula o conceito de racionalidade Weberiano - ambas são tipos de racionalização, tanto a razão instrumental-referente ao trabalho - quanto a razão comunicativa - referente à interação. Na modernidade, o agir racional com relação a fins não só se torna preponderante, como Weber já havia notado, mas também se sobrepõe ao agir comunicativo como tal.

Com relação à perspectiva de Marcuse, Habermas diz que a técnica - entendida como relação de dominação da natureza pelo homem - não deve ser criticada em si mesma, como fez aquele autor, para ser substituída por outro tipo diferente, mas sim porque ela não consegue mais diferenciar nas consciências humanas o trabalho e a interação. Esta não-distinção é resultado da sobreposição da atividade comunicacional pela atividade racional em relação a fins, uma colonização dos modos técnicos de pensar e agir no mundo social. Entendemos que para Habermas o “a priori” tecnológico é neutro, ou seja, a técnica seria um projeto da espécie humana e não de épocas históricas e modos de produção específicos. Contudo, se a técnica se expande para outras esferas, transformando-se “*na forma englobante da produção material*” ela pode definir toda uma cultura e, assim, tornar-se um instrumento de dominação e legitimação do sistema em que se insere.

O autor considera que a racionalização progressiva da sociedade está ligada à institucionalização do progresso científico e técnico, através do qual as próprias instituições modificam-se junto com suas antigas legitimações¹³³. Para ele o modo de

¹³³ Mediante as idéias de Habermas, Cladeir Alberto Schenkel afirma: “*Com a despolitização das massas as verdadeiras razões para tal situação deixam de ser questionadas: a dominação e a sua legitimação.*”

produção capitalista institucionaliza o crescimento econômico e a inovação, garante uma extensão dos subsistemas da ação racional teleológica, assim como as formas tradicionais vão se sujeitando, cada vez mais, às condições da racionalidade instrumental. De tal modo, a técnica e a ciência transmutaram-se na principal força produtiva, pois é do seu avanço que depende a acumulação capitalista.

Em outras fases do capitalismo o aumento da produtividade era resultado de invenções esporádicas, mas, no capitalismo tardio, o aumento da produtividade é o objetivo sistemático da ciência e da técnica e então todos os esforços são empenhados para isso. A técnica e a ciência passaram a ser a principal força produtiva, pois a acumulação capitalista depende de seu progresso. Assim, o avanço das forças produtivas protege, ao invés de suprimir, a legitimidade da dominação. Esse processo desarticula as antigas formas de legitimação, criando um novo quadro institucional e qualificando como irracional tudo o que não está no seu âmbito.

Para que a ciência e a técnica permaneçam como ideologias que levam à auto-objetivação e alienação humana devem-se manter separados ambos os conceitos de racionalização (agir instrumental e agir comunicacional). A sociedade do capitalismo tardio precisa se imunizar contra as possíveis ofensivas, e faz isso através da despolitização das massas.¹³⁴

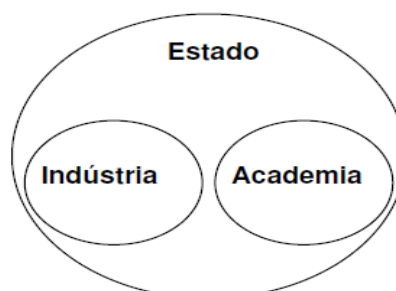
Antonio Paes de Carvalho, professor da UFRJ, diretor-presidente da BIOMATRIX S.A., subsidiária da AGROCERES e presidente da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia também assina o caderno AGROCERES com o artigo

*Paralelamente ao incremento das funções do Estado, ocorre a "cientifização da técnica". Isso quer dizer que a técnica e a ciência passaram a produzir em função das necessidades da indústria; ou, dito com mais rigor, inaugura-se um processo de progresso técnico-científico em escala industrial, inserindo num mesmo sistema a ciência, a técnica e a valorização. Enquanto no capitalismo clássico o aumento de produtividade era fruto de invenções esporádicas, a partir deste momento, o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção são os objetivos maiores da ciência e da técnica e é nessa direção que os seus esforços são empenhados. Assim, a técnica e a ciência passaram a ser a principal força produtiva, pois é do seu progresso que depende a acumulação capitalista. Com a institucionalização do progresso técnico-científico, o dualismo entre trabalho (agir racional e agir instrumental) e interação (agir comunicativo) regride na consciência dos homens. Essa regressão se confirma pela eliminação da diferença entre práxis e técnica, e constitui o núcleo da "nova ideologia". Assim, o sistema social parece ser determinado pelo progresso técnico-científico: este aparece como variável independente, enquanto que as relações sociais aparecem como variável dependente." SCHENKEL, C. Alberto. Habermas e o neoliberalismo: o debate da modernização. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* 1 nov. 1993. pp. 69 – 75.*

¹³⁴ Desta forma, para reverter esse processo Habermas propõe o resgate da política na sociedade, através do agir comunicativo. Esta racionalidade permite a formação de sujeitos reflexivos dotados de capacidade crítica, e a partir de um diálogo intersubjetivo será possível reconstruir valores e normas sociais oferecendo a possibilidade de emancipação dos indivíduos. Eles poderão, através desse processo de discussão pública, definir não só *o que* querem mas *como* querem viver.

“*Ciência e empresa: Um futuro para a autonomia brasileira*”. A qualidade de vida e a autodeterminação econômica da América Latina, para o autor, só será levada a cabo quando a “massa crítica científica” deixar de ser insuficiente e interagir com o setor produtivo, fato que possibilitará a ampliação dos parques nacionais de ciência e tecnologia e, assim, a formação de um número maior de cientistas. Discute também a forma como países do então chamado primeiro mundo lidam com a aliança governo - empresa - ciência. Em 1987, Carvalho já referendava o uso de “fundos públicos” e de instrumentos políticos para o desenvolvimento acelerado da força de trabalho em ciência e tecnologia no Brasil. Informava também a existência, nas universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, da ligação universidade-empresa do tipo clássico ou “*spin-off*”, por exemplo: “parques de tecnologia” apoiados amplamente pelo governo e da ligação nos moldes “*spin-in*”, chamadas pelo autor de “mais criativas e controversas”, onde as empresas e seus técnicos levam os problemas para dentro da universidade e desenvolvem projetos em conjunto “*numa conformação já pronta para utilização pela empresa*”¹³⁵.

Em fins dos anos 90, professores da Universidade do Estado de Nova York, Leydesdorff e Etzkowitz, desenvolveram o conceito dos *Arranjos Triple Helix I, II, III* para explicar o que há de mais inovador no sistema de pesquisa e sua relação com os agentes envolvidos (empresa, universidade e governo). Trata-se, em geral, de um modelo analítico que associa uma gama de “arranjos institucionais e de modelos políticos para explicar suas dinâmicas”. Baseado nisso, no modelo Triple Helix I prevalece a relação unilateral, sendo que apenas dois são campos de interação e não já há diferença nas ações do governo quanto ao direcionamento de estímulos ao desenvolvimento científico e tecnológico, em relação ao mercado e à academia. (OLIVEIRA FILHO, RODRIGUES E LACERDA, 2007)



¹³⁵ CARVALHO, Antonio Paes. *Ciência e Empresa: Um futuro para a autonomia brasileira*. In: *Cadernos Agroceres: A evolução rural. Série Ciência e Tecnologia Número 1 AGROCERES julho de 1986*.

Esquema 1: Modelo estático das relações universidade – indústria – governo
Fonte: Leydesdorff & Etzkowitz (2000) APUD OLIVEIRA FILHO, RODRIGUES E LACERDA, 2007.

No arranjo II, ou também chamado de modelo *Laissez Faire*, os agentes se organizam de modo apartado e se observa a ausência de um espaço integrativo das ações governo – academia – indústria. Evidente que as contingências de várias ordens impactaram a presente visão mais liberal sobre o papel do Estado, cujo foco neste âmbito é somente regulatório.

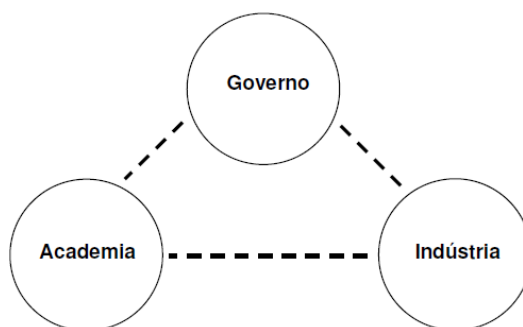
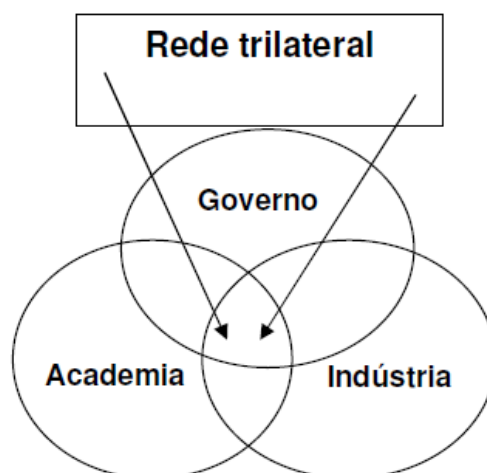


Figura 2: Modelo *laissez faire* das relações universidade-indústria-governo.
Fonte: Leydesdorff & Etzkowitz (2000). APUD OLIVEIRA FILHO, RODRIGUES E LACERDA, 2007.

Na organização do arranjo tríplice hélice III inexistente o controle do governo, somente os incentivos, tais como concessões de crédito e incentivos financeiros, aparato legal que conceda isenção de impostos às empresas e etc. Neste arranjo, entre as esferas institucionais não existem delimitações, sendo as ações conjuntas. A figura expressa “a intersecção, ou seja, a indicação das operações conjuntas dos três atores que promovem a inovação científica e tecnológica”. (OLIVEIRA FILHO, RODRIGUES E LACERDA, 2007).



Esquema 3: Modelo de Tríplice Hélice
Fonte: Leydesdorff & Etzkowitz (2000). APUD OLIVEIRA FILHO, RODRIGUES

E LACERDA, 2007.

Por esta razão é considerado o mais avançado, tomado como um novo modo de produção de conhecimento, cujo corolário é a idéia de que as universidades se abram tanto a novas parcerias, quanto a outras formas de financiamento. A título de exemplificação, Etzkowitz alude aos benefícios da transferência de conhecimento docente para empresas e de executivos para as universidades, desde que incentivado pela ação governamental e cita outra frente de inovação, a “Universidade Corporativa”.

As universidades corporativas são um exemplo que mostram o papel das empresas na formação das pessoas”, explica, citando o caso da Vale, cuja universidade corporativa já conta com uma incubadora tecnológica. “É a inovação dentro da inovação”, avalia. Ao dar o exemplo da mineradora brasileira, o autor fala não apenas a aproximação entre ensino e mundo empresarial. Segundo o Etzkowitz, o papel do governo nesse tipo de iniciativa é fundamental. “O governo começa a ter um papel mais importante na inovação, com leis, regulamentos, concessão de crédito e incentivo financeiro a novas empresas”, afirma. A criação de parques tecnológicos e incubadoras em universidades é, na visão dele, um caso emblemático de Hélice Tríplice - em que governo, iniciativa privada e academia se complementam.¹³⁶

A FIA - via PENSA/USP – também patrocina a Universidade Corporativa Illy Caffé (empresa familiar da Itália produtora de café) desde o ano 2000. Criada pelo PENSA a partir de um pedido da empresa, este projeto – que inclui visitas de pesquisadores do Programa para realização de cursos e seminários - visa ao treinamento de produtores de café “dentro de princípios de técnica, economicidade e qualidade, visando seu aprimoramento, sua eficiência econômica e fidelização”.¹³⁷ Por meio das agências da sociedade política (por exemplo, Ministério da Ciência e Tecnologia)¹³⁸, o governo também afirma que as universidades corporativas são uma “evidência a mais de que as Universidades tradicionais, públicas e privadas, necessitam adotar posturas mais ágeis e proativas na direção da missão de ensino e capacitação em RH em nível superior”¹³⁹.

¹³⁶Ver:http://coralx.ufsm.br/nit/inovacao/tecnologica/index.php?option=com_content&task=view&id=493&Itemid=25 Consultado no dia 17 de julho.

¹³⁷ Consultado no site <http://www.fundacaofia.com.br/pensa/> dia 30 de maio de 2008.

¹³⁸ BATALHA, Mauro Otávio. (coord. Geral) Recursos humanos para o agronegócio brasileiro. Brasília. CNPq, 2000.

¹³⁹ Op. Cit. p. 3.

Toda esta discussão ganha sentido quando se consegue estabelecer a conexão entre o Programa PENSA, financiado por algumas das fundações mais rentáveis existentes na Universidade e que possuem um projeto unificado de educação claramente voltado a grupos altamente capitalizados. Significativo é também o investimento de uma parte do segmento agroindustrial junto a este projeto gestado desde a década de 80 e que se encontra, nos dias de hoje, em luta pela consolidação de sua hegemonia.

2.6 O que pensa o PENSA? Organização de ações e seus fundamentos

O PENSA contou, desde o momento de sua criação, com o financiamento de empresas privadas e organizações do agribusiness brasileiro para a viabilização de seus estudos dentro e fora do país. Diante da documentação levantada, entre os anos de 1990 a 1993 (ano de fundação da ABAG), constata-se que o programa já formalizava estudos dirigidos tanto aos programas de ensino regulares, quanto aos programas de educação continuada e, sobretudo, ao treinamento empresarial de executivos. No ano de 1992, por exemplo, o Programa elaborou *estudos de casos* para várias empresas, a saber: Cooperativa Agropecuária HOLAMBRA, Cooperativa BATAVO, FRUNORTE, DINAMILHO, Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo (AVITI) e Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste/ LTDA (SUDCOOP), CEVAL e Central Cooperativas de Carnes Del Uruguay. No ano seguinte o PENSA realizou estudos sobre as seguintes empresas: ILLY Café, COCAMAR, ABC-INCO, Moinho Pacífico e CYANAMID.

Outra fundamental ingerência do PENSA, também já no mesmo período, foi os *Estudos de Casos*. Trata-se de uma iniciativa em que participam alunos e professores ligados ao PENSA, juntamente com um representante do grupo empresarial ora alvo de estudo, objetivando alcançar soluções para os problemas decisórios das empresas brasileiras. Nas palavras de Décio Zylberstajn, coordenador-geral do PENSA:

(...) estudos de casos que representam situações-problema enfrentados por empresas reais e que são ilustrativos do momento por que passa o agribusiness brasileiro e internacional. Reunir cerca de 70 executivos, ao lado de representantes da área acadêmica, com as mais diversas experiências na área, discutindo problemas estratégicos e organizacionais, cuidadosamente escolhidos e preparados, provê um ambiente rico e incomparável de

troca de idéias e pontos de vista que, auxiliam nas tomadas de decisão dos negócios privados.”(ZYLBERSTAJN, 1993 p.2).

Na dinâmica da metodologia “*Estudos de Casos*” são elencadas quatro questões acerca de uma mesma empresa (ligadas à suficiência dos recursos de marketing, área de atuação da empresa, competitividade, cenários futuros para o produto – sempre se levando em conta a especificidade de cada grupo empresarial e suas principais dificuldades e potencialidades, entre outros). Posteriormente os participantes, divididos em 8 grupos, respondem às questões de modo a destacar as possíveis soluções e pareceres referentes a cada pergunta.

Não parece casual o fato do PENSA, já em 1993, organizar estudos dirigidos junto ao meio empresarial nos mesmos moldes e propósitos da FIA ainda nos 80, como anteriormente evidenciado. Ao contrário do que é apregoado pelos elaboradores dos *Estudos de Caso* do PENSA, não se trata de iniciativa totalmente inovadora - claro que com algumas modificações e atualizações - lembrando que os responsáveis pela criação da FIA foram professores da FEA – núcleo de onde saíram os próprios fundadores do PENSA, uma década depois.

Ainda sobre a pesquisa junto aos agronegócios, Decio Zylbersztajn - engenheiro agrônomo e professor titular do Departamento de Administração da FEA/USP, coordenador-geral do PENSA e também fundador do Programa - aponta para um significativo debate no campo das ciências administrativas, econômicas e, em especial, dos agronegócios (área que segundo o autor se encontra em permanente interação entre o prático e o científico) sobre a questão da dissociação entre a geração do conhecimento prático e a geração do conhecimento científico. Especialistas na temática diferenciam em dois os tipos de conhecimento: o conhecimento positivo e o conhecimento fenomenológico.

O primeiro diz respeito ao saber sistematizado, tratado positivamente e que aspira à objetividade. Como exemplo, pode-se citar o funcionamento dos mercados futuros e a formação de preços. Já o conhecimento fenomenológico estaria relacionado ao saberes adquiridos pela experiência, pela prática gerencial. Para ilustrar tal conhecimento Zylbersztajn, cita o tópico: *comportamento estratégico das empresas*. Segundo ele, as características que o orientam podem não se repetir em outros casos e, por conseqüência, torna-se um complicador ou mesmo uma impossibilidade para o uso do método positivo.

Também enquadrada no plano fenomenológico se encontraria o “*Estudo de casos*” descrito anteriormente. Esta metodologia possui grande destaque em algumas universidades norte-americanas, porém sua aceitação no campo acadêmico é condicionada ao status de literatura. Fazendo uso do argumento de um especialista no tema, o economista norte-americano Yin, Decio Zylbersztajn afirma:

*Por não se enquadrarem na prática de ciência positiva, não há hipótese que possa ser rejeitada a partir do uso do método, ainda que eu aplique múltiplos estudos. Por outro lado, não resta dúvida de que o método é útil, uma vez que empresários e acadêmicos podem espelhar-se e melhor entender as perguntas corretas, ainda que não encontrem respostas definitivas (...)*¹⁴⁰

Zylbersztajn atenta para as possíveis perdas para área dos agronegócios caso a fonte de conhecimentos de ordem fenomenológica seja negligenciada, já que há, por parte de um grupo de teóricos da economia “mais ortodoxos”, uma recusa em aceitar métodos baseados em tal conhecimento, a exemplo do método dos estudos de caso. Ainda de acordo com o autor, existe outro grupo de economistas tidos como “mais radicais”, que desconsideram a legitimidade de qualquer método quantitativo de análise e modelos, a seu juízo, por desconhecimento e por ausência de formação nestas competências.

A análise de tal argumentação ganha inteligibilidade a partir do conceito de *campo científico* de Bourdieu, quando contraria a idéia de comunidade científica como um todo homogêneo e indiferenciado, um campo ausente de disputas e relações de forças¹⁴¹. Ele defende que a ciência é um campo social como todos os outros, com seus lucros, interesses monopólios e estratégias, todavia, cobertos por uma roupagem específica. O que os membros deste campo esperam dele é a obtenção da capacidade técnica e do poder social de falar e agir com autoridade, de forma autorizada e legítima, e, a partir disso, serem conhecidos e reconhecidos. É nesse sentido que orientam sistematicamente as suas práticas.

¹⁴⁰ ZYLBERSZTAJN, D. *Ensino, pesquisa e consultoria nos agronegócios: as múltiplas linguagens do profissional dos agronegócios*. In: PINAZZA, L. Antonio. & ALIMANDRO, Regis. (orgs.) “*Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócios no terceiro milênio*”. RJ: ABAG/AGROANALYSIS/FGV, 1999.

¹⁴¹ Para Pierre Bourdieu, se não é possível haver uma escolha científica que não seja também política, não há possibilidade de existir uma neutralidade na ciência. Esta idéia seria uma ficção interessada que pretende passar uma representação arbitrária do mundo social (tendo como premissa o fato de que a ciência se fundamenta, em última instância, em crenças coletivas, produzidas pelo próprio campo científico) com um verniz universalizante e imparcial, com grande eficácia simbólica justamente porque sua face arbitrária se mantém irreconhecível.

No campo científico está em jogo o poder de impor uma definição de ciência, quais são os problemas, os métodos e as teorias que podem ser ou não ser científicos. Segundo Bourdieu ¹⁴²,

“Os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição de ciência, segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ser, ter e fazer aquilo que eles são, têm e fazem (...)”

Esses pesquisadores bem sucedidos se destacam do todo indiferenciado do universo dos homens comuns, possuindo um valor diferencial. O campo científico é sempre palco de lutas tanto mais desiguais quanto mais desigual for a posse de capital específico por parte dos agentes, que determinará, portanto, a desigual apropriação do produto do trabalho científico. As ambições científicas serão tanto maiores quanto maior for o capital de reconhecimento do indivíduo e sua capacidade científica, que é sempre julgada através do conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias científicas instituídas (universidades e institutos de pesquisa de renome.).

A posição do PENSA se distingue de ambos os grupos haja vista que, toda a sua produção bibliográfica e seus enfoques, atravessam a relação universidade e empresa de um modo geral, assim como perpassa a contribuição do conhecimento gerado pelas “práticas indutivas” - via estudos de caso - para os agronegócios, tendo por mote principal a máxima: *“associação de rigor acadêmico e aplicação prática”*. O PENSA se apóia na combinação de trabalhos centrados nas cadeias produtivas oriundos de universidades norte-americanas como Harvard e os estudos de Leontieff sobre economia industrial e de trabalhos produzidos pela escola francesa onde, além de considerarem a relevância das cadeias produtivas, atenta para *“problemas distributivos e de poder ao longo das cadeias.”* ¹⁴³ (ZYLBERSTAJN, 1995 p. 98).

Pode-se, assim, perceber que a produção intelectual do PENSA não se circunscrevia apenas a trabalhos inaugurais sobre a temática do agribusiness. Dentre estes trabalhos podemos citar os de Décio Zylbersztajn; os de Elizabeth Farina: economista, também professora da FEA/USP e atualmente presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) – autarquia vinculada ao Ministério da Justiça -; e principalmente os do próprio Ney Bittencourt, com ou sem a parceria de colaboradores externos do PENSA: Luiz Antônio Pinazza (Gerente da Área de Estudos

¹⁴² BOURDIEU, P. “O Campo Científico” In: Renato Ortiz (org). *Sociologia*. SP: Ed Ática p. 122-155.

¹⁴³ ZYLBERSTAJN. Decio. Ensino e Pesquisa & consultoria nos agronegócios. PENSA, 1998.

de Economia e Planejamento da *Sementes Agroceres S.A.*) e Ivan Wedekin (Diretor Comercial da *Sementes Agroceres S.A.*)

Não se pode, entretanto, ignorar o fato de que grande parte dos coordenadores do PENSA e membros associados já colaboravam com estudos solicitados por multinacionais do porte de Cargill e empresas como a AGROCERES, ou mesmo ocupavam cargos nestes grupos empresariais. Nos periódicos informativos destas empresas, tais como *Cadernos Agroceres* e *Fórum Cargill de Debates* – publicações editadas desde início da década de 1980 - são encontrados nomes como os de Fernando Homem de Melo, pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas Cultura Contábil, Atuarial e Financeira (FIPECADI), instituição que também patrocina as atividades do PENSA; Elizabeth Farina, coordenadora do PENSA; Renato Casali Pavan, colaborador externo do PENSA, e que, em 1993, era Assessor Especial do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, e um ano depois, Coordenador de Infra-Estrutura Econômica, Transporte e Energia (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), dentre outros. Os artigos destes e de outros pesquisadores e autoridades governamentais são voltados às análises de tendências de mercado, aos diagnósticos do comércio exterior e de política agrícola, somando também análises de estratégias empresariais.

Neste sentido, o que podemos concluir é que a construção do PENSA foi a conformação institucional de práticas que já existiam, ainda que não centralizadas e levadas a público periodicamente. Um exemplo a ser citado de aproximação entre dirigentes empresariais, especialistas em agribusiness e associados da ABAG, foi o programa de televisão intitulado “*Fique de olho no milho*” produzido pela Rede Globo (posteriormente associada da ABAG) em parceria com a Agroceres (empresa presidida por Ney Bittencourt). Entre os anos de 1983 a 1988 o programa ficou no ar e abriu as portas para um maciço investimento de *marketing* no setor do agribusiness. Junto com Ney, outro futuro membro do PENSA, José Luiz Tejon Megido, (ex-gerente geral de Marketing da Agroceres e atual gerente geral de negócios da OESP Mídia Direta – parceira do PENSA e diretor do IEA da ABAG) foram os responsáveis pelas campanhas rurais engendradas pelo programa “*Fique de olho no milho*”.¹⁴⁴

¹⁴⁴ RODRIGUES, Roberto. *Op. Cit.* 1996.

Consoante a este quadro, a construção do PENSA representou a formalização de demandas e propostas elaboradas por uma fração de classe hegemônica que obtinha respaldo da academia, posto que membros desta última já construíam direção política e cultural, organizando e divulgando ideologias desta determinada classe/fração. Não é por acaso que a ABAG só se apresenta três anos depois do PENSA. O caráter unitário e coerente do projeto político e dos valores a ele inerentes, produzido por estes intelectuais da USP, confere homogeneidade à ideologia desta fração de classe, externando-a e tornando-a aceita por toda a sociedade. Basta observar uma das linhas de pesquisa do Programa: o *Marketing Empresarial*. Área promissora, que tem angariado enorme investimento intelectual por parte dos membros do PENSA e que se traduz em outro preponderante indicativo de êxito ou fracasso dos negócios das empresas por eles estudadas. Não por acaso, o porta-voz mais de maior expressão do *marketing* em agronegócio no país hoje é Tejon Megido (citado linhas acima. Ver também Quadro II Colunas PENSA e ABAG) o qual, em seus escritos – principalmente aqueles endereçados às agências do governo -, frisa:

Agora, o que é marketing? Se marketing for confundido com promoção, vamos nos dar mal. Marketing é um processo de administração de "valores percebidos versus os ativos reais". Em outras palavras, marketing é muito mais do que promoção, propaganda, embalagem, distribuição etc., é uma filosofia de administração que se fundamenta no conhecimento das mentes humanas, dos seus desejos, das suas perspectivas, necessidades, angústias, medos e forças, e envolve toda a estruturação que entrega o "valor" desejado pelo consumidor, dentro de um suporte real de ativos¹⁴⁵.

Capítulo III

O PROGRAMA DE ESTUDOS E NEGÓCIOS DO SISTEMA AGRINDUSTRIAL (PENSA) E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS (ABAG): UMA SÓ GESTAÇÃO

3.1 Ações e interfaces entre o PENSA e a ABAG

¹⁴⁵ Reportagem divulgada no site da EMBRAPA sob o título: “100 milhões para o marketing agrícola” no ano de 2004. Consultado em 17 de junho de 2010. Ver: <http://www.embrapa.gov.br/imprensa/artigos/2000/artigo.2004-12-07.2444701595/>

É evidente que com a consolidação do Programa suas atividades se complexificaram. Foi a partir de 1994/1995 que o PENSA passou a realizar anualmente cursos direcionados à capacitação de profissionais ligados ao agronegócio, tendo construído e propalado uma tradição na área, com isso obtendo o *status* de ‘credenciadora’ frente aos demais programas de recursos humanos estabelecidos para o gerenciamento do que chamam de Sistema Agroindustrial Brasileiro. Inúmeras outras ações – que ganharam grande projeção e alcance - passaram a serem realizadas a partir de então.

O levantamento de suas principais realizações possibilitou constatar inúmeras similitudes entre as bandeiras de luta propaladas pelas lideranças da OCB e da própria ABAG - sobretudo as referentes ao sistema cooperativo - extremamente valorizado pelo PENSA. Algumas vezes colocado até como única saída para se atingir “agregação de valor” (capacidade gestora e incremento tecnológico) - e os estudos produzidos pelos intelectuais, conjugados a seminários, congressos e cursos oferecidos pelo programa e/ou patrocinado por empresas e cooperativas. Em 1997, por exemplo, o PENSA copatrocinaria a realização do *XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo e planejamento estratégico da OCB*. Encontros preparatórios seriam realizados nas cidades de Campo Grande, Belo Horizonte, Belém, Recife, Florianópolis, Goiânia e Brasília, mediante palestras e debates sobre as temáticas centrais do Congresso.

Vários cursos foram também elaborados atendendo às necessidades específicas de determinadas cooperativas: os chamados “*cursos in house*”. Outras iniciativas de importância inegável consistiram nos Cursos de Especialização em Agribusiness ministrados junto à EMBRAPA e ao Banco do Brasil, além da realização de dois projetos direcionados/patrocinados pela *Monsanto*: um prestando consultoria na identificação dos setores de atividades estratégicos para a atuação da empresa dentro da política definida pela corporação em 1998, e outro - já no ano 2000 – voltado para a produção de estudos sobre adoção de produtos transgênicos nos EUA, Argentina e Brasil e os potenciais impactos para os produtores.

Grande parte dos escritos do PENSA destaca as dificuldades encontradas pelo segmento do agribusiness. Todas correspondem às reivindicações da ABAG, como por exemplo, a questão da carga tributária do país que coloca numa condição de enorme desvantagem competitiva do “empresariado brasileiro” perante aos países europeus, por exemplo. Salientam a necessidade do governo “equacionar” políticas macroeconômicas,

propiciando linhas de créditos aos empresários com taxas de juros mais módicas. A infra-estrutura é questão sempre presente nas análises do PENSA: a logística no quesito transportes e os altos custos de frete por conta da subutilização de ferrovias e hidrovias; às elevadas taxas portuárias - muito embora reconheçam que as privatizações no setor têm contribuído para uma efetiva melhora na redução dos custos; o protecionismo dos países desenvolvidos e as barreiras tarifárias e não tarifárias. Parte também do PENSA inclusive a sugestão ao governo da criação do “Ministério dos Agronegócios” que ficaria responsável pela “equalização dos elos da cadeia produtiva”: produção de insumos, produção agropecuária, agroindústria e distribuição. Com isto, o fomento ao desenvolvimento do setor encontraria maiores facilidades e eficiência.

O esforço empreendido pelos intelectuais orgânicos unidos em torno do discurso do agronegócio no sentido de promover esta nova formação do pensar e agir do produtor rural tem obtido sucesso no que tange à disseminação desta ideologia. Desde palestras em cidades do interior, na maioria das vezes encomendadas por agroempresas da região¹⁴⁶, até capas de revistas como a *Globo Rural*, como a edição de julho deste ano: “*Multiplique lucros com a gestão*”. A título de exemplo mais recente, pode-se também destacar o *IX Dia de Campo Uniggel* (2010), empresa produtora de soja localizada na região Centro-Oeste do país e que, na atualidade, produz sementes de soja com campos de multiplicação em várias cidades de Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul.¹⁴⁷ O convidado especial da empresa para proferir a palestra “*Gestão empresarial na propriedade agrícola*” foi Marcelo Prado, consultor de administração de empresas e também Secretário de Agricultura de Minas Gerais. Na palestra aos agricultores, Prado recomendou que “*eles estejam bem informados e busquem a excelência na administração do agronegócio*”¹⁴⁸.

Muito embora este processo tenha como marco inaugural no país a entrada da ABAG no cenário político, permanece “a todo vapor” a construção - e o exercício - deste discurso que se tornou hegemônico. A legitimidade dos estudos se baseia no crivo

¹⁴⁶ Ver: http://ocorreionews.com.br/v4/index.php?option=com_content&view=article&id=542:uniggel-sementes-realizou-o-ix-dia-de-campo&catid=39:chapadao-do-ceu&Itemid=80 Consultado dia 07 de agosto de 2010.

¹⁴⁷ São elas: Chapadão do Céu (GO), Costa Rica (MS), Lagoa da Confusão (TO), Caseara (TO) e Campos Lindos (TO). Atualmente a Uniggel produz sementes de soja com campos de multiplicação em Chapadão do Céu (GO), Costa Rica (MS), Lagoa da Confusão (TO), Caseara (TO) e Campos Lindos (TO).

¹⁴⁸ Consultar: http://ocorreionews.com.br/v4/index.php?option=com_content&view=article&id=542:uniggel-sementes-realizou-o-ix-dia-de-campo&catid=39:chapadao-do-ceu&Itemid=80

de tais áreas de conhecimento. É válido afirmar que a organização dos partidos políticos ora em questão em prol do agro-negócio abriu um grande espaço a produção acadêmica da Economia e da Administração, além de projeção de seus temas via imprensa. A revista do agronegócio no país – publicação da ABAG, ABIMAQ, ANDA e SRB – por exemplo, intitulada “*Panorama Rural*”¹⁴⁹ dedica periodicamente seções¹⁵⁰ para a publicação de artigos de especialistas (engenheiros agrônomos e ou renomados administradores) sobre *Planejamento Estratégico, Marketing Empresarial, Gerenciamento* e afins. Trata-se do periódico mais expressivo do agronegócio no país, detendo também grande repercussão internacional. Foi criada em 1999 e tem por Conselho Editorial nomes como: Roberto Rodrigues e Antônio Hermínio Pinazza. Este último é engenheiro agrônomo, professor da UFSCAR e Diretor Executivo da ABAG.

A ABAG estaria estreitamente articulada com o PENSA, como também pode ser depreendido pelo número de publicações produzidas em conjunto, posto revezarem-se na posição de colaboradores, organizadores, autores convidados, autores de prefácios e alvos de agradecimentos mútuos em seus escritos.

Em 1999 mais um livro com este caráter veio a público em parceria editorial com a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esta aproximação se efetuou por meio do Centro de Estudos Agrícolas da FGV, responsável pela edição da revista mensal *Agroanalysis* – publicação de agronegócio e economia agrícola. Vale mencionar que o conselho consultivo da *Agroanalysis* é composto por nomes como o de Carlos Filippo M. Lovatelli¹⁵¹ (atual presidente da ABAG), que ocupa cargo deixado por Roberto Rodrigues. Diretor e presidente de inúmeras associações, tais como: Bunge, Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), Vice-Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Bunge, Vice-Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), Diretor do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) e Membro do Conselho Consultivo da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Ivan Wedekin (economista formado pela ESALQ, colaborador

¹⁴⁹ O Conselho Editorial é composto dos seguintes nomes: Bernhard L. Kiep, Carlos Alberto Pereira da Silva, Claudio Braga Ribeiro Ferreira, Cristiano Walter Simon, Fabrício Rosa de Moraes, Gilberto Flávio Goeliner, Luis Hafers, Luiz Alberto Garcia, Luiz Carlos Dalben Leite, e Sergio Magalhães. Direto-editor: Paulo Roque.

¹⁵⁰ Seções estas denominadas: Gerenciamento, Mercados e Opinião.

¹⁵¹ Lovatelli é bacharel em Física pela USP, com especialização em Física Nuclear, e com pós-graduação em Administração de Empresas pela FGV, com especialização em Administração Financeira e Marketing. Também presidente da ABIOVE Ver: www.abag.com.br Consultado em 08 de maio de 2009.

do PENSA e ex-diretor Comercial das Sementes Agrocere S/A. Atualmente é Diretor do Agronegócio e Energia da Bolsa de Mercadorias & Futuros e, assim como Lovatelli, membro do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e de Roberto Rodrigues.

O livro citado “*Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócios no terceiro milênio*”¹⁵² organizado por Luiz Antonio Pinazza e Regis Alimandro marca os dez anos da primeira publicação sobre o agribusiness no Brasil – o livro de Ney Bittencourt de Araújo, então presidente da Agrocere em 1989. Como se espera de uma edição comemorativa, ela faz um balanço de toda a produção e temas que envolvam o agronegócio e, para a empreitada, convida o PENSA, na figura de Decio Zylbersztajn e Ivan Wedekin, além de membros do Centro de Estudos Agrícolas da FGV e do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE)¹⁵³ também da FGV, de economistas e conselheiros de empresas de grande projeção midiática¹⁵⁴ e de profissionais capacitados em *marketing* do agronegócio.

Além de contar com a participação nos mesmos centros de pesquisa, universidades, consultorias, os integrantes da ABAG e do PENSA ocupavam também algumas vezes os mesmos cargos e postos em associações de classe, empresas, federações, institutos de ensino e pesquisa, dentre outros como pode ser depreendido da composição social de suas obras ao longo da década de 1990 a 2002:

QUADRO II

CARGOS OCUPADOS/FORMAÇÃO DOS AUTORES CONVIDADOS NOS TEXTOS PUBLICADOS PELA ABAG E PELO PENSA (1992 – 2002)

Publicação ABAG	Publicação PENSA
-----------------	------------------

¹⁵² PINAZZA, L. Antonio. & ALIMANDRO, Regis. (orgs.). “*Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócios no terceiro milênio*. RJ: ABAG/AGROANALYSIS/FGV, 1999.

¹⁵³ Este instituto foi fundado em 1951 e foi pioneiro no estudo do cálculo do PIB brasileiro e de indicadores de preços no país. Visa produzir e divulgar estatísticas macroeconômicas e pesquisas em economia aplicada.

¹⁵⁴ Á exemplo, se pode citar Paulo Rabello de Castro. (VER QUADRO I)

<p>• <i>Agribusiness – o Complexo Agroindustrial Brasileiro</i>, 1992.</p> <p>Ney Bittencourt de Araújo - Mineiro, agroempresário, agrônomo, diretor, conselheiro ou presidente de cerca de vinte e uma (21) entidades nacionais e internacionais ligadas ao agribusiness: AGROCERES Importação e Exportação, Comércio e Indústria S/A; Membro da Associação Paulista de Engenheiros Agrônomos, Associação Brasileira de Milho e Sorgo, Sociedade Brasileira de Agronomia, Diretor do departamento de insumos modernos da SRB, membro dirigente da OCB, Presidente da Sociedade Brasileira de Defensivos para Agropecuária e Presidente da ABRASEM (Associação Brasileira de Sementes), membro do Conselho de Ciência e Tecnologia do Ministério de Ciência e Tecnologia, do Conselho Consultivo da EMBRAPA, Conselho do PENSA-USP, do Conselho da IAMA e membro do Conselho Técnico do Industry Council for Development (órgão ligado ao Banco Mundial).</p> <p>Ivan Wedekin - Economista formado pela ESALQ, colaborador do PENSA, Diretor Comercial da <i>Sementes Agrocere</i>s S.A., Membro do Conselho de Integração Acadêmica do Instituto de Estudos do Agribusiness – IEAg/ABAG, Diretor da R.C. W Consultores, Diretor da Pós-Graduação em Gestão Estratégica do Agribusiness (FGV) entre outros. Foi Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária de Abastecimento (MAPA) no período 2003 a julho 2007, gestão de Roberto Rodrigues na Pasta. Atualmente é Diretor do</p>	<p>• <i>Estudos de Caso em Agribusiness: O processo de tomada de decisões nas empresas brasileiras</i>, 1993</p> <p>Elizabeth Farina – Economista, também professora da FEA/USP e atualmente presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Atua no PENSA desde sua fundação em 1990. Tendo orientado inúmeras teses e dissertações sobre agribusiness, bem como publicado vários livros e artigos na área.</p> <p>Samuel Ribeiro Giordano – Engenheiro agrônomo pela ESALQ/USP. Coordenador de Educação Continuada do PENSA, cuidando dos Cursos e Seminários do Pensa, além da Coordenação Executiva da Universidade illy do café. É Professor dos Cursos PENSA, dos Cursos MBA FIA e FUNDACE-RP, lecionando Agronegócios e também Gestão Ambiental. É coordenador adjunto da Fundação Instituto de Administração. Doutor em Geografia Econômica pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, estudou a competitividade regional e globalização aplicados às fronteiras agrícolas de soja em Balsas-Ma e Barreiras-Ba. Pós-graduado em Administração de Empresas pela FGV-SP e Pós-doutorado em Administração de Empresas pela FEA-USP em 2004. Desenvolve suas atividades junto ao PENSA desde 1990.</p> <p>Suzana Bierrenbach – Economista pela USP. Atualmente é professora titular da Universidade Paulista no Programa de Mestrado em Administração, professora adjunta da Universidade Presbiteriana Mackenzie e professora titular da Fundação Armando Álvares Penteado.</p>
--	---

<p>Agronegócio e Energia da Bolsa de Mercadorias & Futuros e membro do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Em 2009 recebeu o título de engenheiro agrônomo do ano no tradicional evento da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP).</p> <p>Luiz Antonio Pinazza (org) - Editor executivo da Revista Agroanalysis e Gerente da Área de Estudos Econômicos e Planejamento Sementes Agrocere S/A. Diretor do Instituto de Estudos da ABAG.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A metamorfose do Estado</i>, 1993. <p>Fernando Rezende – Economista diplomado pela UFF em 1963. Professor-Adjunto, UERJ e PUC na década de 70. Consultor de Organizações Internacionais (BID, Banco Mundial e ONU) por vários anos. Realiza Consultoria Pública e Privada no Brasil. Diretor Responsável da Rezende\$Accorsi. Presidente do IPEA (1996-1998). E Assessor-Especial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, desde 1999. Foi convidado pela ABAG para realizar estudos desde sua fundação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Segurança Alimentar: uma abordagem de agribusiness</i>, 1993. <p>Autoria da ABAG mas contou com o apoio dos seguintes nomes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Sugestões da ABAG para o presidente eleito Dr. Fernando Henrique Cardoso</i>, 1994. 	<p>Ivan Wedekin – Coluna Publicações ABAG.</p> <p>Luiz Antônio Pinazza – Coluna Publicações ABAG.</p> <p>Rubens da Costa Santos – Graduado e mestre em Administração de Empresas pela FEA-USP. PhD em Marketing pela Univ. of Texas at Austin, Professor e Consultor de Marketing da FGV-EAESP e Membro Pesquisador do CETS - Centro de Estudos do Terceiro Setor da FGV-EAESP. Autor do livro: MANUAL DE GESTÃO EMPRESARIAL: Conceitos e Aplicações nas Empresas Brasileiras.</p> <p>José Luiz Tejon Mejido – Coluna Publicações ABAG.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>O Sistema Agroindustrial do Café: Um estudo da organização do agribusiness do café visto como a chave da competitividade</i>. 1993 <p>Decio Zylbersztajn (coord.) - Engenheiro agrônomo e professor titular do Departamento de Administração da FEA/USP, ministrando as disciplinas de Economia de Empresas e Política de Negócios à Graduação e Pós-Graduação. Antes de fundar o PENSA e ser seu coordenador-geral desde 1990. Atuou de modo expressivo em atividades na iniciativa empresarial privada antes de se tornar um acadêmico. No PENSA, desenvolve trabalhos sobre coordenação de sistemas agroindustriais. Atualmente, é editor da Revista de Administração da USP (RAUSP). Consultor de empresas em estudos de estratégias para a atuação das</p>
--	---

<p>Ney Bittencourt de Araújo, Conselho Consultivo e Conselheiros da ABAG – Supracitado</p> <p>Ana Célia Casto – Membro do Conselho Acadêmico da ABAG e Docente junto ao CPDA/UFRRJ</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Agricultura na Virada do Século XX – Visão de Agribusiness</i>. (Ed. Globo), 1994. <p>Luiz Antonio Pinazza - Supracitado</p> <p>Ney Bittencourt de Araújo - Supracitado</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Agribusiness Brasileiro no Japão</i>, 1995. <p>Ney Bittencourt de Araújo - Supracitado</p> <ul style="list-style-type: none"> • “<i>Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócios no terceiro milênio</i>”. 1999 <p>Luiz Antonio Pinazza (org) - Supracitado</p> <p>Regis Alimandro (org) – Economista, Redator chefe da Revista Agroanalysis, tendo sido Coordenador Geral de Estudos e Informações Agropecuárias – Secretaria de Política Agrícola do MAPA entre os anos de 2003 a 2005.</p> <p>Mauro Rezende Lopes - Centro de Economia Agrícola da FGV e membro do conselho consultivo do IBRE/FGV.</p> <p>Paulo Rabello de Castro – Fundador da Revista Agroanalysis (FGV), onde a ABAG publica mensalmente uma coluna assinada por Roberto Rodrigues. Economista que preside o Conselho de Planejamento Estratégico da FECOMERCIO – SP. É colunista da <i>Folha de São Paulo</i> e escreve para a <i>Revista Época</i> e <i>Portal da Revista Exame</i>.</p>	<p>empresas em áreas de novas tecnologias, oportunidades de mercado, associações. Desenvolve modelos para avaliação de empresas agroindustriais e agrícolas. Autor de livros, artigos publicados em revistas técnicas, de divulgação e relatórios técnicos.</p> <p>Samuel Ribeiro Giordano – Supracitado</p> <p>Maria Sylvia Macchione Saes – Economista pela USP e Prof. Dr. da FEA/USP. Têm desenvolvido suas atividades no PENSA desde 1991 em diversos projetos de pesquisa enfocando competitividade de sistemas agroindustriais e estratégias coletivas. É pró-reitora de pós-graduação e coordenadora do Curso de Ciências Econômicas do Centro Universitário Álvares Penteado</p> <ul style="list-style-type: none"> • “<i>Agribusiness Europeu</i>”. 1996. <p>Marcos Fava Neves - Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP. Coordenador do Curso de Administração da FEA/USP Ribeirão Preto. Pesquisador do PENSA com Atividades Desenvolvidas junto a Organizações como <u>FAO/ONU</u>, <u>Consulado Geral dos Países Baixos</u>, <u>Monsanto do Brasil</u>, <u>Lloyds Bank</u>, <u>FIPE</u>, <u>ABAG</u>, <u>Cia Real de Distribuição</u>, <u>Cooperativa Aurora (SC)</u>, entre outras.</p> <p>Eduardo Eugenio Spers - Engenheiro agrônomo com mestrado em Economia Aplicada pela ESALQ/USP e atua junto ao PENSA desde 1993. É professor de marketing e estratégia do curso de mestrado profissional em administração da UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba) e dos cursos de graduação do</p>
---	---

<p>Coriolano Xavier - Coordenador adjunto do Núcleo de Agronegócio da Escola Superior em Propaganda e Marketing (ESPM) e professor da FGV. Fundou a MCA, empresa de marketing e comunicação com forte atuação na área de agronegócios.</p> <p>José Luiz Tejon Megido – Diretor do IEA da ABAG. Colaborador do PENSA desde sua criação, também professor da ESPM e Gerente de Desenvolvimento de Novos Negócios OESP Gráfica S/A.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Complexo Agroindustrial Brasileiro. Caracterização e dimensionamento.</i> 2001 <p>Eduardo Nunes Pereira – Presidente do IBGE.</p> <p>Elísio Contini – Pesquisador da EMBRAPA, tendo colaborado em inúmeros estudos sobre a inserção internacional do agronegócio brasileiro com Ivan Wedekin. (Vide tabela). Colaborador do documento produzido pela ABAG endereçado ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso quando de sua posse.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>I Congresso Brasileiro de Agribusiness. Plano Estratégico 2002-2010.</i> 2002. <p>Roberto Rodrigues - Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP. Agropecuarista em São Paulo e Minas Gerais. Diretor-executivo da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP), Representante da agricultura no Conselho Monetário Nacional (CMN), diretor na SRB, Presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), vice-presidente da</p>	<p>Piracicaba) e dos cursos de graduação do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP. Desenvolve estudos nas áreas de comportamento do consumidor e segurança dos alimentos</p> <p>Cláudio Pinheiro Machado Filho - é doutor em Administração pela FEA/USP e engenheiro agrônomo pela ESALQ/USP. Possui larga experiência no desenvolvimento de projetos junto a empresas do agribusiness. Atualmente é o Coordenador Executivo de projetos do PENSA. Atua nas áreas: Implementação de projetos de Gestão Estratégica, Governança Corporativa e Responsabilidade Social. Professor da Faculdade de Gestão e Negócios da (UNIMEP).</p> <p>Fabio Ribas Chaddad – Engenheiro Agrônomo pela ESALQ/USP. Mestre em Administração pela FEA/USP. Foi pesquisador do PENSA de 1995 a 1996 e Analista de Agronegócios, da Promon Engenharia Ltda, SP de 1994 a 1995. É professor da Universidade do Missouri (EUA) e também da Faculdade de Administração Ibmec, em SP. É membro associado das seguintes associações internacionais: Associação internacional de administração de alimentos e agronegócios (IAMA); Sociedade Internacional para Novas Economias Institucionais (ISNIE); Associação da Economia Agrícola Americana (AAEA); Associação Econômica Americana (AEA).</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>First Brazilian Workshop on Agri Chain Management.</i> 1997
---	---

<p>Organização das Cooperativas Americanas, secretário-geral da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, Presidente da Aliança Mundial de Cooperativas, vice-presidente da SNA de 1992 a 1994. Presidente do Instituto Brasileiro do Agribusiness em 1990 e ex-ministro da agricultura, e etc. Presidiu o Comitê para o Progresso e Avanço de Cooperativas - organismo internacional composto pelas Nações Unidas, Federação Internacional de Produtores Agrícolas e Organização Mundial de Cooperativas de Crédito.</p> <p>Luiz Fernando Furlan – Vice-Presidente da FIESP e Presidente do Conselho da Sadia</p> <p>Paulo Rabello de Castro – Supracitado.</p> <p>Marcos Sawaya Jank – Professor da USP, pesquisador do PENSA e Visiting Shcolar do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).</p> <p>Mauro Rezende Lopes – Supracitado</p> <p>Bruno Leonardo Ravaiani Brum – Mestre pela ESALQ/USP e Consultor da R.C. W Consultores.</p> <p>José Eli da Veiga – Professor da FEA/USP e Secretário do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) do Ministério da Agricultura.</p> <p>FAMATO – Federação da Agricultura do Estado do Mato Grosso.</p> <p>Regis Alimandro – Supracitado</p> <p>Gregory Honczar – Economista do Centro de Estudos Agrícolas da FGV.</p>	<p>Decio Zylbersztajn (coord.) - Supracitado</p> <p>Marcos Fava Neves (coord.) - Supracitado</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ações Coletivas – O Papel das Associações de interesse privado no Agribusiness.</i> 1998 <p>Decio Zylbersztajn - Supracitado</p> <p>Cláudio Pinheiro Machado Filho – Supracitado</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudos de Casos em Agribusiness, 1997. <p>Elizabeth Farina (coord.) – Supracitado</p> <p>Decio Zylbersztajn – Supracitado</p> <p>José Luiz Tejon Megido – Ver coluna ABAG</p> <p>Luiz Antonio Pinazza – Supracitado</p> <p>Márcio Bobik Braga – Professor Associado da FEA – Ribeirão Preto. Atua no PENSA desde 1994, é membro do comitê de pesquisa da Aliança Cooperativa Internacional e do CIRIEC. Atualmente se dedica aos estudos de capital social na agricultura, cooperativas.</p> <p>Marcos Fava Neves – Supracitado</p> <p>Martin Jayo – Formado em Economia na FEA/USP, tendo sido orientado por Elizabeth Farina. Professor da EAESSP – FGV. Pesquisador da FIPE entre os anos de 1996 a 1998 e da FIA de 1994 a 1998. Publicou inúmeros artigos com integrantes</p>
--	--

<p>Eduardo Pereira Nunes – Economista, Chefe do Departamento de Contas Nacionais do IBGE e professor da FGV.</p> <p>Luiz Antonio Pinazza – Supracitado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Agribusiness Brasileiro. A História 2002</i> <p>Rogério Furtado (Coord. Geral) – Jornalista que atua no setor, sobretudo, junto à ABAG, tendo publicado artigos na revista <i>Globo Rural</i>.</p>	<p>do PENSA. Atua na área de tecnologia da informação.</p> <p>Paulo F. Azevedo – Professor da Escola de Economia da FGV (EESP/FGV)</p> <p>Samuel R. Giordano – Supracitado</p> <p>Sérgio Lazzarini – Formado em Engenharia Agrônômica pela USP, tendo sido orientado por Decio Zylbersztajn. Professor do INSPER – Instituto de Ensino e Pesquisa Insper Brasil (antigo IBMEC). Pos-Doutorado na Harvard University.</p>
--	---

Fontes: O levantamento dos quadros de autores das obras da ABAG e do PENSA teve lugar junto ao sítio de ambas as entidades, a saber: <http://www.abag.com.br> e <http://www.fundacaofia.com.br/pensa/>, plataforma *Lattes* e www.fearp.usp.br. Buscou-se ainda informações nos sítios da FGV: <http://www.fgv.com.br> e da FEA: <http://www.fea.usp.br>. Além de toda esta investigação pela internet, foi coletado também informações nas próprias obras por meio da leitura de prefácios e agradecimentos.

A respeito das publicações com financiamento estatal e colaboradores do PENSA e representantes da ABAG, um exemplo emblemático é o caso do convênio assinado no ano de 1999 entre o Ministério da Agricultura e a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), com vistas à organização do *Segundo Congresso de Agribusiness do Rio de Janeiro*¹⁵⁵. Na lista de palestrantes do referente congresso encontram-se nomes como os de:

- **Carlos Fernando Gross** – Vice-presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN)
- **Amaury Temporal** – Diretor do Centro Internacional de Negócio da FIRJAN
- **Paulo Alcântara Gomes** – Reitor da Universidade Castelo Branco (UCB)
- **Elísio Contini** – Vice-presidente da EMBRAPA. Ver Quadro II – Colunas ABAG e PENSA
- **Elui Elemar Krugel** – Gerente Nacional da Produção Agrícola da Souza Cruz S.A.

¹⁵⁵ SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA / MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Anais do Segundo Congresso de Agribusiness do Rio de Janeiro, 1999.*

- **Eugênio Libreloto Stefanelo** – Presidente da CONAB (Companhia Nacional do Abastecimento)
- **Roberto Rodrigues** – Presidente da ABAG. Ver Quadro II – Colunas ABAG e PENSA
- **Luiz Marcos Suplicy Hafers** – Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

- **José de Souza e Silva** – Presidente da Bolsa de Gêneros Alimentícios do RJ
- **Márcio de Castro Silva Filho** – Prof. Dr. do Departamento de Genética da ESALQ
- **Edmundo Klotz** – Presidente da ABIA (Associação Brasileira da Indústria da Alimentação)
- **Carlos Dias** – Deputado Estadual (PFL). Em novembro de 1999 se desliga do PFL e se afilia ao PST.

Outro material revelador da inserção de quadros da ABAG na execução de publicações do governo tem por título *Recursos humanos para o agronegócio brasileiro*, coordenado por Mario Otávio Batalha, do Ministério da Ciência e Tecnologia, já citado em nota neste capítulo. Tendo sido financiada pelo CNPq, a obra foi apoiada pela ABAG e pela EMBRAPA, sendo produzida pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Um dos nomes que aparecem na equipe executiva do trabalho é o de Mônica Bergamaschi, Diretora Executiva da ABAG/Ribeirão Preto e Diretora do Conselho Fiscal da ABAG nacional.

O estudo faz uma análise do perfil do profissional requisitado pelo agronegócio no país – em todos os seus segmentos - bem como do perfil do profissional que se forma nos cursos de Administração, Economia, Engenharia de Produção, Agronomia, Engenharia e Ciência Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia, Gestão Agroindustrial, Engenharia, Ciência e Tecnologia dos Alimentos. São, assim, propostos ajustamentos e reordenações no sentido de manter e incrementar a competitividade do agronegócio. (BATALHA, 2000 p. 03). Para tanto, segundo a obra, é necessário e recomendável que os cursos estejam em sintonia com o setor produtivo e as “*reais necessidades da sociedade em geral*”, seguindo a trilha do sistema nacional de inovação e, com isto, apontando para a superação de gargalos tecnológicos e para a inovação tecnológica.

3.2 Demarcando diferenças: um novo produtor rural

Para melhor ilustrar a ação coletiva dos grupos agroindustriais será tomada a entrevista do atual (2009) presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, realizada por Regina Bruno. Para Bruno – que procura neste artigo investigar e compreender os atributos de distinção propalados pela geração de representantes dos últimos anos em comparação às “velhas lideranças rurais” - dos relatos concedidos,

*“o presidente da OCB foi o que melhor definiu os atributos da nova geração. Segundo ele, a nova geração se caracteriza pela preocupação com a estratégia: a defesa da necessidade de profissionalização da representação; o foco no negócio; a preocupação com a gestão.”*¹⁵⁶

Na seção “Gerenciamento” da *Panorama Rural* a fala de Manoel Pereira de Queiroz (engenheiro agrônomo, empresário e consultor em gestão empresarial¹⁵⁷) no artigo “*Objetivos e metas em empresas rurais*”, expoente em gestão empresarial, é bastante elucidativa:

*As atividades agrícolas mostram uma clara tendência para o modelo de empresa capitalista em contrapartida a agricultura familiar e aos latifundiários de baixa produtividade. Pequeno, médio ou grande: aquele que não profissionalizar a sua administração não sobreviverá.*¹⁵⁸

A valorização de competências ligadas à gestão empresarial, às ciências econômicas e administrativas é também um componente comum e de extrema importância para fundamentar as ações de ambas as instituições. Mais que isso, fundamentar e marcar posição de uma “nova agricultura”, distinta daquela que vigorara até então. (MENDONÇA, 2004)

Redefine-se, a partir de então, o arquétipo de “moderno produtor rural” não apenas como o que investe em equipamentos modernizantes e insumos, mas como também o que se organiza e se mantém nos moldes desta cartilha: incorporar ao

¹⁵⁶ BRUNO, Regina, SEVÁ, J. T. e CARNEIRO, Olavo. Agronegócio e Representação de Interesses. IN: BRUNO, R. *Op.Cit.* pp. 150 e 151.

¹⁵⁷ Membro da equipe da *Scot Consultoria* e colaborador da *Revista Panorama Rural*.

¹⁵⁸ *Revista Panorama Rural*. Abril, 2001. p 82.

discurso e à prática à capacidade gerencial e gestão estratégica. Este *plus* a ser adquirido é parte do esforço de apropriação¹⁵⁹, por parte de determinada fração de classe representada por organizações patronais e por grandes corporações e empresas associadas ao capital financeiro, do conceito de agronegócio para se contrapor aos setores “ineficientes e incapazes de acompanhar às inovações tecnológicas”, afastando-se tanto da noção de latifúndio quanto da pequena produção¹⁶⁰ (SAUER, 2008). Desta feita, o caráter unitário e coerente do projeto político e dos valores a ele inerentes produzido pelos intelectuais (orgânicos) do PENSA, confere homogeneidade à ideologia de classe, externando-a e tornando-a aceita por toda a sociedade.

Semelhanças também são confrontadas entre a ABAG e o PENSA em noções como *Competitividade*, altamente valorizadas e utilizadas como medidas de sucesso das corporações e instituições estudadas pelo Programa. Tais noções operam como estratégia política. Ao discorrer sobre a posição competitiva no agribusiness, a ABAG infere que as estratégias de empresas, regiões e nações devem estar calcadas no tripé: liderança em custo – diferenciação de produtos e serviços – enfoque. A liderança em custo significa adotar estratégias que reduzam o custo do processo completo, “*de antes da porteira até o consumidor final*”¹⁶¹. Já a diferenciação de produtos e serviços refere-se à agregação de valor às *commodities* tradicionais e aos novos produtos oferecidos através de tecnologia, inovação, pesquisa e ações de *marketing*. E, por último, o enfoque. Trata-se da delimitação do alvo de mercado, se nacional, internacional ou mesmo local e regional.

Em referência às políticas neoliberais para o campo, um exemplo cabal é o empenho de dirigentes de cooperativas e de lideranças agropecuárias no sentido de fomentar a terceirização no meio rural, prática que reduziria em muito os custos da produção e que permitiria a contratação de outras empresas para cuidar da colheita. De acordo com o consultor de empresas Marcelo Prado (ver Quadro I – Cargos ocupados /

¹⁵⁹ SAUER, S. Agricultura familiar: Agricultura familiar versus Agronegócio. A dinâmica sócio-política do campo brasileiro. Texto para Discussão 30. Embrapa, 2008.

¹⁶⁰ E de fato a incompatibilidade é patente. De acordo com Alentejano, (...) *as características estruturais da agricultura familiar brasileira não se adequam ao padrão tecnológico disponível; o processo não foi feito para os pequenos. De um lado, características como limitada disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições ecológicas adversas – piores terras – policultura, insuficiência de recursos para investimentos e mão-de-obra numerosa dificultam o acesso à moderna tecnologia.* ALENTEJANO, 1997. p. 23 APUD *Op. Cit.* p. 18.

¹⁶¹ Segundo o *Plano Estratégico 2002-2010 ABAG*, a maior parte dos produtos do agribusiness é classificada como *commodities* e requereriam grande volume de operações para obtenção de ganhos “*nas economias de escala e de escopo, e assim, reduzir os custos unitários de produção e distribuição.*”

Formação), o índice de terceirização no campo brasileiro é, hoje, de 22%, considerado bem abaixo do modelo a ser alcançado, o argentino, que conta com uma taxa de 70%. Prado informa ainda que membros da Cooperativa Agrária Mista de Entre Rios (PR), estiveram na Argentina para pesquisar sobre terceirização¹⁶². A investida rumo à terceirização no campo também conta com o arcabouço teórico do PENSA. Na dissertação de mestrado de Marcos Fava Neves (Ver Colunas ABAG e PENSA), orientada por Decio Zylberstajn, há um tópico específico sobre o *modus operandi* da terceirização no agribusiness. O objetivo da proposta, na explicação do autor, é fazer com que:

*as empresas concentrem-se nas atividades que sabem fazer bem, onde possuem vantagens competitivas. Com isto, grandes corporações podem se tornar mais leves e flexíveis, deslocando suas energias e seus investimentos para suas atividades-fim, com maiores chances de enfrentar a concorrência. Além desses objetivos, normalmente reduzem seu passivo trabalhista e encargos sociais.*¹⁶³

Os discursos pró-eficiência, competitividade oriundos do meio acadêmico, sobretudo do PENSA, dirigidos às empresas, estabelecem um novo tipo de custo, além dos custos de produção, seriam os custos de transação. Estes incidem diretamente sobre os recursos humanos, nos contratos e na mão de obra, e, por extensão, estão ligados ao incentivo à terceirização no meio rural. Na fala pedagógica do PENSA: *A questão-chave na decisão de terceirizar é pensar sempre em ganhos de qualidade e eficiência, antes de se pensar em redução de custos*¹⁶⁴. Seguem-se abaixo as demais instruções¹⁶⁵:

- *Os contratos devem ser muito bem elaborados para reduzir assimetrias informacionais, atitudes oportunistas e conseqüentemente, custos de transação.*
- *Devem exigir investimentos na melhoria dos produtos e processos, prazos e quantidades mínimas, renegociações, ajustes e monitoramento e questões punitivas.*

¹⁶²Ver http://ocorreionews.com.br/v4/index.php?option=com_content&view=article&id=542:uniggel-sementes-realizou-o-ix-dia-de-campo&catid=39:chapadao-do-ceu&Itemid=80. Consultado em 17 de julho de 2010.

¹⁶³ NEVES, Marcos Fava. *Sistema Agroindustrial Citrícola: Um Exemplo de Quase-Integração no Agribusiness Brasileiro*. Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. 1995.

¹⁶⁴ *Op. Cit.*, p. 105

¹⁶⁵ *Idem*, p. 106

- *Treinamento em administração para os candidatos a fornecedores para criar um vínculo com a empresa e melhoria do processo.*
- *Desenvolver consciência nos empregados da empresa evitando resistências internas e problemas advindos do medo do desemprego.*
- *Auditorias periódicas nos terceiros para verificar a qualidade nos serviços.*

Em contrapartida ao discurso do privilegiamento da gestão da qualidade e eficiência frente à redução de custos, o autor cita alguns casos de terceirizações exitosas entre empresas agroindustriais exclusivamente do ponto de vista da rentabilidade.

a Perdigão Agroindustrial terceirizou a manutenção de seus frigoríficos e transporte de produtos, conseguindo uma economia mensal de US\$ 250.000 e desmobilização de US\$ 1,6 milhão. A Riocell (papel e celulose) terceirizou serviços administrativos, manutenção, extração e transporte de madeira, conseguindo uma diminuição de US\$ 100 no custo da tonelada de celulose. No caju, a operação de retirada das castanhas com máquinas está sendo feita na própria residência das famílias contratadas. Também existem empresas de projetos agropecuários, consultorias, estudos econômicos, pulverizações aéreas, inseminação artificial em bovinos, produção e desenvolvimento de mudas.¹⁶⁶

As instruções acerca do modo como conduzir o processo são: transformar funcionários em “pequenos fornecedores-empresendedores”, estimulando-os a buscarem novos clientes, a menos que sejam concorrentes diretos da empresa. Esta ação pode resultar na obtenção, por parte da empresa terceirizadora, de novos tipos de informação e tecnologia provenientes dos clientes conquistados por seus novos, por assim dizer, parceiros.

Por fim, conclui-se que a ABAG e o PENSA são instituições complementares que possuem, em larga medida, os mesmos quadros fundadores, colaboradores e executivos. Vale ressaltar que tanto a ABAG, quanto o PENSA foram criados em um contexto de grande diminuição dos créditos públicos para o setor agropecuário – processo iniciado ainda no início dos anos 80 – e de crescente aceitação (e execução) de políticas neoliberais. Desta maneira, a tônica do discurso de ambas as entidades

¹⁶⁶ *Ibidem.*

privilegia o papel fundamental do agribusiness para o aumento da competitividade interna e externa do país, enfatizando ainda o compromisso e responsabilidade social deste setor através da noção de *Segurança Alimentar*.

Tais noções, repletas de conteúdos ideológicos legitimadores, foram construídas com vistas a respaldar, política e socialmente, as propostas veiculadas pela nova agremiação junto ao Estado restrito e à sociedade como um todo, convalidando sua própria importância e, particularmente, a necessidade de sua existência. Com isto, tanto por meio da documentação da ABAG, quanto por meio dos escritos do PENSA procuram demonstrar elementos diretamente relacionados à defesa de políticas neoliberais para o campo brasileiro, viabilizando a subordinação da agricultura ao grande capital financeiro, mediante a difusão do conceito de “agro-negócio”.

3.3 O agronegócio e seu alcance: estratégias de convencimento

Quanto à missão apregoada pela instituição de tornar o Agribusiness “ciente e entendido”, é patente o envolvimento de centros de pesquisa, como o PENSA – já tratado no capítulo anterior - e especialmente a própria ABAG no sentido de atualizar seus segmentos acerca das novidades tecnológicas e organizativas, bem como das políticas públicas voltadas ao setor por meio de canais informativos os mais variados: revistas científicas, grande imprensa, cursos promovidos por empresas afiliadas a ABAG, Agrishow, *Websites*, meios televisivos e radiofônicos (Canal Rural) e etc. A associação, ao longo de sua existência, tem obtido êxito na concretização de suas propostas, tanto no que tange ao preenchimento do assim chamado “vazio representativo” – como na fala da ABAG - frente às demais agremiações patronais agrícolas, quanto na interlocução com o Estado.

A partir de 1994, com a realização da primeira Feira Agrishow em Ribeirão Preto, organizada por inúmeras associações tais como ABAG, ABIMAQ, ABRASEM, ANDA, ANDEF, NEW HOLLAND, SRB e VALMET do Brasil dentre outros, as ações da ABAG adquiriram um contato mais notável com o estado restrito. Este evento contou com o patrocínio do Banco do Brasil. No ano seguinte, a ABAG firmaria um convênio com o Departamento Nacional do Cooperativismo (DENACOOP) do

Ministério da Agricultura Abastecimento e Reforma Agrária (MAARA), tendo por objetivo estudar uma proposta de seguro para o produtor rural. Já em 1996, verifica-se uma ação mais incisiva no sentido da conquista de espaço e de reconhecimento pela ABAG junto ao Ministério da Agricultura que a convidou para compor a comissão encarregada da preparação do *Fórum Nacional de Agricultura*, dotado de contornos “inovadores” e incumbido de formular políticas públicas levando em conta a visão sistêmica das cadeias produtivas e seu papel na sociedade brasileira e no comércio internacional.

Roberto Rodrigues, então vice-presidente da ABAG, foi escolhido coordenador empresarial do FNA, dando início à sua carreira de ascensão junto à Pasta. Derivou deste Fórum a institucionalização da Comissão de Negociação composta por representantes do governo e da iniciativa privada. No plano internacional, uma vez mais, se confirma a parceria do Ministério da Agricultura com a ABAG, visando à realização do seminário *O Agro nas Américas*.¹⁶⁷

Construiu-se, portanto, o convencimento das sociedades civil e política em torno da concepção de agroindústria sistêmica, bem como da integração do conjunto de todas as atividades econômicas do país, imbricadas à agricultura. Importante chamar a atenção para a multiplicação do número de cursos de graduação e pós-graduação relacionados ao universo do agronegócio implantados nos últimos anos.

No âmbito das universidades públicas - embora se tenha aglutinado aqui os cursos pagos e de elevado custo financeiro da USP e ESALQ - se destacam:

- o Programa de Pós-Graduação em Agronegócio, nível Mestrado, da Universidade Federal de Goiás (UFG);
- o Curso de graduação (bacharelado) em Gestão do Agronegócio da Universidade de Brasília situado na FUP (Faculdade UNB Planaltina);
- a Pós-Graduação a distância em Agronegócios com ênfase em mercado na Universidade Federal do Paraná (UFPR);
- o Curso de Pós-graduação / especialização em Gestão do Agronegócio na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);

¹⁶⁷ Todas essas ações foram retiradas e analisadas no site da entidade, seção ABAG 10 ANOS: www.abag.com.br

- o Curso de graduação em Engenharia dos Agronegócios da Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense (UFF/Polo Universitário de Volta Redonda - RJ);
- Pós-Graduação em Gestão Estratégica dos Agronegócios do PENSA/FIA;
- o MBA em Agronegócio da ESALQ/USP;
- o MBA em Comercialização de *Commodities* no Setor Sucroalcooleiro da ESALQ/USP.

Já no âmbito das instituições de ensino particulares, a gama de cursos é ainda mais variada, valendo citar, dentre eles:

- MBA em Agroenergia da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Cabe apontar que o mestrado profissionalizante foi montado em parceria FGV – ESALQ – EMBRAPA;
- Pós-Graduação em Gestão do Agronegócio da FGV;
- Curso de Gestão do Agronegócio da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP);
- Pós-Graduação em “Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável” da Faculdade Dr. Francisco Maeda (FAFRAM);
- Pós-Graduação de Marketing em Agribusiness do Instituto Universal de Marketing em Agribusiness (I-UMA) e etc;
- Curso de graduação em Agronegócios da Universidade Católica de Brasília (UCA);
- Curso de graduação em Administração com habilitação em Agronegócio da Universidade de Nova Iguaçu (UNIGUAÇU);
- Curso seqüencial de formação específica em Gestão de Agronegócios (UNICENTRO – RJ);
- Curso de especialização em Marketing no Agronegócio Brasileiro¹⁶⁸ da Escola Superior em Propaganda e Marketing (ESPM);

A propósito da campanha de valorização do setor - uma das tarefas assumidas pela ABAG desde sua fundação – é relevante afirmar que a Associação deixou a cargo

¹⁶⁸ Esta especialização foi criada pelo Núcleo de Estudos do Agronegócio existente na ESPM. A linha de pesquisa em Marketing empresarial voltado para o agribusiness desta instituição possui especialistas com expressiva atuação junto ao PENSA. VER: www.espm.br

da ABAG / Ribeirão Preto (RP) ¹⁶⁹ a incumbência de disseminar a imagem positiva do agronegócio junto à sociedade na região. Para isso foram estabelecidos convênios e parcerias com a prefeitura da cidade, cujo desdobramento foi a abertura dos espaços educativos para agentes e empresas representantes deste segmento. Vale realçar que não compete à ABAG-RP o papel de representar politicamente o setor, muito menos ao nível nacional, correspondendo esta tarefa apenas à ABAG “nacional”. A ABAG de Ribeirão foi fundada no ano 2001 e teve o nome de Eduardo Diniz Junqueira, empresário da COSAN (empresa tradicional no ramo da produção de açúcar e álcool, hoje responde pelas marcas Mobil, Açúcar União, Esso e Barra) ligado a sua criação e como o presidente do Conselho Diretor.¹⁷⁰ Neste mesmo ano foi criado o Programa Educacional da ABAG-RP intitulado “*Agronegócio na Escola*”, o qual objetiva capacitar professores das redes públicas e privadas da cidade no conhecimento do agronegócio, suas potencialidades e o que ele representa para a região, para ao Estado de São Paulo e para o país, de modo que

“(...) a partir disso formem suas opiniões sem paixões, sem preconceitos para depois iniciar os trabalhos em sala de aula (...).As opiniões eram quase unânimes. A professora Angela Fonseca da Escola Benedito Ortiz, de Taiúva lembrou que em sua escola estudam muitos ‘meninos do sítio’, meninos que se sentem naturalmente desvalorizados em relação aos da cidade ‘Para eles os conhecimentos que o professor recebe com o programa e transmite aos alunos já faz muita diferença.’”¹⁷¹.

O programa do evento do qual foi retirada a citação acima, contou com uma palestra de Roberto Rodrigues, então ministro da agricultura do governo Lula, dirigida aos professores da rede pública. Outrossim, ao nível do ensino médio e dirigido a seus alunos, a ABAG desenvolve em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Ribeirão Preto, um programa de divulgação dos princípios e missões do atividades agroindustriais, segundo seus idealizadores “*um dos instrumentos mais eficazes para*

¹⁶⁹ Também chamada de a “Califórnia brasileira” por organizações sociais, a cidade de Ribeirão Preto, é o local por excelência dos negócios agroindustriais, abrigando inúmeras empresas do setor e centros de pesquisa e ensino na área. Um exemplo é a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP - RP (FEA), cujos professores e alunos são membros e ou colaboradores do PENSA. VER: www.fearp.usp.br Consultado dia 25 de agosto de 2009.

¹⁷⁰ VER: <http://www.abagrp.org.br/> Consultado em 25 de agosto de 2009.

¹⁷¹ VER: <http://www.abagrp.org.br/media/informativo/pdf/agro28.pdf> Consultado em 18 de setembro de 2009.

promover a valorização da imagem do Agronegócio". O programa teve início no ano de 2001 e atingiu cinco mil e cem (5.100) alunos no segundo ano de existência, envolvendo vinte (20) escolas, quinhentos (500) professores, nove (09) municípios do Estado de São Paulo, além de terem sido realizadas cento e quarenta (140) visitas A empresas associadas da ABAG.¹⁷²

Evidentemente que outras intenções também são divulgadas através deste programa, intenções estas ligadas diretamente à retórica de *“ampliar a consciência dos estudantes sobre as atividades agroindustriais da região na qual estão inseridos, sobre a necessidade da preservação ambiental, sobre os valores de cidadania e a conseqüente melhoria na qualidade de vida.”*¹⁷³

Muito embora esta dissertação tenha como marco final o ano de 2002 - segundo ano do projeto “pedagógico” da ABAG-RP no sentido da construção do consenso em torno do modelo do agribusiness -, furtar-se aos fatos ora registrados é perder a dimensão do amplo empenho com a formação e edificação de uma fala legitimadora de suas práticas. (BRUNO, 1997)

Tema recorrente na revista do Agronegócio *“Panorama Rural”*, a questão da restrição aos produtos transgênicos, é sempre discutida por seus entrevistados e/ ou articulistas sob a perspectiva do atraso do Brasil em relação aos países que, a seu juízo, “saíram à frente” na questão, dentre eles: Estados Unidos, Canadá e Argentina. A entrevista concedida por Fernando Homem de Mello¹⁷⁴ (professor da FEA/USP) à *Panorama Rural* resume o posicionamento das lideranças patronais do agronegócio:

Eu acho que isso é um pouco de atraso porque se trata de uma inovação tecnológica sem precedentes (...). É lógico que prudência tem que existir, mas enquanto não tivermos evidências – e acredito que não tenhamos – de danos, nós cada vez ficando mais pra trás.

E a respeito da querela das evidências científicas acerca dos malefícios ambientais e sociais do consumo de alimentos geneticamente modificados, o

¹⁷² O programa educacional da ABAG/RP, “Agronegócio na Escola” promoveu no fim do ano de 2002 um concurso de frases que melhor representariam o entendimento do agribusiness pela sociedade. Segundo o programa, “uma maneira muito simples de avaliar o entendimento dos alunos que estudaram multidisciplinarmente o assunto”. A avaliação final do concurso foi feita pela equipe da ABAG/RP. Não por acaso, a frase escolhida foi “Agronegócio: uma palavra, milhões de empregos”. Cabe lembrar que uma das bandeiras da entidade quando de sua fundação foi o discurso do potencial empregatício do segmento. *Op. Cit.*

¹⁷³ *Idem*

¹⁷⁴ *Panorama Rural*. SP. Outubro de 2002. p. 27.

empresariado agroindustrial tratou de deslegitimar a priori vozes dissonantes, já que “posicionar-se contra os transgênicos esconde uma desinformação, existindo a boa e a má informação.”¹⁷⁵ Sobre a questão ambiental e a organização dos grupos econômicos, Acelrad (2008)¹⁷⁶ analisa

“as formas pelas quais a incerteza científica vem sendo politicamente apropriada no campo das pesquisas sobre conflitos ambientais. A partir do estudo de casos de constrangimento à liberdade de pesquisa nesta temática no Brasil, observamos que interesses de grandes grupos econômicos, através do uso social da incerteza, desqualificam estudos científicos cujas conclusões impõem obstáculos a continuidade dos seus lucros e financiam a elaboração de documentos que contradigam as críticas e legitimem seus projetos, convertendo conflitos ambientais em conflitos cognitivos.”

No período compreendido entre os anos de 1993 até 2003¹⁷⁷, houve uma rápida expansão do cultivo de soja - marcadamente nos governos de Fernando Henrique Cardoso onde a prioridade às agroexportações adquire contorno especial, posto que a política perpetrada de privatizações e a atração de investimentos estrangeiros facilitaram à ação de empresas sem compromentimentos ambientais e sociais no país, adquirindo para o plantio da soja transgênica, extensas áreas de terras.¹⁷⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Interpretada à luz do conceito gramsciano de “revolução passiva”, a modernização da agricultura engendrada entre fins dos anos 1960 e ao longo da década de 1970 limitou em muito a amplitude das transformações sociais de cunho distributivista e igualitarista no campo brasileiro, adequando-o a uma base social estreita e concentradora, tanto em termo da riqueza gerada, quanto da estrutura fundiária. Esta modernização correspondeu uma crise da representatividade patrona, uma vez que seu

¹⁷⁵ BRUNO, Regina. Transgênicos, embates de classe? IN: BRUNO, R. *Op.Cit.* p. 188.

¹⁷⁶ ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais e liberdade acadêmica*. Caxambu: Anpocs, 2008.

¹⁷⁷ Segundo Adrioli, em 1993 cultivavam-se 10,6 milhões de hectares, passando em 2003 para uma área total de 18, 5 milhões de hectares. VER: ANDRIOLI, A. Inácio. “Nova Lei de Biossegurança: o governo Lula derrota a si mesmo. Retirado de <http://www.espacoacademico.com.br/048/48andrioli.htm> Consultado dia 12 de maio de 2010.

¹⁷⁸ *Op. Cit.*

processo foi marcado pela profunda especialização e ramificação da atividade, promovendo equivalente diferenciação de grupos de interesse, que, imersa numa conjuntura de colapso do chamado “milagre econômico”, fez com que o impacto junto à representação política das classes dominantes agrárias fosse atravessada por disputas entre as entidades nacionais tradicionais e associações por ramo produtivo e cooperativas. (MENDONÇA, 2010 p. 51).

A análise da atuação da OCB desde o fim da década de 1970 até a proposição da ABAG no ano de 1990 revelou o empenho desta agremiação na construção de sua força hegemônica perante às demais agremiações, que teve como seu principal desdobramento político a criação de uma instituição patronal de novo tipo: a ABAG, posto ter inaugurado um novo paradigma de entidade de representação dos interesses patronais “rurais”, transmutando-a num *pool* de empresas, forjando um conceito de agricultura que incorpora a noção de agribusiness.

Por certo, o fato da OCB, ter inserido suas demandas junto às medidas governamentais voltadas para o meio rural e de ter conseguido inscrever alguns de seus quadros junto à ossatura material do Estado restrito foi preponderante para que ela se firmasse como força dirigente de todo o patronato “agrário” nacional. (MENDONÇA, 2010: 177). Isto ficou claro ao estudar o contexto de elaboração e aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), - quando a Organização assume a liderança da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB) para conter a UDR - e de sua articulação à época da Constituinte – elegendo quadros de sua base social ligada ao Cooperativismo -, bem como na averiguação de suas estratégias discursivas de legitimação junto à sociedade civil (terreno de luta hegemônica) e política, tais como a incorporação das noções de Democracia, Igualitarismo, etc.

O conjunto de instituições associadas à ABAG por si só informa o caráter seletivo do projeto de agricultura por ela representado. Como afirma Sonia Mendonça¹⁷⁹,

“A agricultura se tornou avalista de um complexo sistema externo a ela, mas que acabaria por subordiná-la, progressivamente, aos interesses do grande capital industrial e financeiro, mesmo que em

¹⁷⁹ MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010. p. 226.

nome da falácia de ser a atividade agrícola o “ponto de confluência” entre todos os demais setores produtivos. (...) Diante disso, é possível afirmar que o binômio OCB/ABAG contribuiu, fortemente, para reconversão do Brasil ao status de país agroexportador, na medida em que seu parque industrial foi lentamente sucateado e desnacionalizado no decorrer da década de 1990.”

Mediante a análise do material produzido pela associação pode-se assegurar que a ABAG conseguiu estabelecer novos canais de representação política setorial, bem como canais de interlocução com certas agências governamentais, vide as publicações realizadas em conjunto e ou financiadas pelo governo além, é claro, dos patrocínios a eventos como o I Congresso Brasileiro de Agribusiness, Fórum Nacional da Agricultura dentre outros. Sobre a Segurança Alimentar, tomada como uma das grandes bandeiras da associação e questão altamente disputada no plano político-ideológico é preciso assegurar que o enfoque empresarial concedido a ela pela ABAG se justifica pelo liame entre as empresas de origem nacional e o capital externo (ambos representados pela entidade) que, por extensão, ditaria o encarecimento dos alimentos devido a oligopolização da estrutura produtiva.¹⁸⁰ (MALUF, 1992)

No sentido de referendar a estreita articulação existente entre o PENSA e a ABAG, observa-se o Plano Estratégico 2002-2010 divulgado no *I Congresso Brasileiro de Agribusiness* promovido por esta última e ocorrido em junho de 2002 na cidade de São Paulo. Foi reunida pela ABAG uma equipe de especialistas - cujos estudos foram financiados com recursos do Ministério da Agricultura¹⁸¹ - com o objetivo de elaborar relatórios técnicos sobre os cenários, as metas e as políticas a serem implementadas para “fortalecer o agribusiness no país”. Este Congresso também marca a saída de Roberto Rodrigues da presidência da ABAG, substituído por Carlos Lovatelli (Presidente da ABIOVE e membro do Conselho Superior do Agronegócio da FIESP) e a apresentação da nova Diretoria.

A coordenação geral destes relatórios ficou a cargo de Ivan Wedekin e de Paulo Rabello de Castro, membros do PENSA. (Ver Quadro II - Colunas PENSA e ABAG)

¹⁸⁰ MALUF, R. “O encarecimento dos alimentos no Brasil”. *Revista Conjuntura Alimentos*. V. 4. N. 1 SP: Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, maio de 1992.

¹⁸¹ Panorama Rural. Entrevista com Roberto Rodrigues. Maio de 2002 p. 29

Abaixo estão relacionados os nomes dos autores dos relatórios e suas respectivas posições e temas:

- **Metas do Agribusiness do Brasil até 2010:** Produzido pela Equipe Técnica composta de nomes como os de Ivan Wedekin, Regis Alimandro e Luiz Antonio Pinazza (Ver Quadro II – Colunas PENSA e ABAG), o estudo organizou balanços, cenários de oferta e demanda de grãos, de outros produtos vegetais, de carnes e de leite.

- **Políticas para a Expansão do Agribusiness do Brasil até 2010:** Em síntese, os autores, Ivan Wedekin e de Paulo Rabello de Castro, classificam como “10 Cs para a Competitividade do agronegócio brasileiro” o conjunto de propostas políticas para os setores, público e privado rumo ao desenvolvimento sustentável, do aumento da produção, do consumo de alimentos, do comércio exterior e do crescimento do interior do Brasil. São eles: **Capital** via crédito, financiamento e seguro. **Condução** ao mercado: **Logística e Infraestrutura**. **Comercialização e Comércio Exterior**. **Carga fiscal**. **Conhecimento tecnológico e Comunicação** com o consumidor. **Conservação** do meio ambiente e dos recursos naturais. **Clustering:** Interiorização e Desenvolvimento Local. **Coordenação:** Institucional e de Políticas, do setor privado e das ações locais. **Capital Humano:** “A fonte da diferença”.

- **Tendências do Comércio Mundial do Agribusiness e - Agenda do Agribusiness Brasileiro no Comércio Mundial:** Apresentação de um panorama sobre as negociações no âmbito do comércio mundial. A indicação é a de que o Brasil precisa ampliar suas parcerias com países também insatisfeitos com o protecionismo agrícola e fortalecer parcerias junto aos “*países andinos, centro americanos e caribenhos, por exemplo, no caso do ALCA.*” Marcus Jank (Ver Quadro II – Colunas PENSA e ABAG) critica veementemente no Congresso a postura do então embaixador Samuel P. Guimarães, acusando-o de preconceito com relação ao agro. Sobre o Embaixador, nas palavras de Jank: “*tem destoadado completamente dos seus pares e por isso mesmo tornou-se um expoente da esquerda anti-globalização no Fórum Social, em Porto Alegre quando afirmava: ‘o mito de um Brasil país grande*

*produtor e exportador agrícola é um extraordinário retrocesso intelectual e político e ignora o extraordinário esforço de desenvolvimento industrial brasileiro desde 1929'. E ainda: 'os mercados industriais são os mercados do futuro e aqueles dos quais deve o Brasil almejar participar cada vez mais'. Desconsiderando o fato de que em 2001 este 'retrocesso intelectual' gerou um superávit comercial recorde de quase 20 bilhões de dólares, sem o qual estaríamos numa situação pior que da Argentina.'*¹⁸²

- Os agriclusters e a construção da Competitividade local e - O Setor Público e a Competitividade Local: O caso de Mato Grosso: Ambos os painéis visavam apresentar estratégias que potencializem ações do governo em estreita articulação com o setor privado para o desenvolvimento local. Segundo Roberto Rodrigues (presidente da ABAG), trata-se dos agriclusters, tomadas como a solução para os problemas das populações rurais, uma vez que estaria cada vez mais convencido de que estes não serão resolvidos pelos governos centrais. Às vésperas do Congresso, R. Rodrigues, defende que este teria como grande objetivo convencer “o agribusiness” de que o cluster sob a égide dele é a chave para promover o bem-estar dos indivíduos de uma determinada região.

- Carta do Agribusiness na Perspectiva 2010: Escrita com uma linguagem mais propositiva e direta pelos participantes, posto ser dirigida à sociedade de modo geral, diferentemente do relatório dos Anais do Congresso, a carta se constituiria em porta de entrada da entidade para o diálogo com os presidentiáveis (Anthony Garotinho, Ciro Gomes, José Serra e Lula¹⁸³) e os parlamentares a serem eleitos para assim “*perguntar aos candidatos quais são, na linha de políticas públicas, aquelas que*

¹⁸² JANK, Marcos. Agenda do Agribusiness Brasileiro no Comércio Mundial. In: *I Congresso Brasileiro de Agribusiness*, ABAG: SP, 2002. p. 25.

¹⁸³ A *Panorama Rural* publicou a ficha de cada um dos presidentiáveis juntamente com as entrevistas realizadas pela revista a respeito dos “12 problemas do agronegócio”: rentabilidade do setor X safras recordes, elevados preços dos insumos, altos juros nos financiamentos agrícolas, seguro rural, destinação de recursos à agricultura, fortalecimento do Ministério da Agricultura, protecionismo internacional, política para os pequenos produtores e reforma agrária. *Panorama Rural*. N. 42 Agosto de 2002. p. 18 a 39.

*eles estão dispostos a implementar. Aquele candidato que indicar mais pontos terá mais peso e, portanto, receberá (...) o apoio do sistema agribusiness”.*¹⁸⁴ (R. RODRIGUES, 2002).

Salienta-se das discussões ocorridas durante o Congresso alguns pontos. Um deles é questão debatida pela EMBRAPA e utilizada pelos autores sobre a potencialidade de produção de soja e milho no país. Esta análise propunha esclarecer se com a existência de uma “fronteira tecnológica” existente e outra ainda por fazer, o crescimento da produção dependeria de significativa expansão da área plantada ou não. De acordo com a EMBRAPA na cultura do milho, apenas com a tecnologia empregada, a produção poderia mais que duplicar, até 2010. Em contrapartida, a soja, mesmo contando com o incremento tecnológico, como pode ser comprovado com o balanço dos últimos anos, necessitaria da ampliação da área cultivada para atingir a meta estabelecida. Fator que indicará que até o final de 2010 as áreas de plantio de soja serão ainda mais ampliadas.

Ao analisar não apenas os temas e os enfoques, porém relacionando-os a seus autores verifica-se grande semelhança entre os projetos elaborados por esses dois aparelhos privados de hegemonia/Partidos: ABAG e PENSA.¹⁸⁵ Suas bases sociais contam com comprovada influência junto às agências da sociedade política, ficando patente a constituição de um bloco heterogêneo porém detentor de um discurso que se apresenta como unificador de interesses e que valida as ações da sua representação. Quando as lideranças agroindustriais e intelectuais ligados ao agronegócio rechaçam a associação entre o setor agrícola e as noções de atraso e retrocesso, estão marcando posição, buscando delas distanciar-se. Aliás, esta é a única frente de conflito admitida pelo patronato “rural”, o Brasil moderno e o arcaico, este último composto pelos trabalhadores rurais sem terra, agricultores familiares e afins, noutras palavras, um universo sem classes.

¹⁸⁴ Entrevista com Roberto Rodrigues. *Panorama Rural*. N. 39. Maio de 2002 p. 30.

¹⁸⁵ Nesta concepção, o partido seria necessariamente a expressão de um determinado grupo social. Ou seja, o objetivo central de um partido constitui-se na defesa de interesses de classe. Ver: GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

Ainda sobre o argumento de legitimação do setor, enfatizam que o que a nova agricultura exporta são “produtos agroprocessados” oriundos de uma competitiva indústria de alimentos e bebidas, semelhantes a alguns países desenvolvidos.¹⁸⁶ Segundo Jank,

“a longo prazo o que realmente interessa não é o que um país produz, mas como ele produz, a partir de ganhos estruturais de produtividade e competitividade vis-a-vis os seus melhores concorrentes mundiais.”¹⁸⁷

Colocou-se também como área de disputa e atuação da ABAG a questão dos transgênicos, embora a discussão venha a se intensificar posteriormente aos marcos cronológicos estabelecidos por este trabalho.

Cabe frisar que no debate do ano de 2004, sobre a aprovação da nova Lei de Biossegurança¹⁸⁸ – que regulamenta os procedimentos para a liberação de pesquisas e produções comerciais de transgênicos – houve uma polarização entre os Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e do Desenvolvimento Agrário e os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e da Tecnologia e a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Internacionais.

A lei que vigorava no momento do debate era datada de 1995 e divergências em seu conteúdo abriram brechas para algumas liberações comerciais de transgênicos que foram disputadas na justiça. Na Constituição de 1988, a liberação dos transgênicos está condicionada a realização de estudos de impacto ambiental desde que comprovado a inexistência de risco para o meio ambiente. No governo FHC cultivava-se e comercializava-se soja transgênica. Já nos primeiros anos do governo Lula, liberações foram feitas através de medidas provisórias. Por esta razão, segundo Mattar & Chequer, à época se tentava aprovar uma nova lei, que suplantasse a de 95 e objetivasse o esclarecimento de pontos obscuros, determinando claramente as atribuições dos órgãos governamentais e os procedimentos a serem cumpridos nos processos de liberação desses organismos, seja para pesquisas, para produção comercial e para o consumo.

¹⁸⁶ JANK, Marcos. Agenda do Agribusiness Brasileiro no Comércio Mundial. In: *I Congresso Brasileiro de Agribusiness*. ABAG: SP, 2002.

¹⁸⁷ *Op. Cit.* p. 25.

¹⁸⁸ Ver MATTAR, Flávia. & CHEQUER, Jamile. *Transgênicos: briga de foices*. Retirado do site Ibasenet, Nov, 2004. <http://www.consciencia.net/2006/0301-trans2000-2004.html>

Os Ministérios do Meio Ambiente, da Saúde e do Desenvolvimento Agrário eram contrários à liberação dos transgênicos, porém os favoráveis - os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Ciência e da Tecnologia e a Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Internacionais - contavam com o apoio da bancada ruralista e da *Monsanto*. O *lobby* exercido por estes últimos visava tirar da atribuição dos Ministérios e da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança / Ministério de Ciência e Tecnologia (CTNBio) – segundo especialistas no tema esta Comissão era em sua maioria favorável aos transgênicos - a obrigatoriedade de realizar estudos e avaliações de riscos à saúde e ao meio ambiente, garantindo liberdade irrestrita aos transgênicos. Aqui cabe acrescentar uma valiosa contribuição de Nico Poulantzas sobre a relação entre poder e estado. Para o autor, o Estado é pensado como uma relação de forças políticas e reflete as contradições dessas forças em jogo. Estas contradições são resultado das contradições de classes inseridas no próprio Estado, presentes nos aparelhos de Estado (aparelhos divididos – um representando interesses divergentes do outro – e ainda com divisões internas). Segundo ele ¹⁸⁹:

“O Estado, condensação material de uma relação contraditória, não organiza a unidade do bloco político no poder desde o exterior, como que resolvesse pela sua simples existência, e a distância, as contradições de classe. Bem ao contrário, é o jogo dessas contradições na materialidade do Estado que torna possível, por mais paradoxal que possa parecer, a função de organização do Estado”

Nota-se, nesta leitura de Estado, o abandono da idéia de Estado uniforme, com centros de poder hierarquicamente organizados, mas com diretrizes homogêneas. A Política de Estado reflete essas contradições intraestatais. Com relação à autonomia estatal, Poulantzas afirma que esta é garantida através, justamente, da estrutura e ossatura material do Estado. O Estado capitalista, na acepção do autor, tem a burguesia como classe dominante, não significando, todavia, que o Estado funcione como mero apêndice da dominação burguesa.

Ao organizar as classes dominantes, o estado fornece a “unidade conflitual” entre as frações de classe dominantes, em que há a hegemonia de uma dessas classes ou

¹⁸⁹ *Op. Cit.* p. 153.

frações de classe no bloco no poder, correspondendo em outras palavras num “equilíbrio instável de compromissos”. A função expressa é unificadora de interesses do bloco no poder e se justifica devido à sua autonomia relativa. Com essa autonomia, o Estado organiza bloco de poder, sob a hegemonia de uma classe ou fração de classe. O Estado para Poulantzas é visto como uma “condensação material de uma relação de forças entre as classes e frações de classe”¹⁹⁰, e que traduz os interesses da classe dominante por meio de uma relação de forças. Ou seja, o Estado expressaria a própria luta de classes.

Nas disputas em torno da aprovação da Lei de Biossegurança constata-se o poder de pressão das organizações da sociedade civil contrárias ao uso dos alimentos transgênicos. Contudo, as tensões e conflitos daí advindos transcendem as fronteiras do debate da transgenia.¹⁹¹ Como assinala Regina Bruno¹⁹²,

Os empresários ligados ao agronegócio, aglutinados na Associação Brasileira de Agribusiness, e os trabalhadores rurais representados pelo MST são as principais expressões e porta-vozes desse embate. “Agronegócio e “Sem-Terra” se definem na relação que as nega e que as constitui como identidades sociais e políticas. Como diria Elias (1994) (...) são categorias que expressam relações de poder.

Quando aprovada, no ano de 2005, a Lei fortaleceu a CTNBio a ponto desta Comissão “se tornar o órgão responsável pela liberação da pesquisa, cultivo e

¹⁹⁰ A concepção de Poulantzas sobre o Estado como uma condensação de uma relação desqualifica dilemas entre Estado - Coisa e Estado-Sujeito. O primeiro, pensado como instrumento passivo de uma classe ou fração de classe (visão ligada ao dogmatismo stalinista). O segundo pensado como sujeito, travestindo-se na absolutização da autonomia do Estado; burocracia e elites políticas forneceriam autonomia ao poder estatal sob a ótica da racionalidade. Tal Estado se dotaria de uma vontade racionalizante; idéia de que política estatal era a política da burocracia, que, por sua vez, estava acima dos interesses divergentes da sociedade civil. Essas duas teses não levam em consideração contradições existentes no seio do próprio Estado. Passam a idéia de um Estado como um bloco monolítico, sem contradições, de modo a reafirmar a exterioridade entre as classes sociais e o Estado. POULANTZAS. N. “As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. In: *“O Estado, o poder e o socialismo”*. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

¹⁹¹ Poulantzas adverte que o Estado concentra também relação de forças das classes dominadas. Abarca não só as contradições e lutas entre as frações dominantes, mas lutas das classes dominadas que também perpassam o Estado (não funcionam apenas como grupo de pressão externo ao Estado). Tais lutas estão inscritas no Estado não porque são absorvidas por uma inclusão numa perspectiva de Estado totalizante, mas sim porque Estado está imerso nestas lutas. A organização dos aparelhos do Estado leva em conta não apenas relações internas do bloco no poder, mas relações entre esse bloco e as classes dominadas. *Op. Cit.*

¹⁹² BRUNO, R. *Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009. p. 184.

comercialização de transgênicos”¹⁹³, não obstante a inconstitucionalidade da decisão, uma vez que inexiste, ainda, o *Estudo de Impacto Ambiental* exigido pela Constituição. Outra questão é a de que esta Comissão, com *status* de credenciadora, se ancora somente em estudos produzidos pela própria Monsanto para liberar pesquisas e plantio transgênico. Andrioli ¹⁹⁴ afirma que o projeto dos Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Agrário que defendia uma função para a CTNBio como agência emissora de pareceres técnicos, ficando a cargo apenas da pesquisa, foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas perdeu no Senado, sofrendo uma derrota esmagadora, onde o oposto se concretizou.

Outra indagação que a discussão em torno da aprovação da Lei de Biossegurança permite é que os mesmos grupos que enaltecem a pesquisa científica, a tecnologia que produz um imenso potencial de uso de variedades transgênicas, capaz de alimentar o mundo e promover a segurança alimentar, são aqueles que dispensam e ou desqualificam estudos e avaliações de riscos à saúde e ao meio ambiente.

A competitividade também está associada à produção de transgênicos e ao no tocante a sua não utilização, reforçando ainda mais a identidade social e política – forjada por meio das noções de rentabilidade e lucro/competitividade, autoridade, influência - dos empresários ligados ao agronegócio, frente aos trabalhadores rurais representados pelo MST e demais movimentos sociais e instituições a favor da soberania alimentar, valorização do ser humano e preservação da Natureza como princípio e projeto mais amplo de desenvolvimento. (BRUNO, 2009).

Longe de se ter esgotado o tema da biossegurança, continuam em aberto inúmeras outras questões tocadas por este trabalho. A continuidade dos estudos se faz necessária, mesmo porque foi no governo Lula (período não focalizado pela pesquisa) que a ABAG alçou seu representante mais expressivo ao cargo de Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues e que se desmantelou a proposta inicial – elaborada pelo próprio governo - a favor das lideranças patronais do agronegócio e das grandes corporações.

¹⁹³ Cf: ANDRIOLI, A. Inácio. “Nova Lei de Biossegurança: o governo Lula derrota a si mesmo. Retirado de <http://www.espacoacademico.com.br/048/48andrioli.htm> Consultado dia 12 de maio de 2010.

¹⁹⁴ *Idem*

Desta forma, foi possível verificar como o processo de construção da direção da ABAG, a despeito de sua atuação até a data de 2002, viveu um momento de inflexão em seus discursos e ações, fundamental para a concretização do exercício de sua hegemonia em âmbito nacional, culminando com a apresentação das principais diretrizes de seu *Plano Estratégico para 2010*, durante a realização do primeiro congresso desta mega-agremiação.

A análise da atuação das fundações de direito privado financiadoras de programas como o PENSA provou que estas contam com o apoio incontestado do Estado restrito, tanto por meio da publicização dos estudos e idéias, via pesquisas divulgadas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, pela EMBRAPA e pelo Ministério da Agricultura, quanto através da permissão no uso de instalações e equipamentos das universidades públicas para fins privados (com contrapartida quase nula diante do vulto das atividades/negócios perpetrados por elas), sem falar da concessão direta de verbas. Pode-se inferir que o apoio estatal às fundações está coadunado às políticas de desmonte e sucateamento das instituições públicas preponderantes no decorrer da década de 1990. Basta recordar o fato de que as fundações receberam, neste período, significativas verbas governamentais, enquanto as universidades, de um modo geral, passavam por inúmeras dificuldades de ordem financeira, física e etc. Foi possível evidenciar também a construção do consenso em torno de um modelo de universidade – de fazer ciência – que se ajustasse às recomendações do mercado, entendido aqui não como entidade superior, nem tampouco corolário da inovação/eficiência, mas como uma demanda dos interesses do grande capital industrial e financeiro.

Com base no investimento da produção do consenso em torno do “moderno produtor rural/empresário agroindustrial”, a valorização de competências ligadas à gestão empresarial, às ciências econômicas e administrativas e às estratégias de marketing empresarial, foram fundamentais para a legitimação do PENSA e da ABAG como expoentes da inovação e eficiência. Com esta prerrogativa, ambas as instituições difundiram, via imprensa, documentação oficial e currículos de cursos de alcance do agronegócio, suas visões de mundo e de recriação da noção de “agricultura”. Este processo é responsável, ainda, por impor simbólica e ideologicamente aos trabalhadores

rurais uma condição de subalternidade frente à absolutização de padrões de produção e à impotência diante das estratégias do capital financeiro no controle dos mercados.

Por fim, apropriando-me da idéia de Perry Anderson¹⁹⁵ acerca do fracasso do neoliberalismo enquanto viés econômico - posto não ter alcançado qualquer revitalização do capitalismo avançado -, porém amplo êxito no que tange o político e ideológico ao difundir a máxima de que não há alternativas a este modelo; também (e não por acaso) o agronegócio enquanto novo paradigma constrói sua hegemonia pautando-se na crença da inexistência de opções fora dele.

¹⁹⁵ GENTILI, P. & SADER, E. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995. p. 23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ACSELRAD, Henri. *Conflitos ambientais e liberdade acadêmica*. Caxambu: Anpocs, 2008.
- Associações dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP). Universidade Pública e fundações privadas: Aspectos conceituais, éticos e jurídicos. SP: *Revista da ADUSP* nov., 2004.
- _____. Novidades e continuidades no lucrativo mundo dos negócios privados na USP. SP: *Revista da ADUSP* nov. 2003.
- ANDRIOLI, A. Inácio. “Nova Lei de Biossegurança: o governo Lula derrota a si mesmo. Retirado de <http://www.espacoacademico.com.br/048/48andrioli.htm> Consultado dia 12 de maio de 2010.
- ALENTEJANO, P. Roberto. O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola dos anos 90. Cadernos do CEAS. Salvador, n. 167, p. 21 – 31, Jan/Fev. 1997.
- _____. & PORTO-GONÇALVES, C. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. IN: *Conflitos no Campo Brasil 2009*. SP: Expressão Popular, 2010.
- _____. O que há de novo no rural brasileiro. Terra Livre. N. 15, 2000.
- BOURDIEU, P. “O Campo Científico” In: Renato Ortiz (org). *Sociologia*. SP: Ed Ática, 1986.
- BRUNO, Regina. *Senhores da Terra, Senhores da Guerra. A Nova Face Política das Elites Agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.
- _____. “Com a boca torta pelo uso do cachimbo. Estado e empresários agroindustriais no Brasil”. In: *Mundo rural e cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- _____. & CARNEIRO, Olavo Brandão (Fotógrafo). *Tratoração 2005*. [Rio de Janeiro]: CPDA/UFRRJ/NEAD, 2005.
- _____. “Patronato rural: a modernização da retórica”. *Reforma Agrária*, no 1, vol. I, abr., 1993.
- _____. *Um Brasil ambivalente. Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- CAPPELLIN, P.; GIULIANI, G.M.; MOREL, R.; PESSANHA, E. As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social, In KIRSCHNER, A.M.; GOMES, E. ; CAPPELLIN, P. Empresa, empresários e globalização, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- DREIFUSS, R. *O Jogo da Direita na Nova República*. Petrópolis: Vozes, 1989.

- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Globo, 2006.
- CAPPELLIN, P.; GIULIANI, G.M.; MOREL, R.; PESSANHA, E. As organizações empresariais brasileiras e a responsabilidade social, In KIRSCHNER, A.M.; GOMES, E. ; CAPPELLIN, P. *Empresa, empresários e globalização*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- GENTILI, P. & SADER, E. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. RJ: Paz e Terra, 1995. p. 23.
- GIFFONI PINTO, Raquel. *O Poder da Crítica: Um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2010.
- GOODMAN, David. “Economia e sociedades rurais a partir de 1945”. IN: BACHA, Edmar & KLEIN, Hebert (org.). *A Transição Incompleta*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Tradução Luiz Mario Gazeano. 5 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *A Modernização Dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- _____. “As Representações Empresariais da Agricultura Brasileira Moderna: as Disputas na Transição para a Democracia”. *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, 1991.
- _____. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Unicamp, 1996.
- _____. *PNAREX, aquele que parece o PNRA, mas não é*. Revista *Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, Janeiro/Julho de 1986, p. 10.
- MORAES, Guimarães P. Algumas observações para o estudo das classes dominantes na agropecuária brasileira. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, ano 17, n.2, p. 17-33, ago/Nov.1987.
- _____. As eleições, a questão agrária e a perspectiva do Congresso Constituinte. IN: Revista *Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, Dezembro de 1986 a Março de 1987, p. 23.
- LEHER, R. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate dos novos movimentos sociais na educação. In: *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. GENTILI, P. & FRIGOTTO, G. (Orgs.). Buenos Aires, Clacso, 2000.
- LIMOEIRO CARDOSO, M. Florestan: a criação de uma problemática. Estudos Avançados n. 26, *Revista do IEA/USP*, Janeiro/Abril, 1996.
- LORENA, Carlos. A Reforma Agrária no início do novo governo. IN: Revista *Reforma Agrária*. Campinas, ABRA, Janeiro/Abril de 1985, p.83.
- MALUF, R. “O encarecimento dos alimentos no Brasil”. *Revista Conjuntura Alimentos*. V. 4. N. 1 SP: Coordenadoria de Abastecimento da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, maio de 1992.

MARQUES, Paulo Eduardo M. *Segurança Alimentar: a intervenção da ABAG no campo da disputa e produção ideológica*. Rio de Janeiro: CPDA, Dissertação de Mestrado, 1996.

MATTAR, Flávia. & CHEQUER, Jamile. *Transgênicos: briga de foices*. Retirado do site Ibasenet, Nov, 2004. <http://www.consciencia.net/2006/0301-trans2000-2004.html>

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003 (Coleção Brasil Urgente).

MENDONÇA, Sonia R. *Entidades patronais rurais no Brasil recente: Indicações sobre a disputa pela hegemonia setorial*. In: _____.(org) *Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EDUFF/ Vício de Leitura, 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.

_____. *Estado, classe dominante agrária e representação de interesses na transição política brasileira*. Relatório final de pesquisa ao CNPq, Niterói: Fevereiro, 2001.

_____. “Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: a Sociedade Nacional de Agricultura”. Revista Virtual Mundo Agrário. Universidad Nacional de La Plata, Argentina, 2000.

_____. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964 – 1990* In: STEDILE, J. P. (Org.) São Paulo: Expressão Popular, 2006;

_____. *A OCB e a nova hegemonia ruralista no Brasil*. In: Estado e representação empresarial: um estudo sobre a Sociedade Nacional de Agricultura (1964 – 1993). Relatório Final de Pesquisa. CNPq. Niterói: PPGH/UFF, 2005.

PALMEIRA, M. & LEITE, S. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F & SANTOS, R.(orgs.). *Política e Reforma Agrária*. Mauad, 1999.

PORTO, M. Yara. “O decreto-lei que extinguiu o INCRA”. In: *Revista Reforma Agrária*. ABRA. Campinas. Dezembro/87 a Maio/88 pg. 28.

POULANTZAS. N. “As lutas políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. In: “*O Estado, o poder o socialismo*”. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

RESENDE, M. & MENDONÇA, M. L. *A contra-reforma agrária no Brasil*. 2005.

PEREIRA, João M. M. *A política agrária do Banco Mundial no início do século XXI: ofensiva neoliberal em marcha acelerada*. 2005 Consultar: <http://www.acaoterra.org/display.php?article=331>. ABRA. *Qual é a questão agrária atual*.

ROMANO, R. Alguns pressupostos da autonomia universitária. Adunicamp Revista, n.2, novembro de 1999.

SAUER. S. Agricultura familiar: Agricultura familiar versus Agronegócio. A dinâmica sócio-política do campo brasileiro. Texto para Discussão 30. Embrapa, 2008.

SCHENKEL, C. Alberto. Habermas e o neoliberalismo: o debate da modernização. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura* 1 nov. 1993.

SEVERINO, Cláudio F. *O ruralismo acadêmico paulista*. Rio de Janeiro: UFRRJ-CPDA, 2007.

VENTURA, E; VIEIRA, M. Responsabilidade Social como Deslocamento do Capitalismo: Evidências de um Estudo nos Bancos no Brasil. Anais do Encontro Nacional da Associação de Pesquisa em Administração, 2006. Salvador, BA.

FONTES UTILIZADAS

ABAG. *Íntegra do discurso proferido pelo Presidente da ABAG, Engenheiro Agrônomo Ney Bittencourt de Araújo, na cerimônia de posse de Diretoria e Conselho da entidade*. Brasília: ABAG, 1993 (Auditório Nereu Ramos - Congresso Nacional).

_____. *Sugestões da ABAG para o presidente eleito Dr. Fernando Henrique Cardoso*. São Paulo: s/e., 1994.

_____. *Agribusiness Brasileiro: a história*. SP: Evoluir, 2002.

ARAÚJO, Ney Bittencourt de. *Complexo Agroindustrial. O “Agribusiness” Brasileiro*. São Paulo: Agroceres, 1990.

_____. *Agribusiness brasileiro no Japão*. *Revista da Administração*, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 98 – 103, out/dez 1995.

_____. & PINAZZA, Luiz Antonio. *Agricultura na Virada do Século XX – Visão de Agribusiness*. São Paulo: Ed. Globo, 1994.

ARAÚJO, Ney B; WEDEKIN, Ivan & PINAZZA, Luiz A. (orgs.). *Agribusiness – o Complexo Agroindustrial Brasileiro*. São Paulo: Ed. ABAG, 1992.

BATALHA, Mario Otavio (Organizador). *Recursos humanos para o agronegócio brasileiro*. (Estudo realizado pela ABAG). Brasília: CNPq, 2000.

FARINA, E. M. M. Q. *Estudos de Caso em Agribusiness II*. São Paulo: Pioneira, 1997.

_____. & SAES, M. S. M. & AZEVEDO, P. F. *Competitividade: Mercado, Estado e Organizações*. São Paulo: Pioneira, 1997.

MACHADO, C. A. P., & SPERS, E. E. & CHADDAD, F. R. & NEVES, M. F. *Agribusiness Europeu*. São Paulo: Pioneira, 1996.

PROGRAMA DE ESTUDOS E NEGÓCIOS DO SISTEMA AGROINDUSTRIAL (PENSA). *Estudos de casos*. PENSA. SP: 1992.

_____. *Apresentação*. Fundação Instituto de Administração (FIA) / Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade / Universidade de São Paulo (USP). SP: 1993.

REZENDE, Fernando. *A Metamorfose do Estado*. São Paulo: Ed. ABAG, 1993.

_____. *Agenda Para a Competitividade do Agribusiness Brasileiro*. SP: Ed. Abag, 2001.

_____. *Agribusines brasileiro – A História*. São Paulo: Ed. Abag, 2002.

ZYLBERSZTAJN, Décio. *Estudos de caso em agribusiness. O processo de tomada de decisões nas empresas brasileiras*. Porto Alegre: Ortiz, 1993.

ZYLBERSZTAJN, D. & SCARE, R. F. (org.) et alli. *Gestão da Qualidade no Agribusiness: Estudos e Casos*. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Estudos de Caso em Agribusiness*. Porto Alegre: Ortiz, 1993.

PERIÓDICOS

Revista Nacional do Cooperativismo (1978 – 1981)

Informativo OCB (1990 – 1993).

Revista Panorama Rural (1999 – 2002)

Revista Reforma Agrária – ABRA (1985-1990)

Fórum Cargill de debates: O futuro agrícola brasileiro. SP: 1994.

II Fórum Cargill de debates: logística e transporte. Caminho para o desenvolvimento do agribusiness. SP: 1995.

Fórum Cargill de debates: Desafio Agrícola. SP: 1993.

SITES DA INTERNET:

<http://www.abag.com.br>

<http://www.fundacaofia.com.br/pensa/>